

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE O INVERNO E O VERÃO

comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque
Nacional dos Lençóis Maranhenses

DIANA PATRÍCIA MENDES

São Luís

2018

DIANA PATRÍCIA MENDES

ENTRE O INVERNO E O VERÃO

comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Mendes, Diana Patricia.

ENTRE O INVERNO E O VERÃO: comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Diana Patricia Mendes. - 2018.

121 p.

Orientador(a): Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Mocambo. 2. Pesca Artesanal. 3. Recursos Comuns.
4. Sazonalidade. I. Souza Filho, Prof. Dr. Benedito. II. Título.

DIANA PATRÍCIA MENDES

ENTRE INVERNO E VERÃO

comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho (Orientador)
Doutor em Antropologia Social (UAB/Espanha)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
Doutor em Direito (UFPR)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Madian de Jesus Frazão Pereira
Doutora em Sociologia (UFPB)
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, pelo incentivo ao longo da vida.

Às famílias de Mocambo, pela acolhida e por compartilharem muitos aspectos de seu modo de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida.

A minha mãe e demais familiares, pela solidariedade e afetividade que sempre nos uniu.

Aos moradores do povoado Mocambo, pela atenção, acolhimento. Obrigada por cederem parte do seu tempo e dos seus conhecimentos para que fosse possível a realização deste trabalho.

Devo gratidão também, à “grande família” que me acolheu em Mocambo: Seu Inácio e Dona Dodó, obrigada por inspirarem este trabalho e por torná-lo possível.

Ao meu orientador, professor Benedito Souza Filho, que vem desde a graduação me acompanhando na tarefa árdua de formação. Obrigada por todo estímulo e credibilidade que depositou neste trabalho, cuja leitura crítica e sugestões, permitiram novos rumos. Grata por todos os ensinamentos ao longo desses anos e incentivo na finalização de mais esse trabalho, um novo rito de passagem na minha vida acadêmica.

Aos amigos Juscinaldo, Adielson e Ricardo pelas longas conversas compartilhadas, vivência e aprendizado conjunto. Dividir as tristezas e alegrias da vida com vocês, certamente é um privilégio. Sou imensamente grata especialmente ao Juscinaldo, que esteve comigo durante toda a realização da dissertação, pela ajuda constante, pelas críticas, sugestões. Obrigada por existir na minha vida. Amizade eterna!

Registro também meus agradecimentos ao Hilton pelas constantes palavras de encorajamento, por todos esses anos de convívio e amizade. Certamente, você me inspira!

À professora Maristela de Paula Andrade, grata por tantas lições, os anos de convivência com suas ideias influenciaram significativamente as minhas reflexões, só aumentou a admiração que lhe tenho. Do Gerur para a vida toda!

Tenho muito a agradecer a todos os integrantes que compõem as diversas *roças* do Gerur, pelos momentos que compartilhamos. Hoje estamos colhendo os frutos do nosso empenho.

Meus sinceros agradecimentos aos professores Joaquim Shiraishi Neto e Rosirene Martins Lima por suas enriquecedoras contribuições quando da qualificação. Foram de grande importância para o aprimoramento desta dissertação. Agradeço especialmente ao professor Joaquim Shiraishi por aceitar ler novamente este material, agora na banca de defesa.

Ao Ulisses Denache pela disponibilidade na elaboração do mapa e pelas valiosas sugestões.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos colegas da turma de mestrado 2016.1 pela cooperação e por todo aprendizado construído ao longo dessa trajetória. Quero enfatizar meu agradecimento especial à Clarissa e Jacimara, com quem pude compartilhar as angústias, próprias dos trabalhos ao longo do curso, e pelo apoio nesses momentos difíceis de conclusão da dissertação.

Agradeço a Maristhela por sempre me socorrer em tempos nebulosos! Grata pelas contribuições, por responder minhas mensagens sempre me encorajando. Espero tê-la sempre por perto.

Sou grata também a Cássia por estar sempre disposta a me ajudar, pelas trocas de informações e por todo o aprendizado.

Agradeço imensamente à professora Madian de Jesus Frazão Pereira por aceitar prontamente o convite para compor a banca de defesa.

Meus agradecimentos, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, a todos os professores, berço de minha formação, com os quais aprendi, com senso crítico e cuidado a questionar o mundo do qual faço parte. Agradeço especialmente aos professores doutores Marcelo Carneiro, José Benevides Queiroz, Horácio Antunes Sant'Ana Júnior, Juarez Lopes, Túlio Rossi, Sandra Maria Nascimento e Benedito Souza Filho.

À CAPES pela bolsa concedida.

Por fim, agradeço a tantos outros que fizeram parte dessa trajetória e deixaram marcas. O meu muito obrigada!

(...). É uma luta que a gente tem, mas só para você vê não é nenhuma luta que a gente esteja segurando só para gente, é uma luta que a gente está segurando para a população, para todo mundo, porque quando esse peixe se espalha aqui, ele dá peixe para todo mundo da redondeza, porque ele produz muito. É muito peixe, aqui tem muito peixe! Aqui você vê desse jeito aqui, esses poços que estão aí, eles estão calmozinho, porque eles estão com medo, mas na hora que começar a chover, que você vir aqui, aí você vê bravura de peixe aqui, é muito peixe! ”

(Seu Inácio, 72 anos, povoado Mocambo)

RESUMO

Este estudo busca compreender as regras que norteiam o uso de recursos comuns em combinação com a apropriação privada familiar envolvendo a pesca artesanal praticada por famílias do povoado Mocambo, situado no Parque Nacional dos Lençóis Maranhense, no município de Barreirinhas. Há, neste povoado, um meio biofísico com presença dos chamados *poços*, lagos, lagoas e açudes onde são realizadas pelas famílias as atividades de pesca de água doce. Além desses, utilizam também o rio Negro como local de pesca de forma artesanal. Nos ambientes de pesca aqui referidos, os elementos da natureza são explorados, combinando formas de uso comum com a apropriação privada familiar. As discussões aqui realizadas levam em conta a sazonalidade, a partir do que denominam de *inverno* e *verão*. Nesses períodos verifica-se uma constante modificação na paisagem em Mocambo, como em outras localidades do Parque, que interferem nas atividades de pesca, propiciando expectativas de direito em relação aos ambientes e as formas de uso. No desenvolvimento da pesca artesanal observa-se que uso dos ambientes aquáticos dentro de um espaço social e natural, é resultado da combinação da apropriação privada familiar com aquelas formas de uso comum dos recursos. Assim, tomando como referência a pesca artesanal, o trabalho procurará dar conta das regras que orientam a caracterização do regime de propriedade operado pelas famílias de Mocambo, procurando refletir sobre o sentido de propriedade comum, uso comum dos recursos e apropriação privada familiar.

Palavras-chave: Recursos Comuns; Sazonalidade; Pesca Artesanal; Mocambo.

ABSTRACT

This study seeks to understand the rules that govern the use of common resources in combination with private family appropriation involving artisanal fishing practiced by families from the village of Mocambo, located in the Lençóis Maranhense National Park in the municipality of Barreirinhas. There is, in this village, a biophysical environment with the presence of so-called wells, lakes, ponds and reservoirs where the families carry out freshwater fishing activities. Besides these, they also use the Negro River as a fishing place in an artisanal way. In the fishing environments referred to above, the elements of nature are appropriate, combining forms of common use with private family ownership. The discussions here take into account the seasonality, from what they term winter and summer. In these periods there is a constant change in the landscape in Mocambo, as in other localities of the Park, that interfere in the fishing activities, providing expectations of law in relation to the environments and the ways of use. In the development of artisanal fisheries it is observed that the use of aquatic environments within a social and natural space is a result of the combination of private family ownership with those forms of common use of resources. Thus, taking as reference the artisanal fishing, the work will seek to account for the rules that guide the characterization of the property regime operated by the families of Mocambo, seeking to reflect on the sense of common property, common use of resources and private family ownership.

Keywords: Common resources; Seasonality; Artisanal fishing; Mocambo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
Um breve contexto da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	19
Mocambo: o lugar enquanto sistema de relações	21
A escolha de Mocambo enquanto lugar de pesquisa	22
Rumo a Mocambo	25
Notas sobre o trabalho de campo	30
A escolha dos interlocutores	33
A metodologia da pesquisa	36
CAPÍTULO 2	
A Caracterização sociológica e ecológica de Mocambo	39
A história de Mocambo segundo os interlocutores	42
As atividades econômicas de Mocambo	46
Alguns aspectos sobre a pesca artesanal	55
CAPÍTULO 3	
Agência da natureza e a reorganização das atividades de pesca	59
As formas diferenciadas dos arranjos: regras e apropriações dos recursos	64
CAPÍTULO 4	
Mocambo e suas distintas formas de uso dos recursos	71
O uso comum, propriedade comum e apropriação privada familiar dos recursos.....	73
CAPÍTULO 5	
Lagoas, <i>lagos</i> , <i>poços</i> , praias e açudes: caracterização dos ambientes de pesca segundo os interlocutores	89
Uso dos recursos: as modalidades de pesca de água doce	95
Lagoas temporárias na <i>morraria</i>	102
Sistema nativo de reprodução dos peixes conforme os ambientes e as estações do ano	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

No presente estudo busco dar continuidade às reflexões iniciadas no meu trabalho de conclusão de graduação apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que investigava a problemática do *uso comum* dos recursos na Reserva extrativista Chapada Limpa – RESEX, localizada no município de Chapadinha, Maranhão¹.

A análise buscava compreender como se dava o uso dos recursos por parte das famílias, sobretudo a partir das novas regras impostas pelo ICMBio depois da criação da Resex Chapada Limpa. O interesse por essa questão se justificou em virtude da situação estudada sofrer modificação em relação às práticas pré-existentes à criação da Resex, principalmente no que se refere à relação de uso dos recursos a partir da imposição de novas regras.

As áreas de Resex são controladas por um regime de proteção externo, e o território é determinado pelo Estado – agente responsável por executar as ações da política nacional de unidades de conservação com autonomia para propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e exercer o poder de polícia ambiental para proteger as unidades de conservação (MENDES, 2016). Por outro lado, o Estado reconhece na Resex as *comunidades tradicionais*², baseado na longa permanência nessas áreas, no estabelecimento de sistemas produtivos característicos, ancorados no saber local (VAN DER PLOEG, 2000).

A ideia de tradicional é para justificar essa concessão do bom uso dos recursos. Nas unidades de proteção integral a situação é diferente, já que as comunidades são tradicionais, mas são indesejáveis, prevalecendo assim, a noção de natureza intocada (DIEGUES, 1999; 2004).

Embora exista a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (promulgado em 2000 e regulamentado em 2002), na implantação de áreas protegidas, os mecanismos de gestão estão distantes do

¹ O desenvolvimento e resultados dessa discussão estão em “**Nem Gaúcho, Nem Soja**: mobilização camponesa para a criação da Resex Chapada Limpa. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

² O conceito de comunidades tradicionais tem sido objeto de diferentes discussões no âmbito das ciências sociais. Ver Van der Ploeg (2000), Almeida (2008), Barreto Filho (2006) e Castro (2000), Cunha e Almeida (2009), Miranda (2012).

desejado por gerar sempre conflito, uma vez que a intenção primordial do Estado ao estabelecer áreas protegidas é ter o controle sobre o território e dos recursos existentes, bem como a retirada de toda população, por exemplo.

É evidente que isso não é concretizado em grande parte das unidades de conservação, como é o caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM. Quando o PNLM foi decretado³ como unidade de conservação de proteção integral em 1981, já existia ali a presença de distintos grupos sociais, como agricultores, artesãos, pescadores, produtores de castanha de caju e extrativistas. Nesse contexto, o PNLM caracteriza-se como um lugar de lazer, de circulação, como também de residências e de referências simbólicas para os moradores (D'ANTONA, 2000).

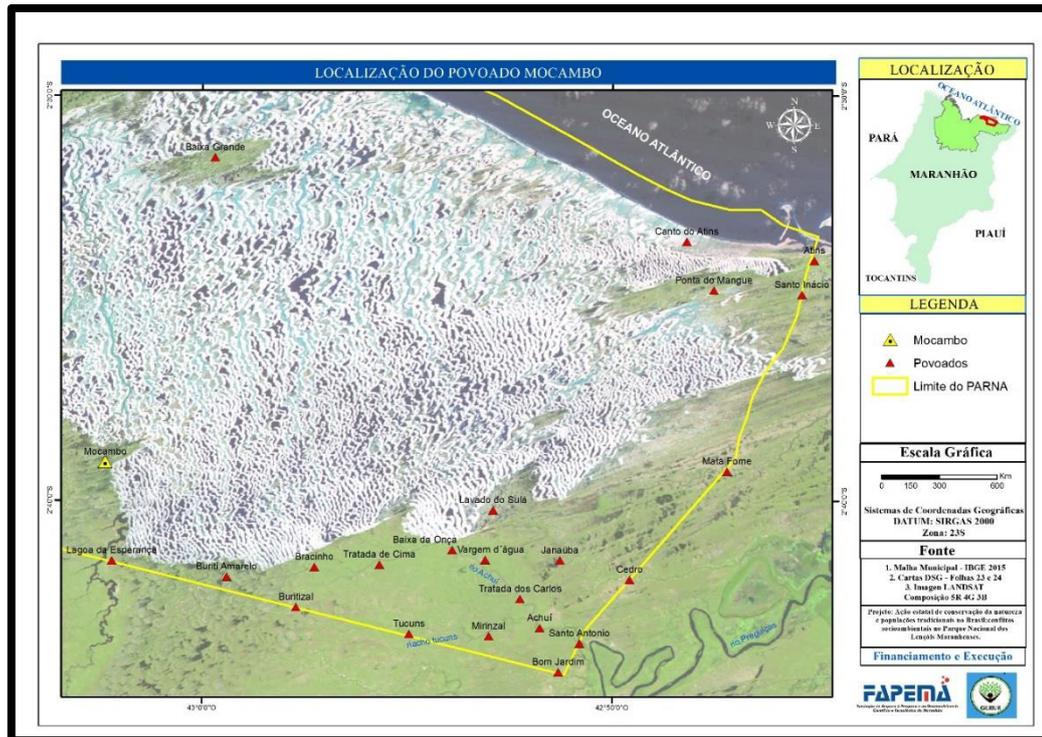
Diante disso, como compreender a noção de uso dos recursos comum a partir da experiência histórica e cotidiana das famílias dentro de uma Unidade de conservação de proteção integral? Em que medida essa noção e prática do uso dos recursos comum forja o território e a identidade dessas populações?

Estes questionamentos resultaram de minha participação na pesquisa “A disputa pela natureza: territorialidades e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, coordenado por meu orientador, Prof. Dr. Benedito de Souza Filho. Apesar da alteração do universo empírico, mantive a vinculação com a linha de pesquisa e a temática, alterando somente o tratamento de uma situação de reserva extrativista para outra relativa à Parque Nacional.

Dessa forma, essa dissertação é fruto de uma pesquisa etnográfica, realizada entre 2016-2017 ocorrida no povoado Mocambo, universo empírico da pesquisa, situado dentro dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLM, no município de Barreirinhas. Este estudo foi configurado partindo da ideia de que Mocambo se constitui num território formado por um ambiente *biofísico* (natural e social), onde são realizadas as atividades de pesca, cujos recursos são utilizados combinando o uso comum com a apropriação privada familiar.

³ Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi instituído pelo Decreto nº 86.060, de 02 de junho de 1981, e possui uma de área de 155 mil hectares que engloba os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz (BRASIL, 1981).

MAPA COM LOCALIZAÇÃO DE MOCAMBO DENTRO DO PNLM



Fonte: GERUR. Elaborado por Ulisses Denache.

Dentre as atividades econômicas, a pesca, realizada em distintos ambientes, é uma que se destaca em Mocambo. É desenvolvida em açudes, lagoas, lagos, *poços* e também na *região de praias*⁴. Nesses diferentes ambientes aquáticos, a realização dessa atividade combina o uso dos recursos de forma comum com aquele de apropriação privada familiar. Apesar de assegurar o acesso a essa fonte de alimento, tal prática é pautada em regras que disciplinam o uso, o controle e a apropriação desses ambientes.

É nesse ponto que se insere uma das razões para escolha dessa área como lugar de pesquisa. Tomando esse quadro como referência, o trabalho tem como objeto de estudo o entendimento das formas de uso e apropriação dos recursos levando em consideração as regras que regulam o uso dos ambientes aquáticos - lagoas, lagos, praias, açudes e os chamados *poços* – pelas famílias de Mocambo, que combinam a apropriação privada familiar como aquelas de uso

⁴ É uma designação usada pelas famílias para definir uma zona próxima ao litoral, no interior da qual se situam alguns povoados – Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue. Nessa região, as atividades pesqueiras ganham destaque.

comum, levando em consideração a sazonalidade que interfere nas atividades de pesca.

Conceito de *meio biofísico* aqui utilizado segue a definição proposta por Little (2006) que remete às interrelações que as famílias estabelecem com os seus respectivos ambientes. Tal configuração se dá por meio da articulação “entre o mundo biofísico (a natureza) e o mundo social (a cultura)” (LITTLE, 2006, p.88). Desta forma, homem e natureza são percebidos neste estudo de maneira conjunta para compreender melhor como as famílias apropriam-se e reorganizam-se conforme a dinâmica dos seus territórios.

Diante disso, ao me referir ao território de Mocambo, não estou compreendendo como o espaço de disposição das casas, mas enfatizando especialmente a produção social do modo de vida das famílias naquele lugar, ancorada em maneiras específicas de realizar suas atividades econômicas e de se relacionar com os distintos ambientes.

Nesse sentido, partilhamos do entendimento de que a territorialidade é caracterizada “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente *biofísico*, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p.3). Conforme esta concepção, a territorialidade assume uma multiplicidade de expressões, determinando uma variedade de tipos de territórios, cada um com suas características sociais e culturais.

Em termos específicos, a relação homem-natureza é entendida no presente estudo, como uma conexão dinâmica e indivisível. A noção de natureza é compreendida aqui a partir da perspectiva de uma relação social, “entre os humanos, de um lado, e um grande número de espécies animais e vegetais, de outro” (DESCOLA, 1997, p. 249). Assim, busquei compreender como a natureza é apropriada e transformada a partir das relações históricas com distintos ambientes, uma vez que implicam dimensões simbólicas e reprodução dos recursos de que fazem uso (DESCOLA, 1997).

Outra categoria importante para entender o funcionamento da organização social das famílias é a noção de lugar, que está associado aos vínculos afetivos, relações de pertencimento, regime de propriedade, história de ocupação,

“experiências comuns”, e significados simbólicos (TUAN, 1983). O lugar adquire significados e valores profundos, construídos ao longo dos anos.

Cabe destacar ainda que o termo *povoado* é também utilizado neste trabalho para indicar unidades territoriais, que são também unidades sociais, bem como ainda para especificar lugares com distância relativamente próxima a Mocambo.

No que diz respeito às variações ecológicas, estou entendendo por sazonalidade um período que comporta uma temporada de precipitações de chuva que vai do mês de janeiro a junho, e outra que corresponde ao período designado de verão, que se verifica entre julho a dezembro – caracterizando o que denominam de *inverno* e *verão*.

Há a preocupação em resgatar sistematicamente o conceito de sazonalidade. Entendo que operar com essa noção é que torna possível entender como as variações no ambiente interferem ou se relacionam com a vida social. Isto se deve ao fato de que a “morfologia social” é alterada conforme as variações sazonais (MAUSS, 2015).

Em Mocambo verifica -se uma constante modificação em seu meio *biofísico*. Em determinado momento (janeiro a junho) formam-se lagoas e *poços* que permitem a realização das atividades de pesca. No período do verão, com a redução do volume das águas, aparecem as *vargens*, que é um tipo de vegetação que brota nas áreas mais planas. As *vargens* são utilizadas de forma comum pelas famílias, como áreas de pasto para criação do rebanho bovino, caprino e ovino. Cabe destacar que no período do inverno algumas áreas de *vargens*, pelo volume das chuvas, podem transformar-se em lagoas e, quando do período do verão, voltam a servir como área de pasto.

As lagoas e *poços* são depressões no solo que permitem a concentração de água. Esses ambientes encontram-se nos limites do território de Mocambo e são pensados em termos de apropriação privada familiar. Em relação a esses recursos que se formam durante o inverno, por serem transformados em espaços de criação de peixes, as famílias de Mocambo realizam a atividade de pesca e passam a reivindicar direitos sobre esses espaços que os caracterizam como *donos* (WOORTMANN, 1990).

Cada lagoa e *poços* passam a ser identificados pelo nome da família que os reivindicam. Para indicar que uma lagoa possui determinado *dono*, a pessoa finca uma bandeira, sinalizando que ali tem trabalho investido por ela, o que significa dizer que não são abertos a qualquer pessoa. Tais regras foram definidas pelas famílias de Mocambo e acatadas por todos.

A categoria *dono* possui um significado específico, não representando o sentido de propriedade privada assegurada mediante compra desses ambientes, mas sim por investimento de trabalho, com a colocação do peixe. É esse mecanismo que ratifica o sentido do ser *dono*.

A noção de regra é tomada neste estudo seguindo as reflexões de Ostrom (2005) ao salientar que não precisam estar escritas para serem seguidas, mas instituídas, assimiladas e compartilhadas. É a partir dessa perspectiva teórica, que analiso a experiência de uso dos recursos de Mocambo.

Ainda no que diz respeito às regras de uso erigidas pelas famílias, estão diretamente relacionadas com um regime de propriedade, onde os usos comuns dos recursos são combinados com a apropriação privada familiar.

Tal regime de propriedade é associado neste estudo ao que McKean e Ostrom (2001, p. 80) se referem como “arranjos de direitos de propriedade nos quais os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos”. Nesse contexto, os arranjos são organizados com base nas regras de uso determinadas e respeitadas pelas famílias de Mocambo.

Na atividade de pesca em Mocambo, o direito de uso é determinado a partir de regras relacionadas a fatores como: quantidade de mão de obra a ser alocada no processo de trabalho, tamanho das áreas, a forma como é feita, utilização de apetrechos apropriados e definição de quem pode pescar nesses ambientes. Esses fatores organizam o acesso aos recursos e contribuem para a sua manutenção.

O regime de propriedade comum, uso comum e apropriação privada familiar é aqui entendido como princípios de direito que regulam apropriação e uso dos recursos em Mocambo. Em relação ao uso dos recursos, um aspecto que chama a atenção é que lagoas encontradas próximas a Mocambo acabam sendo reivindicadas e nomeadas de acordo com os nomes das famílias, o que reforça a

ideia de apropriação privada familiar, assim como regras de inclusão e exclusão de pessoas.

É importante destacar também que existem algumas lagoas que são utilizadas de forma comum pelo conjunto das famílias de Mocambo. Nesse caso, são considerados abertos a todos, de livre acesso, não existindo o controle sobre o recurso (MCKEAN e OSTROM, 2001).

Ostrom (2005) destaca que a noção de regra é essencial para analisar as instituições, visto que “é usado por estudiosos para se referir a muitos conceitos com significados bastante diversos” (OSTROM, 2005, p. 16). A autora nos convoca à reflexão sobre o funcionamento das regras como regulação, ou seja, princípio regulador para fazer funcionar a vida social, para apreender a posição dos agentes em diferentes situações.

Desse modo, privilegiei enquanto objeto de análise, a discussão sobre recurso comum, uso comum, apropriação privada familiar e propriedade comum, a partir da atividade de pesca artesanal em Mocambo. A finalidade é investigar que mecanismos esses grupos mobilizam em suas práticas para regular a apropriação dos recursos comuns. Nesse sentido, é interessante observar como se movimentam as próprias famílias e como os recursos são pensados e apropriados.

O trabalho de campo via observação participante, proporcionou as bases para as análises empreendidas na presente dissertação. Nesse aspecto, a observação direta e as entrevistas realizadas auxiliaram no entendimento e compreensão dos diversos aspectos relacionados com o problema de investigação. Assim, para o tratamento dessas questões, além da introdução e das considerações finais, a dissertação está estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo apresento o lugar onde realizei a pesquisa, além de introduzir alguns aspectos relacionados com o processo de inserção da pesquisadora no lócus empírico; as condições de realização do trabalho de campo; a relação estabelecida com os interlocutores e a abordagem metodológica, bem como as questões iniciais que resultaram no recorte do objeto de estudo.

No segundo capítulo direciono o olhar para Mocambo, tentando caracterizar os antecedentes históricos da ocupação desse lugar, bem como a indicação das suas práticas econômicas, como agricultura, pesca, comercialização da castanha de caju e artesanato. Apesar de ter algumas informações acerca

desses últimos, não foram tratados da mesma forma como a atividade de pesca, que ocupa um lugar de destaque neste trabalho.

O capítulo terceiro é destinado a analisar detidamente de que maneira a mudança do curso do rio Negro alterou a relação das famílias com o uso e apropriação dos recursos. Este capítulo mantém relação direta com os demais, uma vez que o avanço das dunas e a mudança da paisagem, promoveu a reorganização das atividades de pesca.

No quarto capítulo dedico atenção aos conceitos de recurso comum, propriedade comum, uso comum e apropriação privada familiar a partir das concepções Elinor Ostrom (2005). Segundo suas formulações, as regras não necessitam estar escritas, mas compartilhadas, através de uma nova forma de organização. Esse aspecto mostra-se relevante porque na situação estudada nos deparamos com interseções de dinâmica natural e social. A vida social se reorganiza, se movimenta em interação com uma natureza extremamente dinâmica.

No quinto capítulo realizo uma caracterização dos ambientes de pesca a partir da relação que as famílias estabeleceram com a natureza, - lagos, lagoas, *poços*, praias e açudes - destacando também a importância do rio Negro. Nas modalidades de pesca analisadas, os elementos da natureza são apropriados combinando formas de uso comum com a privada familiar.

Nas considerações finais busquei refletir sobre alguns aspectos relacionados ao uso comum dos recursos. Nesse sentido, interessa entender como se deram os rearranjos internos para o funcionamento da organização social em Mocambo, levando-se em conta as práticas preexistentes e aquelas que passaram a vigorar a após mudança do curso do rio Negro.

Capítulo 1

Um breve contexto da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, localizado no litoral oriental do estado do Maranhão, foi instituído pelo Decreto Nº 86.060 de 02 de junho 1981. Abrange os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz e possui uma extensão de 155 mil hectares. Entre os critérios justificadores de sua criação encontram-se a proteção da flora, da fauna e as belezas naturais, existentes nessa vasta área (BRASIL, 1981), ficando sujeito, ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

O Parque é coberto em sua extensão por elevações de areia, chamados localmente de *morrarias*, que se estendem desde o Golfão Maranhense até a foz do Rio Parnaíba. Do oceano, ao Norte, até o interior, formam-se centenas de dunas e lagoas que surgem após os períodos de chuva. Nessa grande área constituem-se assim, duas áreas: os Grandes Lençóis, a Oeste do Rio Preguiças, e os Pequenos Lençóis, a Leste deste rio (BRASIL, 1981).

A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em 1981, teve suas justificativas vinculadas a um conjunto de fatores associados a um contexto mais amplo de “preocupações de ordem geopolítica e estratégica” (BARRETO FILHO, 2001, p. 57) que faziam parte da agenda do Estado brasileiro, aos objetivos de integração das regiões norte e nordeste à economia nacional e às preocupações com a preservação do meio ambiente.

Foi nesse contexto que a Petrobrás, dentre outras instituições, colaborou com o Projeto RADAM Brasil, na década de 70, como afirma o Diretor Geral do DNPM em seus agradecimentos a essa empresa quando da publicação do relatório, em 1973: “agradecemos pela participação de seus técnicos em debates e também pela gentileza de haver colocado à disposição todos os dados de que dispunha, além da cooperação financeira em áreas de seu interesse” (1973, p. 7). Os dados a que se refere o Diretor Geral são aqueles oriundos dos estudos e trabalhos realizados pela Petrobrás na década de 60, em áreas que depois foram incluídas no perímetro do Parque Nacional.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é considerado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000), como unidade de proteção integral, cujo domínio é da União com o objetivo de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (IBAMA, 2002), permitindo a “realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”, não sendo admitido a presença humana de modo permanente.

Ocorre que nessa unidade de proteção integral, pela legislação brasileira em vigor, não deveria existir população humana vivendo no seu interior, porém esses grupos - agricultores, produtores de castanha de caju, extrativistas, artesãos, criadores, pescadores e marisqueiras - já ali viviam antes da transformação da área em Parque Nacional, nos anos 1980.

A amplitude dessas consequências guarda necessariamente relação com as especificidades sociais e históricas dos grupos afetados pela criação do Parque Nacional dos Lençóis. Impactos que afetam de forma diferenciada famílias de distintos *povoados* dentro do perímetro e no entorno do Parque, comprometendo o seu modo de vida, pois é justamente a relação com o meio biofísico, construída particular e historicamente por meio do seu uso e manejo, o que as caracteriza em termos sociais, econômicos, simbólicos, identitários e ambientais como *populações tradicionais*.

Feitas essas considerações, em relação a essas unidades de conservação de proteção integral, tende a prevalecer de parte do Estado, por meio de seus agentes, um discurso preservacionista, que não abre espaço à discussão sobre a possibilidade de co-existência de *populações tradicionais* nesses ambientes a serem preservados, como se existisse uma incompatibilidade entre conservar a natureza e assegurar o direito de permanência das *populações tradicionais* e de uso dos recursos como parte constitutiva do seu modo de vida. Por outro lado, impossibilitado de remover tais populações de dentro da unidade de conservação, o Estado passa a tratá-las como terminais, sem estatuto de cidadãos plenos, negando-lhes acessos a bens e serviços como quaisquer outros.

Mocambo: o lugar enquanto sistema de relações

Este capítulo aborda o processo de inserção da pesquisadora no universo empírico da pesquisa, obtenção das informações junto a diferentes interlocutores que proporcionam dar conta do objeto de estudo e do problema abordado, bem como pontuar a noção de lugar como elemento de pertencimento. Esta concepção de lugar tem por base os estudos realizados por autores como, Escobar (2005), Tuan (1983), Ploeg (2000) e Massey (2008) nos quais a relação com a natureza é fortemente marcada por práticas simbólicas, de afirmação de sentido de lugar, conforme aponta Augé (1994).

A categoria lugar, usada por Escobar (2005), reflete bem esse “entendimento básico de ser e conhecer” (ESCOBAR, 2005, p.133). Deste modo, o plano simbólico extrapola o significado de natureza. Escobar (2005) pontua que o lugar entrelaça as complexas relações entre o mundo social e *biofísico*, evidenciando configurações particulares de natureza e cultura. O lugar é tido como experiência de uma localidade específica, como relação de pertencimento e ligação com a vida cotidiana (ESCOBAR, 2005).

Então, quando uso o conceito de lugar, ressalto a importância do sentimento de pertencimento pautada na concepção do lugar (Mocambo). Escobar (2005) enfatiza que o mundo natural está integrado ao social, enraizamento a um lugar como entidade multidimensional que resulta em inúmeras práticas, relações, vínculos entre sistemas simbólicos, culturais e relações produtivas complexas.

Massey (2008) por sua vez, após analisar o lugar como eventualidade, destaca que o especial a respeito do lugar não está relacionado ao romantismo de uma identidade coletiva preconcebida, pelo contrário, o especial é precisamente, “esse acabar-juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora” (MASSEY, 2008, p. 203). Negociação que deve acontecer entre os humanos e não-humano. Assim, a autora entende o lugar como um encontro de trajetórias (sociais e naturais).

Tomando as ideias desses autores como inspiração, Mocambo não é somente um lugar de moradia, de trabalho, amizade, compadrio, parentesco, mas de pertencimento, com forte ligação com os elementos da natureza. Dessa forma, a noção de lugar utilizada no presente estudo não é compreendida como normalmente se encontra nos debates contrários a globalização e modernidade, como vítima dos

processos globais, mas como um processo de produção local, ancorado em sistemas de relações (ESCOBAR, 2005; AUGÉ, 1994; MASSEY, 2008; TUAN, 1983).

A escolha de Mocambo enquanto lugar de pesquisa

A escolha de Mocambo como universo empírico aconteceu através de uma viagem que fiz ao lugar, juntamente com o professor Benedito Souza Filho e Raphaella Cunha, integrante da equipe de pesquisa. Cabe destacar que o professor já conhecia Mocambo, e o retorno dele tinha como finalidade complementar informações de algumas etapas de campo já realizadas.

Viajamos a Mocambo no dia 11 de novembro de 2016, chegando em Barreirinhas por volta das 10h. Em seguida procuramos pelo motorista do carro que faz linha para Mocambo. Falamos ao motorista que estávamos indo para a casa do Seu Inácio, nosso anfitrião e conhecido de todos.

Seguimos para Mocambo às 12:00h. Foi uma das viagens mais lentas que já fiz a campo. O motorista demorava muito em cada parada que fazia. Os passageiros desciam do carro, e era nesse momento que faziam o pagamento relativo a viagem, assim como pagavam os fretes atrasados. As conversas eram extensas, uma vez que aproveitavam a situação também para colocar as conversas em dia.

Seu Inácio tem 72 anos e reside na última casa de Mocambo, juntamente com a sua esposa, conhecida como Dona Dodó (69 anos), suas filhas, Maria Raimunda (26 anos), Maria dos Milagres (19 anos), e seus dois netos, Joaquim (13 anos), Wesley (9 anos) e com a sua cunhada Maria José (62 anos).

Quando chegamos Seu Inácio estava sentado a nossa espera na varanda de sua residência. Nesse momento fomos muito bem recebidos. Nosso anfitrião se mostrava muito feliz com a nossa presença. Tratar pessoas desconhecidas (a colega e eu) de maneira carinhosa revela muito como os laços são construídos e os vínculos com as pessoas que contribuem fortemente para a nossa presença enquanto pesquisadora.

A maneira como fomos recebidos, me chamou muito atenção. Assim que o professor nos apresentou ao seu Inácio, ele abriu um sorriso muito grande, e

comentou que não tinha visto duas pessoas acompanhadas pelo seu professor, mas sim “*as suas filhas*”. Falou rapidamente “*olha, elas são parecidas com as meninas*”, se referindo a Maria Raimunda e a Maria dos Milagres, suas filhas. Sorrimos e concordamos com a cabeça. Senti-me lisonjeada e claro feliz pela receptividade, a partir desse momento posso dizer que se iniciou uma relação de empatia.

O que quero enfatizar é que a nossa inserção no campo, possibilitou que Seu Inácio nos enquadrasse em uma imagem familiar. Quando ele chamou suas filhas e sua esposa, ele queria confirmar essa impressão inicial. Criou-se um laço muito forte nos associando às suas filhas. No momento em que ele disse, “*mas elas são muito parecidas, olha as quatro juntas, parece que são minhas quatro filhas*”. Nossas características físicas - minha e da colega - propiciaram uma boa coincidência.

Seu Inácio relatou que a forma como chegamos, teve a sensação de estar abrindo um vidro e que ao retirar a tampa, é como estivesse saindo coisas boas. Ele descreveu que houve casos em que as pessoas chegaram a Mocambo com a expressão de seriedade, o que segundo ele causava certo desconforto.

Bourdieu (1997) em seu texto “Compreender”, chama atenção para as dificuldades de comunicação e interpretação, bem como a relação entre pesquisador e pesquisado. O autor propõe que a reflexividade reflexa definida num “olhar sociológico” permite identificar e controlar, no contexto de campo, os efeitos da estrutura na condução da pesquisa. Nesse sentido, Bourdieu (1997) discorre que a comunicação é um elemento imprescindível para o sucesso da pesquisa.

Embora não tenha sido combinado e nem planejado, em relação a nossa chegada, a maneira como minha colega e eu reagimos contribuiu para que a empatia fosse assegurada. A forma como chegamos, como fomos bem recebidos, assim como as semelhanças com suas filhas, foram às condições favoráveis para afirmar o estreitamento de laços, principalmente no que se refere à metáfora da “*tampa de vidro*”, usada por seu Inácio, o que corresponde a um tipo de vínculo que favorece o bom desenvolvimento da pesquisa.

Segundo as ponderações de Evans-Pritchard (2005) o trabalho de campo proporciona um contexto de grande proximidade entre o pesquisador e o interlocutor. As trocas de informações e os estreitamentos dos laços enriquecem as interações. Já diziam Beaud e Weber (2007), que a presença de um desconhecido

direciona tentativas de identificação, então, enquanto pesquisadores, nós devemos facilitar o primeiro contato, ter o conhecimento das normas no meio pesquisado.

Assim, refiro-me as formas de apresentação dos desconhecidos. A apresentação representa um momento fundamental. Segundo a forma como ela é realizada pode possibilitar ou não o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse momento, a maneira como o pesquisador é recebido pode abrir ou não a possibilidade para a concretização do trabalho de campo. Naquela circunstância, as impressões que causamos e as tomadas de decisão em relação ao lugar, relativo ao trabalho de campo, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme sublinha Berreman (1980, p. 125) “todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer”. Para este autor, a interação social abarca os mecanismos de controle e interpretações de impressões reciprocamente demonstrado entre pesquisador e pesquisado. Sua perspectiva metodológica sublinha que as impressões que o pesquisador e o pesquisado têm um do outro, influenciam no comportamento, atitudes, como também na prática de campo (BERREMAN, 1980).

Não posso deixar de enfatizar que embora não fosse o meu primeiro trabalho de campo, não quer dizer que não estava ansiosa e cheia de expectativas. Já possuía experiência em outros campos, o que me tranquilizava, mas não me dava garantia de que tudo aconteceria como previsto, o que aumentava ainda mais a minha ansiedade. Imagino que até os pesquisadores mais experientes, sentem um pouco de ansiedade com o início de um novo trabalho de campo.

Rumo a Mocambo

No dia 11 de novembro de 2016, viajei pela primeira vez para Mocambo. A viagem de carro durava mais ou menos seis horas, saindo da sede de Barreirinhas até Mocambo.



Meio de transporte utilizado pelos moradores dos distintos lugares do PNLM. Foto: Diana Mendes

O acesso ao povoado se dá através de veículos particulares com tração 4x4 que funcionam como transporte de passageiros, num percurso de quatro horas de viagem em estrada arenosa. A passagem ao povoado custa R\$ 15,00 reais, sendo cobrado o valor de R\$ 5,00 reais o frete das mercadorias, dependendo do produto transportado e da quantidade.

O veículo que faz transporte regular para Mocambo e os lugares próximos, pertence a um morador de Buriti Grosso, povoado vizinho a Mocambo. Sai ao meio-dia da sede de Barreirinhas com destino aos distintos povoados. Dentro do carro, uma agitação de mulheres, homens, crianças, idosos e mercadorias. O carro, no percurso contrário, passa ainda em Mocambo ao meio dia, para chegar às 16h na sede do município. As viagens para a cidade de Barreirinhas ocorrem somente às segundas e quintas-feiras, sendo que chega segunda-feira à tarde na sede do município e retorna ao povoado na terça-feira. Há também viagens às quintas-feiras com retorno às sextas-feiras ao povoado.

As pessoas aproveitam a manhã para resolver compromissos relativos a aposentadorias, benefícios bolsa família, consultas médicas entre outros compromissos. Aproveitam também para fazer suas compras domésticas. Desta forma é importante destacar que na volta para o povoado o carro fica tomado pelas compras, como: pneus, botijão de gás, sacos de cimentos, canos para instalação hidráulica, baldes, cadeiras, cebolas, tomates, arroz, sabão, frangos, carnes, ovos, óleo.

Durante a viagem ouviam-se inúmeras reclamações, do motorista por demorar-se nas casas dos passageiros conversando; do excesso de passageiros e mercadorias; do calor. Antes de sair de Barreirinhas e prosseguir viagem para os povoados, o motorista para em vários lugares ali mesmo na sede, recolhendo passageiros que terminavam suas compras; os que estavam nas casas dos parentes descansando o almoço ou fazendo um lanche para suportar a viagem. Tinham também pessoas que se lembravam, já dentro do carro, que tinham de comprar mais alguma coisa, e saíam correndo, e o carro esperava o que irritava muitos passageiros. A viagem não era muito confortável, uma vez que não sobrava espaço suficiente dentro do carro.

O deslocamento dos moradores de Mocambo entre povoados vizinhos é feito a pé ou com a utilização de quadriciclos. No período chuvoso o acesso ao lugar é dificultado em conseqüências dos alagamentos de trechos do percurso entre Barreirinhas e Mocambo. Dessa forma, as rotas do período de verão (junho a dezembro) são alteradas. Deste modo, os moradores, para se deslocar até Barreirinhas durante o período chuvoso (janeiro a maio), necessitam ir a pé até ao lugar mais próximo (Boca da Lagoa) para tomarem a condução que realiza o transporte de passageiros.

A viagem era um pouco exaustiva. Dessa, como de outras vezes, a chegada em Mocambo era sempre marcada pela boa recepção, sobretudo por Seu Inácio, a pessoa que me acolhia em sua casa. A inserção no lugar foi mediada pelo professor Benedito Souza Filho, que já era conhecido de Seu Inácio. Em Mocambo ele é conhecido como Professor, por isso no começo era comum ouvir os moradores se referirem a mim como a “professorinha” ou a “aluna do professor”.

Após a minha primeira viagem, passei a ir todo mês a Mocambo, com o passar do tempo, os laços de amizade foram se estreitando com as demais pessoas do lugar, e a minha presença já não chamava mais tanto a atenção.

Como referido, após a recepção calorosa que tivemos de Seu Inácio, ele nos disse que no dia seguinte haveria uma reunião na Associação de Moradores e que era primordial a nossa presença, assim aproveitaria um momento onde todos estariam reunidos para explicarmos o motivo de nossa estada entre eles, assim como a finalidade dos nossos trabalhos.

Após o jantar, participamos do momento de oração com a família, o qual chamo de culto doméstico, onde todos se reúnem para fazer suas preces em casa, compreendendo cinco momentos: primeiro é a oração; em seguida é o momento do evangelho, que é a leitura de passagens da bíblia; logo depois é a reflexão, ou seja, eles liam a bíblia e comentavam o que era lido, mais precisamente sobre o versículo que acabavam de ler; também tem as intenções, que é o momento de oração uns pelos outros, bem como os agradecimentos; por último entoam músicas cristãs.

Nesse momento toda família participa, seja cantando ou tocando instrumentos musicais. Assim, Seu Inácio toca pandeiro, enquanto seu neto Joaquim tanto cantava como tocava violão. As canções eram sempre animadas e entoadas com palmas.

O culto doméstico acontece em dois horários, um pela manhã, após o café e outro depois do jantar. É importante destacar que quando tem celebração na igreja à noite, Seu Inácio só faz o culto doméstico no horário da manhã.

A oração feita em casa é uma espécie de celebração informal que eles fazem entre si. Como foi o meu primeiro contato com a família, apenas participei como ouvinte. Mas na medida em que fui fazendo os trabalhos de campo, estabeleci, digamos um papel no momento da oração. Seu Inácio, estabeleceu a mim, o momento da leitura: ler a bíblia e explicar em poucas palavras o significado do que foi lido.

Nessas ocasiões, Milagres escolhia uma mensagem e eu lia em voz alta para todos e em seguida cada qual fazia sua interpretação sobre o que era lido, de modo que todos contribuíssem nesse momento religioso. Seu Inácio dizia que culto doméstico tinha como finalidade fortalecer a comunhão entre os membros da família, bem como de manter vivo o vínculo com a religião.

Em todo caso, Dona Dodó falava, que ensinar os mandamentos bíblicos é algo que os pais deveriam fazer para abençoar os filhos. E o que mais me impressionava era a seriedade como eles conduziam o culto todos os dias. Todas as famílias de Mocambo são praticantes do catolicismo.

Conforme Durkheim (1989) o homem precisa da religião porque é através dela que ele encontra a explicação para o cotidiano. Desta maneira, a religião não só contribui para o pensamento humano, mas dá forma de pensar em termos de tempo, identidade, personalidade e força dentre outros.

No dia seguinte, como citado anteriormente, participamos da reunião da Associação dos Moradores que teve início às 8h. Estiveram presente na reunião 13 sócios. A presidente da Associação se chamava Rosimar Santos. O que me chamou mais atenção é que antes do início da reunião, foi realizado um momento de oração, demonstrando a forte religiosidade dos moradores do povoado.

Dona Rosimar, foi responsável pela leitura de um versículo da bíblia e explicação da palavra. Posteriormente ela fez a leitura do poema chamado “Deficiências”, de Mario Quintana. O texto era excelente. O interessante é que na medida que ela ia lendo, falava sobre as deficiências de quem muitas vezes só sabe criticar. Usavam o texto para instigar a reflexão sobre as suas próprias práticas.

Ao final da leitura, fomos apresentados e explicamos o motivo de estarmos ali que era conhecer de perto os problemas enfrentados por eles e, no meu caso em específico, precisava realizar uma pesquisa para poder escrever uma espécie de livro para obter o diploma da faculdade. Dizer dessa forma pareceu a maneira mais fácil de explicar aos participantes da reunião o interesse de fazer o estudo em Mocambo.

As pautas da reunião foram: *mutirão*⁵ e sobre os chamados *poços*. De acordo com Dona Rosimar, é de fundamental importância ajudar aqueles que estão trabalhando sozinho e citou como exemplo o Seu Inácio, que vinha trabalhando sozinho na construção da cerca da sua roça. Vale esclarecer que Seu Inácio possui a idade de 72 anos, e a única força masculina com quem pode contar é a do seu neto, Joaquim.

A outra pauta da reunião tratou dos chamados *poços* perenes que ficam nas proximidades da casa do Seu Inácio. É necessário destacar que os *poços* são

⁵ Expressão usada em Mocambo para designar uma mobilização coletiva baseada na ajuda mútua efetuada gratuitamente. Uma realização de serviços que beneficia um indivíduo ou uma comunidade.

áreas que apresentam significativa profundidade, depressões no terreno e que permite a concentração de água, ou seja, quando começa o período chuvoso (janeiro a maio) as terras do lugar ficam inundadas e as depressões vão concentrando água.

As partes alagadas tornam-se locais de reprodução de peixes que, com o alagamento da área pelo período chuvoso, espalham-se por todo o povoado. Cabe destacar que outrora esses *poços* formavam um grande lago, mas devido ao avanço das dunas, houve uma diminuição relativa ao seu tamanho.

Um detalhe interessante que pude perceber durante a reunião é que esses *poços* perenes funcionam como uma espécie de *reserva de peixes* e esses recursos são cuidados pelas famílias de Mocambo, especialmente por Seu Inácio. Ele é quem cuida desse ambiente colocando palhas para proteger os peixes dos pássaros predadores. Nesse sentido, os moradores de Mocambo passam a reivindicar esses recursos como área importante para reprodução dos peixes nativos.

Durante a reunião foi possível também identificar a existência de um lugar próximo a Mocambo chamado Boca da Lagoa, cujos moradores pescam nesses *poços*. O uso desses recursos pelas famílias de Boca da Lagoa é histórico, no sentido de que sempre pescaram em Mocambo, mas em função da escassez dos peixes e mudança curso do rio Negro, ocorreram algumas alterações da paisagem e no próprio abastecimento de peixe.

Por causa disso, as famílias de Mocambo estão adotando mecanismos de proteção e de negociação com os moradores de Boca da Lagoa. Uma das reclamações é que os moradores de Boca da Lagoa pescam com o auxílio de caçoeira⁶ durante a noite sem a permissão dos moradores de Mocambo.

No contexto da reunião, embora fosse o meu primeiro contato com os moradores de Mocambo, compreendi através das narrativas dos presentes, que eles não estão proibindo as pessoas de Boca da Lagoa de pescarem em tais *poços*, apenas estão restringindo a forma como pescam e quando devem pescar.

⁶ Tipo de rede pesca feito de nylon utilizada na captura de peixes. Conforme os interlocutores, o tamanho da *malha* utilizada nas coçoeiras deve ser grande possibilitando que peixes menores não sejam capturados.

As relações com os elementos da natureza presentes em Mocambo apresentaram uma questão muito interessante: o funcionamento das regras que orientam a utilização dos ambientes e dos recursos neles encontrados.

Conforme Geertz (1999) existe um conjunto de sistemas sociais dotados de complexidades que se ajustam uns aos outros. Para o autor, a análise da estrutura de um determinado lugar, respalda-se primeiramente na discriminação dos planos de organização, para em seguida explicar o modo como se cruzam (Geertz, 1999).

É importante perceber que Mocambo está referido a um conjunto de práticas e saberes que caracteriza a construção social do lugar alicerçada no entrecruzamento de distintos planos de organização social, assim como as atividades econômicas (Geertz, 1999).

Dada a variedade de assuntos tratados na reunião, aqui cabe destacar que ela revelou para mim, sobretudo, a atividade de pesca, saberes e práticas relacionadas com os recursos como dinâmicas sociais interessantes. Todas essas preocupações relativas à atividade de pesca sinalizam para diferentes fatores que se relacionam com a organização social e econômica das famílias. Cabe destacar que todos esses elementos que surgiram durante a reunião contribuíram decisivamente no processo de definição do universo empírico e na escolha do objeto de estudo.

Notas sobre o trabalho de campo

Após ter definido o objeto de estudo, realizei a pesquisa individual em Mocambo em 08 etapas de trabalho de campo, entre os períodos de novembro de 2016 a agosto de 2017 compreendendo as seguintes datas: 11 a 14/11/2016; 02 a 05/12/2016; 27 a 30/01/2017; 17 a 20/03/2017; 02 a 06/05/2017; 15 a 19/06/2017; 15 a 20/07/2017; 18 a 24/08/2017. A escolha das datas para a realização de trabalho de campo deu-se por questões práticas, uma vez que eu deveria conciliá-los com as aulas e trabalhos finais das disciplinas do mestrado.

No dia 02 de dezembro de 2016 vivi de fato, minha primeira experiência de trabalho de campo individual em Mocambo. Pessoalmente, percebi que não poderia ficar muito tempo sem manter contato com os interlocutores, precisava iniciar a pesquisa, ainda mais por se tratar de um processo de escrita de dissertação, tinha um prazo a cumprir.

Essa viagem foi exatamente para me aproximar mais dos meus interlocutores, percorrer todo o Mocambo. A finalidade era me familiarizar com o lugar, identificar a distribuição das casas, conhecer os locais onde são realizadas as atividades de pesca, bem como compreender a situação social, ambiental, histórica do lugar, e buscar novos interlocutores.

Apesar de já ter mantido contato com alguns moradores de Mocambo, em especial com Seu Inácio, fiquei ansiosa para realizar a viagem que marcaria de fato a minha inserção no local da pesquisa. Berreman (1980) aponta que pessoas desconhecidas são facilmente desencorajadas a ficar muito tempo em locais que desejam pesquisar.

Ainda segundo o autor, não basta ter fácil acesso ao trabalho de campo, isso não é garantia de realização da pesquisa, dado que o segredo para o êxito do trabalho depende da forma como a pesquisa é iniciada, bem como as impressões construídas em relação ao pesquisador.

Diante dessa preocupação, não demorei em retornar a Mocambo. Pensei em uma reaproximação o quanto antes com o grupo. Liguei para o Seu Inácio e marquei o retorno do trabalho de campo. Ele foi muito solícito e se prontificou em me ajudar.

O que era para ser uma simples viagem acabou se tornando um alvoroço. Quando falo que minha ida se tornou um alvoroço, quero dizer que todos os filhos do Seu Inácio estavam preocupados com a *“moça que estava indo para Mocambo”*, ficaram com medo que eu pegasse o transporte errado.

Embora eu tivesse as informações sobre o percurso até o povoado, visto que havia feito uma viagem no mês anterior, busquei novamente informações a respeito do itinerário com o Seu Inácio e o tranquilizei para que não se preocupasse, uma vez que eu já estava acostumada com esses tipos de viagem, o que, entretanto, não surtiu muito efeito, pois se mostrava preocupado.

Como na primeira etapa ocorreu uma reunião na Associação de Moradores, e quase todos os moradores estiveram presentes, muitos já me conheciam, então foi fácil seguir a viagem no carro já que tinham pessoas de Mocambo fazendo o mesmo trajeto que eu, mas que não impediu que outros passageiros dos demais lugares indagassem acerca do meu deslocamento. A fim de não causar agitação quanto a minha presença, quando me perguntavam para onde

estava indo, respondia que estava indo visitar um amigo. À medida que fui fazendo as etapas de campo, a minha presença já não chamava tanta atenção.

Em janeiro, quando se deu a terceira ida a Mocambo, pude observar como o lugar se transforma ao longo do período chuvoso. Em relação a isso, é importante dizer que uma das dificuldades do trabalho de campo foi justamente circular pelo lugar neste período, porque muitas vezes andava com água acima da cintura, o que me causava certo medo, porque não sabia onde estava pisando e também ficava com receio de cair e danificar os instrumentos de trabalho (GPS, câmara fotográfica, gravador e caderno de anotações). Então, para continuar a etapa de campo foi preciso deixar de lado o receio de andar em áreas alagadíssimas tanto durante o dia como à noite, apesar dos riscos. Essa etapa de trabalho de campo foi importante para identificar e fotografar os chamados *poços perenes e sazonais*, ambientes que orientam um dos aspectos da vida social de Mocambo.

O objetivo era identificar outros *poços* que se formavam além dos *poços perenes*; identificar os locais que eram chamados de *açudes*; conhecer as categorias utilizadas pelos moradores para designar os lugares de ocorrência de peixes, assim como fotografá-los e elaborar um calendário de pesca.

O uso da fotografia também foi um elemento importante em todas as etapas da pesquisa. Cabe dizer que a ausência de pessoas nas fotografias foi intencional. O objetivo era priorizar, sobretudo, as mudanças da paisagem e as diversas camadas temporais que a compõe, isto é, mostrar que a imagem envolve muito mais do que um visual bonito. Desta maneira, utilizo a fotografia enquanto importante meio de registo de diferentes tempos e mudanças, apresentando-se como uma importante ferramenta de pesquisa.

Os registros fotográficos constituíram, portanto, um grande suporte para as descrições, assim como, para o diálogo com a teoria no desenvolvimento do presente trabalho. Consoante Bachelard (2008), a imagem poética tem um dinamismo próprio. Em outras palavras, não basta apenas ver e reduzir a imagem a sua natureza instrumental, mas imaginar, sonhar, ou seja, a imagem poética com expressão criada do ser, um fato de grande significação ontológica. Cabe dizer ainda, que todas as imagens foram coletas pelo aparelho celular.

Na viagem do dia 17 de março de 2017 busquei entender como se dava a apropriação privada e familiar dos recursos naturais de Mocambo. Nos campos

anteriores foi possível identificar a existência de *lagoas de uso comum* - lagoas que são utilizadas por todas as famílias de Mocambo.

Assim como o uso das *lagoas marcadas*, cada família faz o investimento de colocar peixes dentro das lagoas. As pessoas que realizam tal investimento se dizem *donos* delas. A finalidade era identificar quem são as pessoas que possuem as *lagoas marcadas*; identificar qual época colocam os peixes; entender como se deu a mudança do percurso do rio Negro e descrever as alterações do meio *biofísico*, identificando também quem são as pessoas que podem pescar nos chamados *poços, reserva de peixes e lagoas marcadas*.

As quatro últimas etapas de campo serviram para aprofundar as informações coletadas, bem como compreender as configurações e alterações dos ambientes aquáticos de Mocambo em função da mudança da natureza; fazer um inventário dos peixes nativos e dos apetrechos de pesca, bem como analisar as categorias de classificações dos ambientes aquáticos do lugar.

Neste contexto, as etapas de trabalho de campo serviram para que pudesse compreender aspectos da organização social das famílias e a dinâmica da natureza de Mocambo com base na sazonalidade, envolvendo os períodos de *inverno e verão*.

A escolha dos interlocutores

No âmbito da prática antropológica há uma mistura entre texto etnográfico e relato de experiência. Já dizia Clifford (2014, p.11) que “a experiência etnográfica é sempre textualizada, enquanto que o texto etnográfico está sempre contaminado pela experiência” (CLIFFORD, 2014). Tal perspectiva é inspiradora para se pensar que ao conviver diariamente com o grupo pesquisado, o contato jamais será neutro, torna-se denso e sobrecarregado de sentimento.

Dessa forma, é fundamental destacar que o estreitamento dos laços estabelecidos, o acolhimento, colaboram para as barreiras sumirem, embora essa proximidade seja favorável para a pesquisa, é necessário manter um distanciamento para tratar as informações coletadas: “um pé aqui e outro lá”. Posso dizer que conquistei um lugar dentro de Mocambo, que me permitiu um enorme engajamento

entre os interlocutores, mas essa interação foi seguida por um distanciamento crítico, no sentido de controlar o processo de implicação do andamento da pesquisa.

É importante sublinhar que Seu Inácio foi o interlocutor com quem mantive mais contato, e com quem obtive muitas informações. Tendo em vista que foi na sua casa que fiquei hospedada, acompanhei toda a rotina da família. Então eu sabia sempre qual era o melhor horário para conversarmos: pela manhã somente depois que ele colocasse comida para as vacas, após a sesta ou então depois do jantar.

De acordo com Beaud e Weber (2007, p. 71), o instalar-se no campo, fará do seu anfitrião o "seu primeiro aliado e seu primeiro informante." À vista disso, Seu Inácio foi um interlocutor privilegiado por se destacar dentre os demais por ser uma pessoa importante do lugar; o mais antigo morador de Mocambo; quem celebra os cultos na igreja; exerce também a função de benzedeiro e, além disso, é uma liderança local.

Assim, os principais interlocutores que mantive contato são: líderes e aqueles envolvidos com atividade de pesca. Seu Inácio (autoridade local); Dona Rosimar (presidente de associação de moradores), e o seu esposo, Fábio; Seu Luís (responsável pela coordenação da igreja); Dona Celina, Dona Paixão, Dona Luzia, Seu Cúria e Seu Loinha.

É importante destacar que no início de cada pesquisa empírica, o pesquisador sempre tem aquela velha sensação de que está incomodando ou que pode incomodar. Tal sensação segue até que a confiança seja estabelecida.

Assim, ao longo de cada trabalho de campo, fui estabelecendo contato com os demais moradores, até chegar ao ponto de sair de manhã da casa do seu Inácio para conversar com as pessoas e retornar lá pelo horário do fim da tarde, às 18h. Após estreitar os laços de confiança, às vezes passava o dia, indo de casa em casa para conversar e realizar as entrevistas. Não era um trabalho árduo, o que incomodava mesmo eram as caminhadas nas areias (leve um tempo para aprender a andar sem que o pé afundasse) e o sol escaldante.

Dona Rosimar (33 anos) foi uma interlocutora importante. Ela ocupa um lugar singular em Mocambo, sendo presidente da associação de moradores. É uma pessoa muito hospitaleira, sempre oferecendo café e cuscuz, que por sinal era uma delícia. Determinada, ela só aceitava ser entrevistada, após o cafezinho.

Dona Rosimar é casada com Seu Fábio, e juntos possuem 3 filhas, são os únicos de Mocambo que possuem quadriciclo. Foi uma das interlocutoras de quem me aproximei bastante. Ela ainda me ajudou a identificar todos os *poços sazonais* de Mocambo. Com o seu auxílio consegui registrar todos esses ambientes com um aparelho de navegação por GPS (Sistema de Posicionamento Global) bem como fotografá-los. O Seu Fábio também foi outro que me favoreceu com a sua disponibilidade de tempo. Foi ele que me levou no seu quadriciclo para mapear as *lagoas* que ficam no meio das dunas, por meio da marcação de pontos com GPS.

Outro interlocutor fundamental foi Seu Luís (58 anos), conhecido como Luizão, sobrinho de Seu Inácio. É o único de Mocambo que possui *açudes* que não secam. E também tem um grande conhecimento sobre o lugar, sendo muito agradável conversar com ele e sua esposa, Dona Maria. Defendem firmemente a proteção do lugar, principalmente da chamada *reserva de peixe*. É um dos que podemos chamar de especialistas, se destacando junto com Seu Inácio.

Dona Celina reside em uma área propícia ao alagamento em época de chuva. É uma pessoa mais reservada, mas mostrou deter um grande conhecimento sobre os ambientes aquáticos de Mocambo e dos usos de recursos comuns.

Seu Cúria, irmão de Seu Luís e do Seu Loinha, possui uma posição diferenciada. É o único que possui uma *quitanda* em Mocambo, espécie de comércio local. É compreensível a posição que ele ocupa no lugar. Seu Loinha, é um dos poucos que ainda exerce a atividade de pescaria artesanal fora de Mocambo. Costuma pescar no rio Negro, mas devido a distância, já não pesca mais com tanta frequência.

Outra interlocutora de participação fundamental foi Dona Paixão, sempre muito solícita e disposta a me ajudar na pesquisa. Dona Luzia se destaca por seu ofício de artesã, residindo em uma casa cercada pelas dunas.

Durante todos os trabalhos de campo, a relação com esses interlocutores foi marcada e fortalecida por muita empatia. Seus depoimentos foram imprescindíveis para reflexão sobre o objeto de estudo. A perspectiva dos trabalhos de campo era entender como se dava a relação com o meio biofísico dentro do respectivo espaço social. Para isso, foram mapeados todos os recursos aquáticos utilizados em Mocambo, assim como as práticas de manutenção desses recursos.

A metodologia da pesquisa

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi o método etnográfico aliando-o às técnicas da observação participante, realização de entrevista, fotografias e uso de recursos audiovisuais. O diário de campo foi mobilizado como uma das principais ferramentas, uma vez que “transforma uma experiência social ordinária em experiência etnográfica, pois não só restitui os fatos marcantes que sua memória corre o risco de isolar e descontextualizar, mas, especificamente, o desenrolar cronológico objetivo dos eventos” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 67).

Dessa forma, o uso do diário de campo foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, por possibilitar um registro das atividades realizadas. Os relatos em forma de diário contemplaram todas as descrições dos lugares, das pessoas e dos acontecimentos no contexto da pesquisa, não demandando qualidade literária, mas requerendo precisão na descrição de detalhes.

Conforme já apontado, o trabalho de campo etnográfico, com vistas à produção de dados empíricos pelo próprio pesquisador, é a forma particular, adotada pela antropologia, para responder à exigência do rigor empírico que funda as ciências sociais, com as quais compartilha o mesmo regime epistemológico (OLIVIER DE SARDAN, 2008).

Nesse contexto, o trabalho de campo pode ser caracterizado pela combinação de procedimentos de produção de dados. Uma parte importante do trabalho de campo etnográfico é destinada à observação e à realização de entrevistas, que se apresentam como procedimentos privilegiados à produção de informações pelo pesquisador.

Aqui há um aspecto fundamental: o pesquisador necessita superar as barreiras que se interpõem durante os trabalhos de campo. Para obter êxito em tal empreitada é necessário uma “aplicação sistemática e paciente de algumas regras de bom-senso assim como de princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de qualquer atalho maravilhoso” (MALINOWSKI, 1976, p. 24). Nesse sentido Malinowski ressalta três unidades de agrupamento, dos chamados princípios metodológicos:

Em **primeiro lugar**, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em **segundo lugar**, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. **Finalmente**, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência. (MALINOWSKI, 1976, p.24, negritos meus).

Em todos esses posicionamentos teóricos, bem como conhecer inicialmente as técnicas de observação, o pesquisador deve adotar uma postura epistemológica; possuir boas condições de pesquisa. Malinowski (1976) enfatiza que a observação participante recoloca a totalidade do problema, mas não o resolve.

Para o autor, a habilidade de participar do universo da vida nativa estabelece condições prévias para a investigação, mas não isenta o trabalho árduo de coletar as informações e sistematizar. Os fenômenos devem ser percebidos na totalidade do seu contexto (MALINOWSKI, 1976).

De acordo com os autores mencionados, a técnica de observar consiste em exercitar a capacidade do pesquisador para anotar detalhes. Assim, o que caracteriza propriamente a pesquisa etnográfica, em oposição às outras modalidades da produção dos dados em ciências sociais, é que o pesquisador é responsável por seu trabalho do início ao fim.

Desse modo, o trabalho de campo é uma etapa fundamental não só por permitir o acesso às informações, mas também porque proporciona a construção de uma base de dados, aspecto que considero importante no meu crescimento acadêmico e pessoal.

Reconhecendo a importância da observação e das anotações durante a realização do trabalho de campo, os diários de campo, bem como a observação (direta e/ou participante) não representam somente o acesso do pesquisador a um novo mundo social, estabelecendo relações diretas com seus interlocutores em um meio de interconhecimento (BEAUD e WEBER, 2007), mas também a possibilidade de produzir informações e descrição dessa realidade traduzidas em versões a serem apresentadas a outros (EMERSON, FRETZ, e SHAW, 2001, p. 353).

O presente trabalho apresenta também vários registros fotográficos. Optei por trabalhar com fotografias, como forma de auxiliar a coleta de dados, no sentido de produzir registros que ajudasse a descrever a lógica de organização dada ao

espaço e o sentido das relações sociais – neste caso, a fotografia é pensada como elemento do discurso antropológico (GURAN, 2000; GODOLPHIM, 1995).

Assim, o mote de organização das imagens, seguindo a lição antropológica do esforço de compreender a articulação dos espaços vividos, alcança a percepção das relações entre os homens e entre estes e a natureza.

A pesquisa implicou ainda o uso de mapeamento dos ambientes, recursos e áreas apontadas pelas famílias como essencial à sua reprodução social. Para alcançar tal fim, foi utilizado o equipamento de navegação por GPS para georreferenciar tais locais com uso de imagens de satélite, mapeamentos e outras formas de representação gráfica desses espaços, valendo-nos de croquis elaborados com auxílio dos interlocutores no âmbito de uma cartografia social participativa (ACSELRAD, 2008, 2010).

Como destaca D'Antona et al (2008, p. 104) “os desenhos podem servir para aperfeiçoar a interpretação e a compreensão dos pixels das imagens de satélite ao proporcionar a visualização da cobertura e do uso da terra da perspectiva do morador”.

Capítulo 2

A caracterização sociológica e ecológica de Mocambo

Mocambo encontra-se localizado entre os municípios de Barreirinhas e Santo Amaro, estando situado ainda dentro da área pertencente ao PNLM, na chamada *região das areias*. Tal classificação está relacionada à própria caracterização ecológica do lugar.

Segundo Dias (2017) os grupos familiares do PNLM estão distribuídos em áreas definidas como *região das praias* e *região das areias*, são áreas do Parque que apresentam determinados ecossistemas e, por essa razão, são realizadas diferentes atividades econômicas com base nas formas específicas ao uso dos recursos naturais. Em função das condições ecológicas de cada região, algumas atividades são mais realizadas que outras.

Além da agricultura, criação de animais e pesca, foram encontrados diferentes ambientes como *vargens, lagoas e poços*. Em relação a tais ambientes foram construídas regras próprias de apropriação dos recursos pelas famílias de Mocambo. Desta forma, as atividades são realizadas com base nas características ecológicas das regiões.

Cabe dizer que o uso dos recursos encontrados em Mocambo é realizado de forma comum, o que não significa que seja de livre acesso. Nesse caso existem regras que disciplinam o uso pelas famílias. Segundo Porto-Gonçalves (2012), o acesso aos recursos naturais representa a natureza das relações sociais entre os sujeitos e os lugares. À vista disso, os limites territoriais são importantes para compreender as relações de poder, pertencimento, bem como a apropriação dos recursos nele contidos.

Diante dessa perspectiva, podemos dizer que em Mocambo os fatores ambientais marcam fortemente as formas de apropriação dos recursos. Neste contexto, Mocambo se caracteriza pela mudança, pela variedade de “feições geomorfológicas” (SOUZA, 2015). As dunas consistem em grandes massas de areias em movimento. Souza (2015) pontua que embora as dunas sejam de origem

natural, este fenômeno causa sérias consequências, principalmente a perda de terras cultiváveis e a mudança do curso do rio Negro.

A partir da pesquisa de campo pude reunir informações relativas ao número de famílias, bem como o número de unidades domésticas. Os dados coligidos, dispostos em tabela, que comentarei a seguir, auxiliaram na organização de um quadro geral dessa composição demográfica.

QUADRO 1 – Composição demográfica de Mocambo

Casas	Famílias	Homens	Mulheres	Aposentados		Crianças
				H	M	
17	17	32	23	02	02	22

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

A tabela acima apresenta aspectos gerais do povoado. Conforme levantamento em campo, Mocambo reúne 17 famílias distribuídas em 17 unidades residenciais, construídas tanto de alvenaria como de adobe. Os tetos das casas são de telhas e palhas da palmeira de buriti. No que diz respeito à composição demográfica, Mocambo apresenta uma população estimada de 77 pessoas, sendo 32 homens, 23 mulheres e 22 crianças. Como citado anteriormente, na parte de Mocambo situada no município de Barreirinhas, existem 11 casas e na de Santo Amaro 06. Possui também 04 aposentados e 04 beneficiários do Programa Bolsa Família. Possui ainda 01 igreja católica e 02 barracões.

Em Mocambo não existe cemitério, seus entes queridos são enterrados em Buriti Grosso. Também não existe posto de saúde no povoado. Para tratamento de saúde os moradores se dirigem à sede do município de Barreirinhas. No tocante aos eventos religiosos, celebram somente o padroeiro de Mocambo, São Sebastião, que ocorre entre os dias 11 a 20 de janeiro. Quanto às formas de comunicação, grande parte das famílias utilizam telefones celulares que funcionam com auxílio de antenas instaladas no telhado das casas, o que facilita a comunicação entre familiares que residem em outras localidades.

É importante ressaltar que a população de Mocambo descende em sua maioria da família Luz, conhecida como família *Luna*, originária de Buriti Grosso

(povoado vizinho). Pude perceber ainda que as mulheres que não nasceram em Mocambo têm como origem os povoados Cabeceira, Boca da Lagoa, Sucuruju, Pacas, e Buriti Grosso, ou seja, após casarem-se passaram a residir no lugar de origem do marido. Existem também pessoas de Mocambo que foram morar em outras localidades como, Buriti Grosso, Pacas, Mirinzal, Cedro, Lagoa da Esperança, Mirinzal, São José do Saco e Barreirinhas.

Mocambo não era servido de energia elétrica até julho de 2016. A partir de agosto deste de 2017, todas as casas passaram a ter energia elétrica. Anteriormente, algumas famílias utilizavam como fonte de energia, o gerador movido a óleo diesel e baterias de automóveis e caminhões para terem energia durante algumas horas à noite.

Outro detalhe a ser observado antes da chegada da energia, o dono do único comércio existente em Mocambo, a época utilizava dois botijões de gás por mês. A finalidade era manter o funcionamento de uma antiga geladeira que funcionava a gás para poder conservar os alimentos.

Mocambo possuía uma estrutura que funcionava como escola do 1º ao 5º ano do fundamental. Aqui caberia esclarecer que tal estrutura caiu e as aulas estão sendo realizadas na casa da professora, Luzimar da Luz, também conhecida como Dona Zima. Está sendo construída uma nova escola de nível fundamental, mas apenas começaram a construção.

A construção se encontra parada, sem previsão para término. Para cursarem do 6º ao 9º e o ensino médio os estudantes dirigem-se a escolas de Buriti Grosso, Boca da Lagoa e também na sede de Barreirinhas.

Vale enfatizar que antes os alunos eram levados diariamente em ônibus contratados pela prefeitura de Barreirinhas, mas por falta de pagamento, os ônibus não estão mais circulando. Em função disso, alunos estão indo à pé ou de bicicleta para as escolas que já ficam nos limites do município de Santo Amaro.

Quanto ao turismo, Mocambo não possui atividades com atrativos turísticos, como passeios a lagoas. Como Mocambo não tem uma ligação direta com o turismo, não ocorre visitação de agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e nem conflito com o órgão ambiental.



Estilo de casa do povoado Mocambo (03.12.2016). Foto: Diana Mendes

A história de Mocambo segundo os interlocutores

Segundo os interlocutores a história de Mocambo está referida a dois períodos: chegada dos indígenas e a Guerra do Paraguai. Apesar de apresentarem pequenas diferenças, contém elementos, como por exemplo, o *tempo da fazenda*, que será descrito a seguir.

Ressaltam que antes da chegada das famílias, o lugar havia sido explorado por indígenas, mas os interlocutores, não sabem precisar de qual etnia seriam. Revelam, também, que a presença dos indígenas na região pode ser confirmada, a partir de achados de utensílios de barros nas dunas, o que justifica, segundo os relatos, que seriam dos índios que teriam habitado essa região.

Foi possível também identificar, que o surgimento de Mocambo corresponde ao recrutamento compulsório de pessoas para a Guerra do Paraguai, ocorrida no século XIX no período entre 1864 e 1870. De acordo com os interlocutores, esta relação aponta que para evitar tal recrutamento, as pessoas se escondiam na região, posto que era de difícil acesso à época. Usando a expressão local, eles se “amocambavam” (escondiam), com temor de serem levados forçados para a Guerra. Em função disso, surge uma das explicações para o nome do povoado.

P - E como surgiu esse nome Mocambo? O senhor me explicou, conte essa história...

E - Esse lugar chamado Mocambo, os mais velhos contavam que foi no tempo da guerra, que os companheiros fugiam do seu local com medo de ser agarrado para levar para guerra, aí eles fugiam para esse lugar que se chamava Mocambo, porque não existia morador...

P - Eles vinham se esconder aqui...

E - Eles vinham se esconder aqui, então aqui eles ficavam escondidos para que eles não fossem pegos. Mocambo Velho, outro lugar que tem, Mocambo Velho, também, era outro lugar onde eles se escondiam... e tinha o Corta Bico, que existiam morador no Corta Bico e com medo de o galo cantar e eles ser descoberto que moravam lá cortaram o bico do galo... [risos] aí ficou Corta Bico o lugar, chamado Corta Bico... E, adiante do Corta Bico, um caruto muito grande, uma serra muito alta que deu-se o nome de Caruto do Espia, eles subiam num caruto para olhar de lá do caruto, que adiante do Caruto do Espia é o Lavado do Pingo, que era as vargens grande, de lá do Caruto do Espia, eles olhavam se vinha alguém lá pelas vargens, pelo caminho para sair para Caruto do Espia... aí se na hora que eles enxergava alguém, eles desciam para baixo do caruto... descia... e a Rancharia era onde eles se arranchavam, se juntavam, se arranchavam, ficou-se o nome de Rancharia... então ficou Rancharia. (Entrevista realizada⁷ por Benedito Souza Filho e Ricardo Rodrigues Cutrim. Em: 10/01/2015).

Assunção (2015) em seu estudo intitulado “De caboclos a bem-te-vis” cujo recorte de estudo foi o Leste do Maranhão, faz referência ao “tempo do pega”, que é o período do recrutamento compulsório para guerra da Balaiada. Tomando como base com as considerações de Assunção (2008, p. 140) o “pega” é um exemplo de oposição ao recrutamento “arbitrário”, já que os privilegiados e protegidos não eram “pegados”.

Segundo o autor, a resistência das pessoas provocou a retaliação por parte dos recrutadores e das autoridades, isso teria levado as pessoas a fugirem para a mata. Assim a vida na mata podia durar meses, senão anos. Amocambados longe das casas, “a vida do caboclo fugindo do pega era idêntico a do quilombo” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 141).

Outro detalhe importante é que, Mocambo no início do século XX, foi local de pasto utilizado por criadores de gado. Os proprietários moravam em Barreirinhas que enviavam seus rebanhos para pastar na região. Mocambo era ambiente de pasto para os gados da família Castro, o que resultou no reconhecimento da “*Fazenda Mocambo*”. Um desses fazendeiros era Estevão Castro.

⁷ A entrevista foi feita no âmbito do projeto “A disputa pela natureza: territorialidades e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”.

Sobressaem nos relatos que a pessoas responsáveis por cuidar do rebanho, foram os primeiros moradores de Mocambo. A história do grupo, caracteriza Mocambo como uma unidade territorial de residência e trabalho. O relato do seu Inácio, de 72 anos, a seguir, ratifica tais representações:

P - Quem eram os donos dessa fazenda?

E - Eram os Castro. Uns Castro de lá da Barreirinhas. Eu não alcancei, alcancei só as netas, justamente era a minha madrinha Binú, que era filha desse tal, Castro (...) Estevão Castro.

P - O seu pai trabalhou para o Estevão Castro?

E - Não, ele trabalhou para a minha madrinha Binú, que era filha dele.

P - O Estevão Castro já tinha morrido?

E - Eu acho que sim. Quando o papai veio para cá tomar conta dessa fazenda daqui, que era dos Castro, o primeiro patrão aqui era esse tal de Estevão Castro. Isso era uma fazenda muito grande que eles tinham aqui, porque nessa época não tinha morador [época da fazenda Mocambo].

P - Era só a fazenda?

E - Era só mato e o velho esse tal de Estevão Castro, comprou uma fazenda aqui. Quer dizer fazenda assim, comprou um gado e deixou aqui.

P - Não era cercado?

E - Não. Aí começou o gado aumentar. Primeiro quem foi o vaqueiro aqui, que o velho papai contava era um velho que chamava Ludugero. Ludugero foi o primeiro vaqueiro que tomou conta desse gado dos Castro daí da Barreirinhas (...) da época desse tempo. Depois que ele saiu, veio outro morador, outro vaqueiro chamado Sebastião Miranda (...). Aí o finado Bastião Miranda foi embora, aí ficou o finado pai Inácio tomando conta dessa fazenda que era meu avô

P - O Sebastião Miranda era vaqueiro dos Castro?

E - Era dos Castro. Aí ele foi embora e ficou Inácio Luna [avô do seu Inácio] tomando conta do gado, já o papai era caboquinho novo e ficou trabalhando mais ele, mas o finado Inácio Luna. Ai quando o finado Inácio Luna não quis mais ficar lutando nessa luta, e o velho papai buliu nas cubucas [filha] do velho, carregou a caboca, justamente a minha mãe. Aí ele tomou conta o velho papai, ele tomou conta. Eu nasci aqui e já grandinho começou o meu pai me levar para o campo. (Seu Inácio: 19/08/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

O relato auxilia entender que a região era visitada pelos vaqueiros de Estevão Castro. Seu Inácio lembra que naquele período a área onde hoje se situa Mocambo era um ambiente com presença de muito pasto. Conforme o interlocutor, com o avanço das dunas a área deixou de ser propícia para a atividade criatória. O que outrora era um ambiente de pasto transformou-se em um lugar coberto de areia, o que assegura a feição desértica da paisagem. Após a retirada da criação de gado por parte dos fazendeiros, os chamados vaqueiros inseriram a criação de caprinos.

Com relação ao avanço das dunas, as narrativas fazem referência ao chamado *Mocambo Velho*. Segundo os interlocutores, este lugar foi alcançado pela vasta extensão das dunas provocada pelo vento, e que teria sido o antigo local de

pasto utilizado pelos fazendeiros para a criação de gado, e que devido essa ação da natureza ter acontecido, as famílias que viviam nesse lugar precisaram se mudar para a área onde hoje é o atual Mocambo, que à época, segundo as narrativas, possuía áreas adequadas para a realização da atividade de criação de gado e pesca, em virtude da passagem do curso do rio Negro. De acordo com o mesmo entrevistado:

P - Os gados se acabaram por que seu Inácio?

E - Os donos levaram, venderam.

P - Foram todos embora?

E - Foram tudo embora. A minha madrinha que era dona aqui, ela morava no Rio de Janeiro, aí quem tomava conta, era responsável, era o irmão dela que se chamava Antônio Paulo

P - Ainda é vivo?

E - Morreu muito tempo. Esse Antônio Paulo era ruim mais do que uma cobra

P - Os gados que tinham aqui eram dessa fazenda?

E - Era dessa ainda que continuaram. Antônio Paulo vendeu (...). Eles pegaram venderam, não sei o que fizeram com o dinheiro, se mandaram para ela. Ela tinha uma grande fazenda aqui de carneiro, tinha muita ovelha aqui, quem era vaqueiro era o velho Zeca Luna. Fiquei homem e me casei, tomei conta da fazenda de ovelha, mas só que dessa da minha madrinha.

P - O quem ficou com a da sua madrinha?

E - Ela vendeu, mandou vender.

P - Vendeu para quem?

E - Um sobrinho dela.

P - Quem foi o primeiro que chegou aqui [Mocambo]?

E - Depois que o papai saiu daqui e foi para lá, o primeiro que chegou aqui foi nós, em 71 [década de 70]

P - O seu Zeca Luna já estava ali?

E - Já. Aí depois foi chagando o velho Elói

P - O seu Elói morava antes onde?

E - Morava no Engenho

P - Quem permitiu que ele morasse aqui?

E - Ele casou com a minha irmã

P - Se vier alguém de outro lugar, por exemplo, de Buriti Grosso e pedir para fazer uma casa aqui, vocês deixam?

E - Conforme a pessoa. (Seu Inácio: 19/08/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

É interessante notar que o avô do seu Inácio era pai de Zeca Luna, que ainda se encontra vivo e possui a idade de 90 anos. Encontra-se acamado devido a problemas de saúde. Desta maneira, os moradores mais velhos de Mocambo são o seu Inácio e seu Zeca Luna, considerados pelos demais moradores como aqueles que possuem informações relativas à história de Mocambo.

Em relação a família do seu Elói, de 91 anos, atualmente ele mora no povoado São José do Saco, juntamente com a sua filha, Conceição. Somente os

seus três filhos moram em Mocambo. Segundo as narrativas, seu Elói veio morar em Mocambo porque casou com Joana Luna, irmã do seu Inácio. Dada a variedade de situações quanto a origem de Mocambo, verifica-se, com base na idade dos interlocutores, que os aspectos históricos do grupo remetem a um pouco mais de um século.

Seu Inácio faz menção ainda que chegou a ser vaqueiro da Dona Binú, que era a sua madrinha e descendente do Estevão Castro. Ela foi embora para o Rio de Janeiro e solicitou que ele vendesse as últimas cabeças de gado que restavam. Conforme o seu Inácio, ele não sabe precisar se a Dona Binú recebeu o dinheiro da venda.

É importante ressaltar também, que embora haja pouco pasto em Mocambo, seu Inácio nunca deixou de criar bois, bodes e cabras. Ele não possui um número elevado de criações como em outro tempo, mas tem o suficiente para manter a atividade que é de suma importância enquanto fonte de renda.

As atividades econômicas de Mocambo

Ao se tratar das práticas econômica de Mocambo, destaco a combinação das principais atividades representadas pela criação de animais, pesca, artesanato, agricultura e comercialização da castanha de caju. É através dessas práticas que as famílias de Mocambo asseguram sua autonomia produtiva.

Fica claro nos depoimentos sobre a criação de animais como caprinos, ovinos e bovinos, de acordo com as informações, e como citado anteriormente quanto à escassez de pasto existente em Mocambo, os animais são criados soltos e pastam nas *vargens* que ainda restam no meio do campo das dunas de Mocambo.

Cabe explicar que as *vargens*, tal como designado pelos moradores, são um tipo de vegetação que se forma após o período das chuvas e que serve como áreas de pasto para os animais. Observando o campo relativo a criação de animais, verifica-se a sazonalidade (inverno e verão) interferindo fortemente nessa atividade.

O período chuvoso ocorre entre janeiro e junho; já o verão dá-se entre julho e dezembro. No tocante à concentração de águas das chuvas em Mocambo, formam lagoas e enchem os rios que proporcionam a atividade de pesca.

Posteriormente a esse período, resultante a diminuição do volume das águas, dá-se lugar as *vargens*, que favorece a atividade pecuária.

Não se pode perder de vista que em relação às condições ecológicas, observa-se um certo equilíbrio, visto que ambas as economias (pesca e pecuária) são resultado do que Evans-Pritchard (1993, p. 105) denomina de “equilíbrio ecológico”. Para este autor, os conceitos de tempo e espaço são determinados por ambientes físicos. Diante dessa perspectiva, é oportuno dizer que a ecologia de Mocambo tem características admiráveis no que diz respeito a sazonalidade, o que corresponde a época das chuvas e época das *vargens*, ou seja, o tempo é significativo, acompanhado pelas condições climáticas que se verificam em Mocambo.

A análise da obra de Mauss (2015) define também uma referência importante para perceber em que medida as condições ecológicas se relacionam com a vida social, o que remete a uma situação de interdependência. A morfologia social de cada cultura se modifica segundo as variações sazonais.

Para Mauss (2015, p.423) a morfologia social descreve o substrato material das sociedades, assim como, “as formas que elas ostentam ao se estabelecerem no solo, o volume e a densidade da população, bem como o conjunto de coisas que servem de base para a vida coletiva” (MAUSS, 2015). Em conformidade com esse aspecto, Mocambo certamente é um lugar privilegiado por sua morfologia não ser a mesma durante todo o ano.

No que se refere às *vargens* não existe delimitação de área para o uso desse recurso. Os animais pastam livremente. Assim, as áreas de pasto de cada lugar acabam sendo determinadas pelo comportamento dos animais, ou seja, não existe uma delimitação que restrinja a circulação dos animais nos limites de cada povoado.

Desse modo, os animais pastam por toda extensão do campo de dunas, uma vez que as *vargens* são consideradas como recursos abertos a todos aqueles das distintas localidades do PNLM que se dedicam à criação de animais.



Animais pastando nas *vargens*. Ambas fotografias foram tiradas no início do verão (16.07.2017).
Fotos: Diana Mendes

Ainda com relação à criação de animais, no que diz respeito aos bovinos, cabe dizer que no período chuvoso, tem-se uma mudança na morfologia de Mocambo. É a temporada das cheias, as *vargens* ficam completamente alagadas, são transformadas em pequenos córregos e lagos. As águas sobem e os animais precisam ser transferidos para São José do Saco, Pacas, Mirinzal dentre outros locais, principalmente por conta do pasto. O que antes era área de pasto dá lugar à concentração de muita água.

Em conformidade com Evans-Pritchard (1993) os ambientes físicos são definidos com base no movimento de pessoas em relação à água e vegetação. A morfologia social, no que se refere às variações de fornecimento de alimentos, expressa o que o autor chama de “ritmo ecológico” e “ritmo social” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 109).

Considerando esta perspectiva, ressalto que o “ritmo ecológico” e o “ritmo social” interferem na organização social e econômica das famílias, variando entre o período das cheias, que favorece a atividade da pesca e o período de estiagem, que propicia a pecuária com o aparecimento das *vargens*. A sazonalidade define o ciclo das atividades de Mocambo, o que significa que seu funcionamento está diretamente ligado as mudanças ecológicas.

É importante observar que o período de mudança dos animais de Mocambo para outros locais é importante para melhorar a qualidade de vida deles, sobretudo no quesito alimentação. A cavalo ou a pé, percorrem as dunas a procura

pelos animais. Em algumas circunstâncias, já os encontram juntos, em outros casos precisam ir mais vezes à procura deles.

Em uma das minhas idas a campo, presenciei uma negociação do Seu Inácio. Como a antena do celular da casa dele tinha queimado devido à queda de um raio, ele pediu para que eu fizesse uma ligação do meu celular para um amigo dele, que morava no povoado São José do Saco.

Para efetuar a ligação tivemos que subir e andar até as maiores dunas para conseguir sinal para usar o celular. Não foi fácil obter sinal, tivemos que andar muito, já estávamos desistindo, quando de repente deu sinal e consegui a ligação para ele falar com o amigo. Seu Inácio estava dispensando o frete que transferiria os seus animais para o povoado São José do Saco (seu Inácio tem duas filhas que residem neste povoado).

O motivo da dispensa foi porque ele não conseguiu reunir todos os animais, e que não faria sentido deslocá-los pela metade e também pela questão financeira, teria que pagar duas viagens. Assim combinaram outra data, para realizar o deslocamento dos animais e o valor do frete ficou acordado em R\$ 200,00 (duzentos reais) o que depende muito da distância do deslocamento.

Ainda em relação a retirada dos animais de Mocambo, as famílias os transferem para povoados vizinhos como, São José do Saco, Mirinzal e Pacas onde possuem parentes ou vaqueiros que cuidam dos animais no decorrer do período. Após o término do período das chuvas, trazem de volta os animais para pastar nas *vargens* de Mocambo.

Com relação à agricultura, tal prática é realizada conforme o conhecimento local. Ainda que o solo não seja favorável à prática agrícola, em decorrência da forte presença de areias e por não possuir áreas propícias para o cultivo do arroz, milho, feijão, melancia, abobora, maxixe e mandioca, o que leva a considerar que ela não tem uma notoriedade em relação à atividade de criação de animais e pesca. Entretanto, isso não significa dizer que não existe a prática agrícola em Mocambo. É importante destacar que algumas famílias possuem áreas de roça. Situação deste tipo é descrita, conforme depoimento a seguir:

P- Seu Inácio, agora vamos falar de outra coisa. Em relação à agricultura, como é o sistema de plantio aqui? O que vocês plantam aqui? Dá para plantar aqui em Mocambo ou vocês plantam em outro lugar?

E - Dá, aqui dá para se plantar e tudo o que se planta dá. Só que aqui não

tem mais mato, NE. Os matos tão bem pouquinho só é as moitinhas que tem, mas essas moitinhas mesmo que tem aí, você roçando ela aí, dá tudo que você plantar, dá o arroz, dá macaxeira, dá mandioca, dá batata, dá cana, dá banana, e dá mais o capim para o seu animal. Só aqui não dá fartura porque é bem pequenino os pedaços que pode a gente roçar, mas se não fosse era lugar de fartura ainda.

P- Mas essas áreas são áreas pequenas?

E - São áreas pequenas, num é uma linha, vezes menos de uma linha, meia linha, as vezes um quarto de linha, é, não se chama nem de roça, chama-se de um brejinho

P - Por que é muito pequeno né?

E - [risos] muito pequeno...

(Entrevista realizado por Benedito Souza Filho e Ricardo Rodrigues Cutrim. Em: 10/01/2015).

É possível apreender que as famílias de Mocambo realizam seus pequenos roçados nos chamados *capões*, cujas áreas segundo o interlocutor são terrenos elevados, o que intitulam de *ilhazinha de mato, ou bola de mato*.

Em estudos recentes (PAULA ANDRADE, 1995; 2012; GASPARELLO 2013) apontam que formações florestais, classificadas como *capões, chapadas, carrasco e baixão* são áreas adequadas para o desenvolvimento da agricultura e para a extração de frutos nativos.

Esta perspectiva é endossada por Moraes (2009) ao apontar que os grupos camponeses se organizam conforme as condições disponibilizadas pela natureza, proveniente de suas relações com o meio, o que permite uma forma de trabalho peculiar adquirida ao longo dos anos.

Diante disso, o modo de organizar e explorar a natureza concebe um saber e um saber fazer, como aponta Lévi-Strauss (1989), uma ciência do concreto. Considerando esta perspectiva, a lógica do sensível remete às experiências que as famílias de Mocambo, possibilitando a emergência de um saber construído ao longo das gerações e em conexão direta com os recursos naturais.

Neste sentido, vale mencionar Van der Ploeg (2000) que destaca que o sistema de conhecimento local permite classificar o solo, conforme a sua fertilidade e os tipos de culturas a ele adaptáveis. À vista disso, é significativo enfatizar que as famílias de Mocambo utilizam os recursos naturais de acordo com o ambiente e suas possibilidades.

Conforme as famílias *capões* são locais de agricultura, uma vegetação que se forma com base na combinação de sedimentos que se conserva logo após a

retenção das águas no período chuvoso. Em decorrência desse acúmulo de sedimentos, as áreas desses *capões* se tornam favoráveis à produção agrícola.



Roça de cultivos agrícolas. Início do inverno (29.01.2017). Foto: Diana Mendes

Cabe dizer que somente algumas famílias estabelecem seus roçados em outros povoados como, São José do Saco, Pacas, Manezinho e Mirinzal. O principal cultivo é a mandioca. Os que plantam em povoados vizinhos contratam as pessoas de Mocambo para a colheita e transformação da mandioca. Como em Mocambo não tem casa de forno, fabricam a farinha em outros lugares.

É comum o pagamento por uso do aluguel e mão de obra contratada. O resultado do trabalho (farinha e a goma) é dividido entre o *dono* da mandioca e aqueles que realizaram a tarefa de fabricação da farinha. Como explicitado no depoimento a seguir:

P - O senhor disse para mim também que existe algum sistema, acho que é de meia que o senhor falou...

E - Sim...

P - Que o pessoal vai tirar a mandioca, preparar a mandioca, de gente que planta em outro lugar, como é esse sistema?

E - É um sistema... o sistema dos donos da roça lá aonde eles têm as roças, as vezes é pouca de pessoa na família, que ele tem a roça e quando é para desmanchar sabemos que numa desmancha de uma roça de farinhada num é pouca gente para trabalhar e o gasto também é meio forte, as vezes a mulher não pode ajudar, as vezes o homem também não pode ajudar, então ele procura pessoas para fazer de meia. Aqui mesmo no Mocambo, muitas pessoas daqui do Mocambo vão fazer...

P - De meia...

E - De meia...

P - E que lugares são esses?

E - Então... é nas Paca, é no Manezinho, é nas Croa, que esse povo daqui vai fazer. Então, esses companheiros vêm de lá, vamos dizer atrás de mim para fazer, desmanchar roça dele lá, aí ele vem conversa comigo, pergunta se eu vou fazer e eu digo vou, vou fazer. Então ele diz o período que ele quer que eu desmanche a roça dele, aí eu vou arranjar meus trabalhadores, vou levar a comissão, alimentação toda, da carne, do peixe, do arroz, do café, do...

P - É tudo por conta de quem vai desmanchar a roça?

E - Tudo por conta minha. Você é o patrão lá que cê deu a sua roça.

P - Só fez contratar?

E - Só fez contratar comigo. Aí eu vou, quando eu chego lá, eu vou lá - seu Benedito, aonde é a roça? Aí o senhor vai me amostrar... cê vem aqui que está aqui a roça, está aqui até aqui, daqui para cá é de seu fulano, pra culá é doutro, a minha é essa aqui. Aí nós levamos um facão e corta a maniva na extrema sua todinha (...). Aí eu chego no outro dia eu vou arrancar a mandioca (...). No dia que eu terminar de fazê-la todinha, aí eu chego aonde o senhor: "Seu Benedito eu terminei o serviço". "Terminou?". "Terminei". "Então seu Benedito amanhã o senhor vai para nós partir". Se eu fiz cinquenta saco de farinha, o senhor chega eu digo, "tá aqui a farinha", aí você diz: - "Pois seu Inácio vambora partir". Eu tiro um saco, cê tira outro, tiro um saco, tira outro, tira um saco, tira outro. Então você fica com vinte e cinco sacos e eu fico com vinte e cinco. (Entrevista realizado por Benedito Souza Filho e Ricardo Rodrigues Cutrim. Em: 10/01/2015).

Além do processo de fabricação da farinha, extrai-se da mandioca a goma, que pode ser utilizada no fabrico da tapioca. A casca da mandioca serve de alimento para os animais. Segundo Silva (2014) o ofício de desenraizar a mandioca exige força física, geralmente as pessoas utilizam o facão e a foice para auxiliar no processo de extração da mandioca. Verifica-se também referência ao tamanho dos roçados, que equivale entre uma *linha e meia* ou *meia linha* (sistema de medida local).

Outro aspecto que merece ser destacado é que como as famílias de Mocambo não tem áreas suficiente para pasto, os moradores então decidiram fazer o que eles denominam de *roça do capinal* ou *roça do capinzal*, cujo o cultivo é o capim. São pequenos roçados (foto a seguir) onde plantam capim que serve de alimentação para os animais.



Roça do capinzal. Início do verão (Em: 18.07.2017). Foto: Diana Mendes.

Outra atividade econômica bastante importante em Mocambo se refere ao cultivo do caju, sobretudo na comercialização da castanha, o que facilita a venda da castanha *in natura* e assada. Assim, a produção da castanha consiste em um complexo sistema de interação que vai desde as técnicas do cultivo, seleção das castanhas, bem como o sistema de venda do produto (SANTOS, 2016).

Um detalhe a ser percebido em relação a comercialização da castanha, é que somente algumas famílias de Mocambo realizam essa atividade. Em estudos recentes (SANTOS, 2016) mostra que embora esses arranjos produtivos sejam complexos, orientam a economia local.

Cabe esclarecer que não aprofundarei o estudo sobre essa atividade, uma vez que esta não é a finalidade do trabalho. Mas farei um estudo preliminar, apresentando importante aspecto dessa produção⁸, com base nos dados coligidos.

Segundo Santos (2016) a etapa de seleção da castanha é a parte central da economia do caju, que ocorre no mês de outubro, estendendo-se até dezembro. Após a seleção das castanhas, as pessoas envolvidas nessa atividade, *assam* e *escapelam* a castanha. O termo *escapelar* diz respeito à retirada da película que fica na amêndoa após ter sido assada (processo que facilita a extração da amêndoa) e quebrada (SANTOS, 2016; PAULA ANDRADE et al, 2017).

Conforme as informações coletadas, o quilo da castanha *in natura* e assada, variam em cada momento do ano, ou seja, a castanha tem o seu valor

⁸ Para maior aprofundamento sobre a economia da castanha no PNLN, ver Santos (2016).

reduzido no período da safra, já que muitos possuem o produto. Quando a safra diminui, o valor da castanha aumenta, época em que é comercializada a um preço maior.

As famílias de Mocambo vendem a castanha *in natura* para compradores em Boca da Lagoa e Buriti Grosso, que revendem para um comprador de Barreirinhas de nome Dedé. Igualmente é importante dizer que o quilo da castanha varia entre R\$ 1,50 e R\$ 2,00 reais. É importante dizer que as pessoas que vendem somente a castanha *in natura* concluem ali o ciclo de produção.

Assim como atividade da comercialização da castanha, apenas algumas famílias de Mocambo se envolvem com a produção de artesanato. Com a fibra do buriti, fabricam caminhos de mesa, chapéus, bolsas, pulseiras, redes, alças de bolsas que são vendidas por metro (R\$ 2,00 reais), cabresto de sandálias, dentre outros artefatos direcionados a comercialização. As famílias vendem as peças confeccionadas para os comerciantes de Barreirinhas.

A atividade artesanal com a fibra de buriti ocorre de forma predominante no PNLM, exercido em sua maioria por mulheres. É importante ressaltar que o artesanato é uma fonte de renda complementar, contribuindo também para a manutenção das famílias.

O processo de obtenção do produto consiste nas seguintes etapas: extração do "olho do buriti"; extração do *linho* (termo local usado pelas artesãs); beneficiamento e tingimento da fibra; confecção das peças (KELLER, 2014; PAULA ANDRADE et al, 2017, PEREIRA, 2018).

Outro detalhe importante é que existe em Mocambo, assim como em outros pontos do PNLM, o cultivo da palmeira do buriti. Dona Dodó, e Dona Maria, por exemplo, são pessoas que cultivam e se dedicam a cuidar das palmeiras⁹. Embora a confecção da peça é conforme a demanda, a prática ocorre durante todo o ano, o que possibilita uma entrada monetária estável.

Cabe dizer que além das peças confeccionados, vendem também o *linho* da palmeira do buriti, tanto para as mulheres do próprio lugar, como para aquelas de outros lugares vizinhos. Assim, o quilo do *linho* varia entre R\$ 23,00 a R\$ 27,00. Esse conjunto de atividades inter-relacionadas, constitui a organização social e econômica de Mocambo.

⁹ Para maiores detalhes sobre o artesanato à base de fibra de buriti e o manejo das palmeiras, ver Pereira (2018).

Alguns aspectos sobre a pesca artesanal

Além das práticas agrícolas e do artesanato, a atividade de pesca também ocupa um lugar importante na economia de Mocambo. Aqui se fará, portanto, uma breve caracterização da pesca artesanal e uma rápida descrição dessa atividade em Mocambo, visto que terá no presente trabalho, um capítulo específico para tratar dessa atividade.

A prática da pesca artesanal, segundo Diegues (1999), é uma das atividades mais antigas exercida pelo homem, sendo realizada pelos índios no Brasil anteriormente à chegada dos colonizadores portugueses. Desta forma, ainda de acordo com o autor, peixes, crustáceos e moluscos faziam parte da dieta alimentar desses grupos.

Considerando essa perspectiva, Santos (2018), que fez um trabalho monográfico sobre a atividade de mariscagem no âmbito da pesca artesanal em Atins (uma das localidades situadas no PNLM), destaca que esta é uma prática que complementa a renda econômica das famílias, possibilitando assim, um modo de vida ancorado nas relações que estabelecem com os elementos da natureza. Interessante notar que a mariscagem em Atins, segundo Santos (2018), é realizada em dois ambientes, *mangue e lavado*, consistindo na captura de moluscos e crustáceos. Em conformidade com autora, *lavados* são ambientes que abrigam sedimentos que proporcionam o aparecimento de *sarnambis*.

A atividade de pesca artesanal identificada por Santos (2018) em Atins é bem semelhante à realizada em Mocambo, nas lagoas, *poços* e *açudes*, cujos ambientes estão associados a processos de transformações da paisagem, visto que a movimentação de dunas, provocada pela ação dos ventos interfere na relação que as famílias estabelecem com a natureza. Desta forma, é oportuno dizer que a pesca artesanal no PNLM, tem relação com as características ambientais das distintas localidades determinadas pela agência da natureza e também com a maneira como as famílias se relacionam com os recursos naturais ali encontrados a partir de um conjunto de saberes.

Para Santos (2018) a pesca artesanal passou por algumas transformações, principalmente no que se refere a lógica de mercado, o que de certa forma ocasionou uma mudança nos tipos de embarcações, uso de novas tecnologias, bem como os instrumentos de trabalhos utilizados na pesca. Para a

autora, tais mudanças significaram uma tentativa de enquadrar os pescadores artesanais como exploradores dos recursos naturais, emaranhando as atitudes destes com aqueles que trabalham para grandes empresas que visam a lucratividade (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, vale mencionar o pensamento de Diegues (1983) ao apontar que o que particulariza o pescador artesanal não é o fato de viver da pesca, mas o modo como domina seus apetrechos utilizados para diferentes espécies. Dessa maneira, o contato com distintos ambientes acaba proporcionando aos pescadores artesanais um vasto conhecimento acerca das formas apropriadas e da utilização dos recursos naturais da região onde vivem.

Assim, levando em consideração tal perspectiva, a atividade de pesca por sua vez apresenta especificidade quanto a sua produção e manutenção, no sentido de que depende de um meio para existir, como no caso de Mocambo, um recurso natural que possibilite a atividade de pesca de água doce. Desta forma, os recursos naturais de Mocambo são fortemente marcados pela agência da natureza e pela sazonalidade, responsáveis pela especificidade da pesca artesanal lá praticada, apresentando reflexos na própria organização social e econômica das famílias.

As análises de Diegues (1983) conseguem sintetizar que “as modalidades das relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade” (DIEGUES, 1983, p. 6). Dadas tais considerações, vale sublinhar que a prática da pesca da água doce em Mocambo, tem um papel importante na manutenção e reprodução social das famílias, bem como também na reprodução do saber sobre o meio *biofísico* que complementa suas atividades com a pesca artesanal.

Dessa forma, a pesca artesanal no PNLM não é somente realizada no mar. É praticada também em ambientes de água doce como lagoas, *poços*, açudes, rios, como teremos oportunidade de ver a partir do caso de Mocambo. Essas características da pesca artesanal nesses ambientes revelam especificidades culturais. Expressam também elementos simbólicos e de reprodução material e social das famílias.

Ainda segundo Diegues (1983) os pescadores artesanais controlam o processo de trabalho, uma vez que eles são donos dos seus meios de produção e possuem conhecimento do ofício. Neste sentido, é importante dizer que as famílias

de Mocambo desenvolvem a atividade de pesca de água doce mediante dependência dos recursos naturais do lugar, criando formas “contínuas de posse”, tal como sublinhado por Maldonado (2000, p. 61), praticada como forma de subsistência.

Conforme sublinhado por Diegues (2004), as comunidades tradicionais se apropriam dos ambientes para realização das atividades de pesca através de formas específicas de interação da natureza, marcando assim áreas de pesca por meio de limites territoriais. A título de exemplo, os chamados *poços* de Mocambo são um exemplo de áreas de pesca que foram apropriadas de forma privada familiar, visando a reprodução social das famílias. Deste modo, a pesca artesanal aqui é entendida como conjunto de práticas estabelecidas e compartilhadas como forma de assegurar o modo de vida das famílias de Mocambo, constituída por meio das modalidades específicas de interação com distintos ambientes.

Seja no inverno ou verão, a pesca artesanal em Mocambo está relacionada com a intensidade das chuvas, definindo momentos de fartura e escassez de peixe. Tal prática varia conforme o lugar, época do ano e apetrechos utilizados. Segundo os interlocutores, as chuvas intensas dificultam a atividade agrícola mas favorecem a atividade de pesca.

Tal aspecto é importante para pensar a “morfologia social” de Mocambo, para compreender porque a organização social no verão é distinta daquela do inverno (MAUSS, 2015). Na verdade, as famílias de Mocambo, vivem em um lugar extremamente dinâmico, o ambiente dá lugar ao movimento, ou seja, seu modo de vida se adequa ao ambiente em que vivem, em um processo contínuo (INGOLD, 2000).

Com relação à intensidade de chuvas, o inverno de 2017 foi bastante significativo para atividade de pesca. Conforme os interlocutores, períodos muito longos sem chuva são responsáveis pela escassez de peixes. Poucas chuvas significam menos fluxo de água em Mocambo, conseqüentemente menos peixes. Cabe ressaltar que a principal época para pescar é o período do inverno, época de fartura de peixe, segundo os interlocutores.

A atividade de pesca é praticada em diferentes ambientes: praias, lagoas, açudes e os chamados *poços* (perenes e sazonais). São ambientes que por apresentarem depressões no solo, proporcionam o acúmulo de água. Nas lagoas

situadas nas dunas, a pesca é farta somente no inverno, época em que as lagoas transbordam e chegam ao mar. As famílias de Mocambo realizam essa atividade de forma artesanal e somente para o consumo doméstico.

No que se refere à pesca, cabe dizer que essa atividade envolve manuseio de alguns apetrechos conforme o tipo de pescaria, para qual utilizam instrumentos artesanais como, caçoeira, choque, landruá, tarrafas dentre outros. A pesca de água doce envolve ambientes aquáticos que se interligam, como é o caso das lagoas, lagos e *poços*.

Em função disso é uma atividade que varia de acordo com a sazonalidade, visto que precisam da retenção de água nos ambientes, que propicia a atividade.

Nesse sentido, nas lagoas limítrofes a *morraria*, que é o caso da Lagoa da Esperança, a pesca é realizada o ano inteiro. É importante pontuar que existe em Mocambo um rico sistema de práticas, relacionado à atividade de pesca nas lagoas situadas nas dunas. Os peixes são transferidos de um ambiente para o outro, no caso, dos açudes para as lagoas nas dunas. Essas lagoas são de apropriação privada familiar, somente a família que fez o investimento de colocar o peixe, pode pescar.

Outro detalhe importante é que a atividade de pesca não é exclusivamente masculina, as mulheres também participam, sobretudo, em companhia dos seus esposos.

Com relação à pesca de água salgada, as famílias de Mocambo pescam na foz do Rio Negro e fazem a *pescaria de beirada*. Para isso utilizam caçoeira e tarrafas de malhas de pequenas dimensões. Pescam tanto peixes como camarões. A produção é voltada para o consumo doméstico, bem como para obter uma renda extra.

Durante o verão, ou até mesmo em época de inverno, as famílias de Mocambo vão muito raramente pescar na foz do rio Negro, devido à distância. Cabe dizer ainda que a pesca em Mocambo tem diminuído muito. Este declínio é atribuído à mudança do curso do rio Negro, ocasionado pelo avanço das dunas, bem como também pela pouca intensidade de chuvas.

Capítulo 3

Agência da natureza e a reorganização das atividades de pesca

O objetivo deste capítulo é analisar de que forma a mudança do curso do rio Negro alterou a relação dos moradores de Mocambo com o uso e apropriação dos recursos naturais. De acordo com os interlocutores, a mudança está relacionada com o avanço da *morraria*¹⁰.

Em relação a esse aspecto, é importante destacar que ocorreram mudanças importantes em Mocambo. A pesca que antes se dava em abundância, passou a ter restrições, em função da interrupção do curso do rio Negro, provocado pelo avanço das *morrarias*, que moldam continuamente a paisagem. Tal característica evidencia que a intensidade dos ventos faz as dunas se movimentarem, redundando, assim, no que os moradores expressam como “a *morraria anda*”.

Atualmente, o rio faz o seu curso por Buriti Grosso. Cabe frisar que à época que o rio Negro passava por Mocambo, existia um grande *lago* com presença constante de peixes por conta da influência das águas do rio, o que possibilitava a atividade de pesca ao longo do ano. Com o desvio do seu curso, e com pouca intensidade das chuvas, houve uma redução em relação ao seu tamanho. O que outrora era *lago* transformou-se em três *poços* perenes, chamados de *Fonte Velha*, *Poço do Agupé* e *Poço do Bento*. Vale lembrar que tais *poços* são também denominados pelo grupo de *reserva de peixe* e nessa área todas as famílias de Mocambo podem pescar. Embora haja uma redução considerável em do seu tamanho, a reserva não seca.

Ter esse quadro ambiental como referência implica também pensar o que Balée (2008) chama de “indigeneidade das paisagens”. Tal noção refere-se às alterações primárias das paisagens, processadas segundo as causas naturais, como

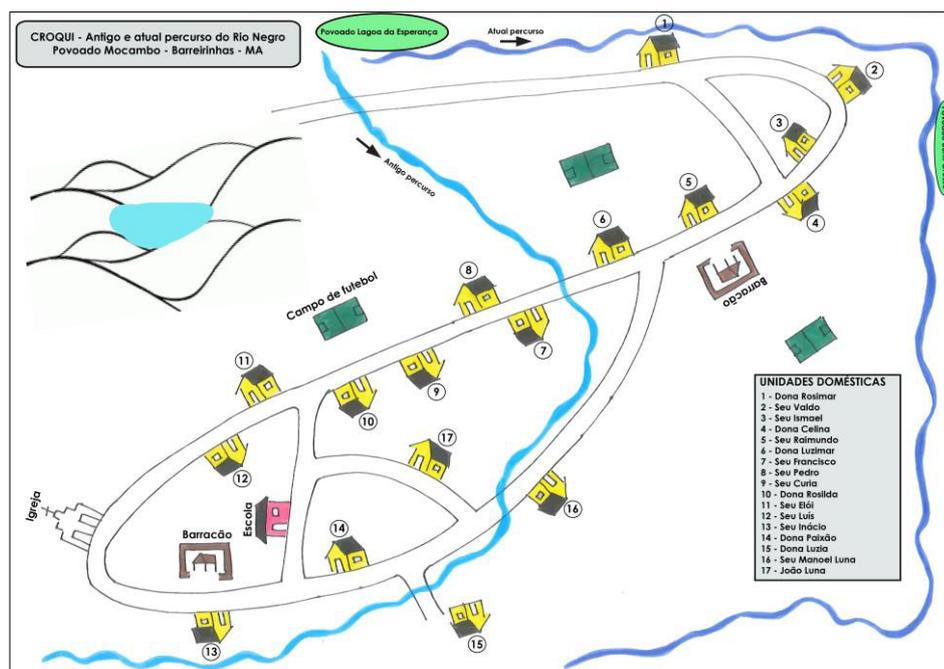
¹⁰ É importante destacar que o conjunto de dunas é conhecido pelas famílias do PNLN como *morraria*.

por exemplo, a forte ação dos ventos que faz com que as dunas se movimentem, fenômeno que ocasionou a reconfiguração do percurso do rio Negro.

Outro ponto que Balée (2008) menciona, diz respeito à intervenção humana, segundo sua relação com o meio *biofísico*, construções sociais e culturais. De acordo com o mesmo autor, “paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas” (BALÉE, 2008, p. 11).

Deste modo, é interessante destacar que foi diante das circunstâncias naturais que os moradores de Mocambo produziram e compartilharam regras. Assim, cada família tem seus limites de uso dos recursos comuns combinada com a apropriação privada familiar.

Croqui com indicação do antigo e atual curso do rio Negro.



Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

É importante destacar que tal rio passava por dentro do território de Mocambo, o que contribuía para uma fartura de peixe. Deste modo, a luta pelo acesso e uso dos recursos naturais, que estão cada vez mais escassos, coloca diferentes grupos na arena da disputa.

Podemos perceber, portanto, que quando a paisagem muda e diminui a oferta de recursos, mudam também as regras. Com isso as famílias de Mocambo

passaram a adotar estratégias de proteção em relação ao uso e controle dos recursos.

Os desentendimentos com moradores do povoado vizinho, Boca da Lagoa, começaram após a mudança do curso do rio Negro. Convém ressaltar que esses moradores sempre pescaram em Mocambo. Não existia uma regra de como e quando deveriam pescar. Quando se tem recursos em um lugar que são utilizados por todos, segundo uma regra de uso, quem é de Mocambo pode pegar peixe naquele lugar, e os de Boca da Lagoa também. Essa regra só funcionou dessa forma por conta da grande oferta de peixes. A alteração ambiental propiciou a mudança nessa prática histórica de apropriação.

De acordo com os interlocutores, o rio Negro tinha um volume de água constante e isso permitia que as famílias desenvolvessem atividades de pesca o ano inteiro. Após a mudança do curso do rio, surgiram os chamados *poços* que ficam descontínuos em determinado momento.

Anteriormente esses *poços* tinham influência do rio Negro, ou seja, possuíam outra feição, isso porque eles eram alimentados pelo fluxo constante de água do rio. A importância disso em relação às regras de uso, é que quando o ambiente muda de feição em função da mudança do curso do rio, surge uma limitação em relação à atividade de pesca, porque não existe mais uma sequência de água desses espaços, onde os peixes se concentravam. A mudança do ambiente mudou as regras de uso dos recursos.

Então, quando o percurso do rio foi alterado, a expectativa de direito não foi atualizada para os moradores de Boca da Lagoa, que continuam operando com o princípio de uso comum dos recursos como se não tivessem ocorrido mudanças, ou seja, não acompanharam os desdobramentos sociais da transformação ambiental.

No que se refere ao ambiente de concentração dos peixes, convém lembrar que Seu Inácio é quem realiza o trabalho de preservação dos *poços* perenes. É ele quem cuida e coloca palha de buriti dentro dessas áreas para que os peixes possam se proteger das aves predadoras, como para dificultar que as pessoas coloquem caçoeira, criando assim dificuldades de modo a proteger a reprodução das espécies.

É importante sublinhar que Seu Inácio acaba exercendo certa autoridade no controle dessas áreas estratégicas, visto que ele é quem tem essa preocupação

de preservar os recursos. Em função disso, os *poços* perenes acabam sendo reconhecidos pelas famílias de Mocambo como pertencentes a Seu Inácio.

Ainda que tenham direito ao acesso, aquele que deseja pescar deve pedir permissão a Seu Inácio. De certa forma as pessoas de Boca da Lagoa também reconhecem isso. Ressaltamos esse aspecto pelo fato de que deixaram de pescar durante o dia para pescarem à noite. Caso não reconhecessem esse direito, qual o motivo de não pescarem à luz do dia? Dessa maneira, podemos perceber que existe um reconhecimento dessa autoridade, tanto é assim que vão escondido.

Em relação aos ambientes citados acima, observa-se o sentido do uso comum e também da apropriação privada familiar. Encontram-se também situações nas quais são nutridas expectativas de direito à apropriação familiar sobre determinadas lagoas.

Com relação ao croqui, vale destacar que a maioria dos *poços* encontrados em Mocambo, acaba reconstituindo o antigo curso do rio Negro, o que significa que seriam perenes, mas com a mudança do rio, acabaram tornando-se temporários. São temporários porque quando chega o período das chuvas, esses *poços* se conectam e delineiam outra característica, a de *lago*. Isso acontece somente por causa das chuvas. À vista disso, a alteração do curso do rio reconfigurou os espaços onde a pesca era realizada.

Então, qual era a regra de uso? Todos podiam pescar? Conforme os interlocutores, qualquer pessoa podia pescar, independentemente de ser ou não morador de Mocambo. Esse quadro ambiental não comprometia a oferta de peixes.

Ostrom (2005) faz justamente essa discussão. Quando o uso de recurso comum não oferece conflito é porque a oferta do recurso é maior que a demanda, e isso não interfere no funcionamento das regras, ou seja, não se verificam desentendimentos porque todos podem servir-se dos recursos disponíveis.

Entretanto, uma vez que é alterada a oferta, é mantida ou acrescida a demanda, a possibilidade de conflito aumenta. Isso se explica porque é mantida uma expectativa de direito em função do costume tradicionalmente realizado, apesar da alteração das condições ambientais.

Esse aspecto é muito mais perceptível pelas famílias de Mocambo, pois tiveram que reorganizar as regras de acesso para que todos continuassem a usufruir dos recursos, agora não mais de forma contínua, mas sazonal. Essa mesma

interpretação não é realizada pelos moradores de Boca da Lagoa, que continuam a operar com o sentido de apropriação do passado, como se não tivessem ocorrido alterações ambientais.

Acerca dessa perspectiva, Ostrom et al (1994) pontua que o gerenciamento dos recursos para ser bem-sucedido deve envolver regras para controlar o uso. No caso da pesca, por exemplo, as regras controlariam o esforço exploratório para assegurar o uso sustentável dos recursos.

Numa perspectiva mais geral, o que antes era um recurso de livre acesso, – pois não havia um controle rigoroso sobre quem se apropriava - passou a ser nutrido um sentido de propriedade comum, somente das famílias de Mocambo, que passaram a determinar o regime de utilização dos recursos por outros, conforme seus objetivos.

Neste contexto, o acesso e a gestão dos recursos naturais passaram a ser partilhados coletivamente pelas famílias de Mocambo e acordados entre eles com regras de uso, inclusão e exclusão (MCKEAN; OSTROM, 2001; TUCKER; OSTROM, 2009). É interessante destacar que em razão de limitar os recursos, é preciso estabelecer primeiro quem terá acesso, o que permite uma reconfiguração para cada arranjo (TUCKER; OSTROM, 2009).

Ainda de acordo com essa perspectiva, foram observadas formas distintas de apropriação dos recursos hídricos, *poços* e lagoas. Tal apropriação está relacionada ao uso assíduo que as famílias fazem de um determinado recurso aquático para desenvolver a atividade de pesca.

Assim, cada família constituiu seus limites de uso, que são demarcações próximas às suas casas, assim como o reconhecimento do controle desses ambientes pelos demais moradores, como destaca D. Rosimar: “olha, geralmente nós não pesca, só se nós for pedir lá, porque fica bem pertinho da casa, então aqui nós considera a porta do vizinho”.

A este respeito, lembremos, com Merleau-Ponty (2006, p. 328), que “o espaço não é um ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível”. Conhecer e viver o espaço social, transcende o espaço físico. Nessa perspectiva, o espaço estabelece comportamentos, sobretudo pelas relações ali estabelecidas.

A expressão “nós considera a porta do vizinho”, tem sido explorada nesse estudo, associada ao que Tucker e Ostrom (2009) chamam de regras em uso, relacionadas ao recurso de acesso comum, estabelecidos pelos moradores de Mocambo por meio de arranjos que moldam situações específicas diante dos processos de mudança.

À vista disso, podemos afirmar que os arranjos são na verdade regras construídas e compartilhadas pelos moradores, ou seja, regras que foram determinadas em circunstâncias em que não são reconhecidas por lei, chamada de “regras de costume”, tal como apontam Tucker e Ostrom (2009, p.111).

Com base nas ponderações dessas autoras, cabe dizer que as regras em uso pelos grupos familiares estão inseridas em um regime de propriedade, que combina uso comum e apropriação privada familiar, possibilitando que uma família que mora próximo a um determinado recurso possa nutrir expectativas de direito e seja reconhecido pelos demais como de uso exclusivo desta e não aberto às demais famílias.

McKean e Ostrom (2001) chamam atenção para esse tipo de regime de propriedade comum, que consiste em divisão de direitos e responsabilidades sobre os recursos. Tais recursos são partilhados por famílias que mantêm acordos entre si. Particularmente a esses arranjos, observam-se “regras de apropriação comum” apresentando complexidades em seu funcionamento (MCKEAN; OSTROM, 2001, p.80).

As formas diferenciadas dos arranjos: regras e apropriações dos recursos

A reconfiguração dos recursos hídricos após a mudança do curso do rio Negro definiu o estabelecimento de novas regras, causando certas dificuldades principalmente para as famílias de Boca da Lagoa para o cumprimento destas. Não existe proibições relacionadas a atividade de pesca em Mocambo, encontram-se somente certas restrições quanto ao uso e utilização dos apetrechos de pesca.

Outro detalhe que merece destaque é que as novas regras são impostas não somente as famílias de Boca da Lagoa, mas também aos moradores de Mocambo. De acordo com os interlocutores, as novas regras não são aceitas e cumpridas na sua totalidade.

Nesse caso é cabível as ponderações de Dodier (1993), quando aponta que a ação humana se desenvolve em uma pluralidade de mundos determinada por regras próprias, onde as ações são direcionadas em momentos, sucessões de momentos, pautados em certos regramentos. Dodier (1993) sublinha ainda que é preciso reconsiderar a questão da ação em uma perspectiva pluralista, isto é, as condutas humanas pautam-se em uma multiplicidade de lógicas que orientam as ações dos indivíduos.

Assim, diante das situações de antagonismo entre os moradores de Mocambo e Boca da Lagoa, é possível perceber dois universos de práticas que são antítese um do outro. Uma linha de demarcação entre dois modos de pensar, duas maneiras de conceber o mundo natural e as formas de apropriação e uso.

Nesse sentido, ainda que a atividade de pesca em Mocambo possua restrições, as famílias de Boca da Lagoa continuam exercendo suas atividades, embora as façam à noite, o que nos leva a pensar que de certa forma eles reconhecem os direitos dos moradores de Mocambo, caso contrário, pescariam durante o dia e não à noite como vem acontecendo.

Diante desse enfrentamento, é possível perceber a ocorrência de divergências relativas às regras de uso dos recursos. As alterações no ambiente propiciaram, às famílias de Mocambo, uma atualização das formas de controle, o que permitiu a emergência da disputa pelo uso dos ambientes aquáticos.

Para Boltanski e Chiapello (2009) as situações de disputa exige dos “actantes¹¹” uma percepção para selecionar princípios adequados para poder denunciar ou justificar uma ação. Desta forma, tal capacidade também possibilita acordos. Para entender essa questão, é necessário compreender primeiro o que é bem comum. A partir dessa construção que são mobilizadas as características para identificar se uma ação é justa.

Feitas essas considerações, é preciso analisar os processos, mas não levar em conta os interesses, não olhar as propriedades dos “actantes”, mas entender os argumentos no contexto de disputas. Assim sendo, para cada disputa é necessário identificar a ordem de grandezas legítimas e ilegítimas.

¹¹ “Actante” para Boltanski e Chiapello (2009) é aquele que pratica um ato, que determina suas ações, influenciando as ações de outros.

Isso acontece porque Mocambo passou por uma reconfiguração dos ambientes de pesca: de um lugar por onde se passava um rio, com águas permanentes, a outro com oferta desse recurso de forma sazonal, sem contar que houve também um aumento populacional. Boca da Lagoa era um povoado pequeno, mas que se tornou grande comparado a Mocambo. Anteriormente existia uma oferta de peixe muito grande e uma população cujo número de famílias era menor. Deste modo, podemos dizer que se a população de Boca da Lagoa cresceu e houve uma redução da oferta de peixe por conta de sua reprodução, as famílias de Mocambo foram obrigadas a exercer um controle mais estrito em relação ao uso dos recursos.

McKean e Ostrom (2001) apontam que se existe uma população pequena e recursos abundantes, o funcionamento das regras mostra-se mais flexível e isso não ensejará discórdias. Mas quando as configurações dos ambientes mudam e ocorre uma redução da oferta de recursos, não só as regras se tornam mais rígidas, mas também intensificam os desentendimentos por conta da disputa pelos recursos, como se tem verificado em Mocambo.

No que se refere à atividade de pesca, ainda que tenha se mantido um certo sentido de uso comum, a regra mudou, convertendo determinados recursos em propriedade comum, quase restrita a um único grupo. Nesse caso, o sentido de uso comum sofreu uma alteração, ficando condicionado à sazonalidade.

Diante desse quadro, a forma de pescar e a quantidade de peixe passam a ser controlados pelas famílias de Mocambo, visto que a *reserva de peixe* é que garante o fornecimento das espécies para outras áreas que assumem características diferentes no inverno e que asseguram o consumo para outras pessoas. O depoimento abaixo fornece as indicações centrais, no que se refere à *categoria reserva de peixe*:

E - Reserva é porque a gente deixa o peixinho ficar aqui mesmo, quer dizer que não foi um açude que nós fizemos, mas sim Deus, quando eu me criei já existia esse canal de água, esses poços já existiam e eu estou com 70 anos, estou aqui neste lugar e esses poços continuam. Meu pai sempre reservava o peixe aqui, ele tinha aquele zelo de não deixar ninguém pescar e ainda hoje, eu estou já com 70 anos e ainda estou na mesma luta, só que era muito maior, as dunas vieram tomando de lá para cá, veio tomando e já tem esse pedacinho e com esse pedacinho mesmo a gente ainda continua lutando para que ela seja produzida peixes para todas as criaturas.
(Seu Inácio: 12/11/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Quando seu Inácio diz que aprendeu a conservar esses *poços* com seu pai, percebe-se que houve uma reprodução de conhecimento das práticas sociais estabelecidas. Conforme as ponderações de Durkheim (1970) as representações coletivas são formas de conhecimento que orientam as ações sociais.

É importante salientar que as novas regras foram estabelecidas em um contexto de modificação da paisagem e de redução da oferta de recursos, que não sendo controlado põe em risco a segurança alimentar de todos. Dessa forma, as famílias passaram a restringir o acesso a esses recursos àqueles de fora de Mocambo.

Cunha (2004) aponta que o maior desafio que se coloca para grupos sociais envolvidos com a prática de uso de recursos é o de introduzir e de continuar a ação coletiva que sustentará o processo que regula o acesso e uso dos recursos comuns. Situação que pode ser observada levando-se em conta o depoimento abaixo:

E - (...) É por isso que nós temos essa luta de pedir, não é de brigar com digo para alguém, se pedir para o companheiro não pescar, não é com desaforo é pedindo assim: “meu amigo, deixe o peixe desovar”. Porque se esse peixe desovar, vai servir para todo mundo, então essa é a dúvida que nós temos, não é brigar, não é xingar, porque nós não temos direito de xingar ninguém, porque o peixe é da natureza, foi Deus que deixou as águas, é Deus que enche os tanques, quem enche os córregos é Deus, quem enche as lagoas é Deus, quem enche os lagos é Deus, e Deus é quem deixou os peixes, mas se nós também partir para destruir, aí Deus se ver nós passando fome, ele não tem culpa. Ele diz: “eu botei, e vocês não querem zelar, não querem crescer [não deixam o peixe crescer], então vocês vão passar fome”. (Seu Inácio: 12/11/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Feitas essas considerações, cabe destacar que o objetivo das famílias de Mocambo é o de estabelecer entre eles um sentido de propriedade comum. Como citado anteriormente, embora todos tenham o propósito de conservar a *reserva de peixe*, sabem da importância de preservar. Somente Seu Inácio é visto como aquele que realiza o trabalho para preservar a reserva.

Uma alternativa segundo os interlocutores, seria fazer uma reunião e chamar as pessoas de Boca da Lagoa para conscientizá-las da preservação, da proibição de pescar no período do defeso. E que tal prática, se continuada, levaria à extinção dos peixes, uma vez que não tem como o peixe vir de outro lugar, de outros córregos.

Embora as famílias de Mocambo queiram controlar o acesso a esses recursos, não conseguem operar com as novas regras, posto que existe uma contradição entre aqueles que preservam, mas restringem o acesso, e aqueles que pescam de qualquer forma, sem ter o compromisso de preservação dos recursos.

Desta forma, o conceito de vicinalidade usado por Pina-Cabral e Godoi (2014) contempla uma característica essencial apontada, por oposição a vizinhança. Em tal acordo, “vicinalidades não são vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas; são processos de aproximação territorial constitutiva” (PINA-CABRAL; GODOI, 2014, p.12).

Nesse sentido, usando os argumentos dos autores, cada povoado que forma uma vicinalidade reproduz uma relação através das participações constitutivas entre as famílias que neles habitam (PINA-CABRAL, 2014). Neste contexto, a vicinalidade se explica por relações históricas, existentes entre povoados que justifica o compadrio, parentesco e amizades.

Cabe enfatizar que as novas gerações de Boca da Lagoa já não reproduzem os mesmos vínculos que outrora eram estabelecidos pelos seus antepassados, que permitiam o estreitamento de laços pela relação de compadrio, pela relação de troca de dias de trabalhos, bem como amizades. Tais vínculos e práticas já não se sustentam pela nova geração.

De acordo com os interlocutores, as pessoas de Boca da Lagoa pescam tanto em Mocambo como em outro povoado chamado Lagoa da Esperança, cujo local de pesca leva o nome do lugar. Segundo os interlocutores, a Lagoa da Esperança é um dos poucos locais do Parque que são perenes, o que significa que não seca e que permite a realização da atividade de pesca ao longo do ano. No entanto, as pessoas enfrentam certas dificuldades em realizar tal atividade por conta da extensão, profundidade da lagoa e falta dos apetrechos de pesca apropriados para pescar nesse tipo de ambiente.

As características ambientais e os apetrechos disponíveis pelos moradores de Boca da Lagoa talvez justifiquem a ida para Mocambo, uma vez que Mocambo dispõe de ambientes que não são tão extensos comparado a Lagoa da Esperança, o que permite a concentração de peixes, facilitando assim a captura. Em função dessas características ambientais, a apropriação dos recursos existentes em Mocambo pelos moradores de Boca da lagoa se justificaria.

Quando os recursos são abundantes, os desentendimentos quase não existem, mas quando são estritos, tornam-se disputados e ensejam situações de conflitos. Desse modo, existe uma espécie de renegociação, definidora de quem pode se apropriar dos recursos disponíveis em Mocambo. Ao dizerem que o recurso pertence a Mocambo, apelando para os direitos conferidos a quem nasceu e vive no lugar, justificaria o sentido de propriedade comum. Por outro lado, os de Boca da Lagoa alegam que sempre pescaram ali, e que esses vínculos foram estabelecidos historicamente por seus antepassados, o que, segundo eles, garantiriam o direito baseado no costume.

Desta forma, entendemos que após a mudança do rio Negro, sucedeu uma atualização das regras de acesso aos recursos naturais. A presença dos de Boca da Lagoa, não é de toda uma ameaça, visto que eles estão incluídos no ciclo de amizade com os de Mocambo. Em contrapartida, a situação de tensão só diz respeito, a maneira de pescar em tais áreas, agora sob o controle das famílias de Mocambo.

Portanto, indivíduos com interesses comuns atuam no sentido de proporcionar esses atrativos, do mesmo modo que se espera que indivíduos atuem conforme seus interesses pessoais (CUNHA, 2004).

É importante destacar que os relatos dos interlocutores apontam sempre para um período no passado que consideram como bom em termos de oferta de peixes, traduzido na frase: “*antes tinha muita fartura*”. A movimentação das dunas pela ação dos ventos alterou significativamente essa situação, conforme relata D. Celina:

E - Não tem assim como antes, antes tinha que a gente pescava, botava uma caçoeira e pegava [...] que o rio corria ali, aí ninguém se preocupava com comer não, qualquer coisinha a gente ia depressinha pegar uns peixinhos e comia. (Dona Celina: 20/08/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

O relato mostra que quando o rio Negro passava por Mocambo, as pessoas não se preocupavam com o que comeriam, porque a qualquer momento que fossem pescar, encontrariam peixes disponíveis.

Com base nas novas regras estabelecidas, as famílias procuraram formas alternativas para continuar a atividade de pesca, passando a utilizar outros ambientes, - lagoas e poços – para superar as adversidades provocadas pelas

alterações ambientais. Isso revela uma reorganização das práticas em decorrência dessa mudança ambiental, ou seja, uma resposta cultural a uma alteração natural.

Diante desse quadro, vale sublinhar que apesar da continuidade do uso comum dos recursos em Mocambo, não significa dizer que são totalmente abertos a qualquer pessoa. Existem regras que norteiam o uso e a apropriação. Assim, o sentido é construído pelo sistema de representação, bem como o resultado de uma prática significativa – “uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem” (HALL, 2016, p. 46).

Com a mudança do curso do rio Negro, os recursos passaram a ser pensados em que regime? Quando se tem uma alteração, como a que ocorreu com o rio Negro, não se tem mais a preponderância do uso comum, de forma irrestrita, que possibilitava o acesso a todos, inclusive os de Boca da Lagoa.

Em função das alterações, os recursos de Mocambo passam a ser pensados mais em termos de propriedade comum, ou seja, os espaços, a partir de então, passaram a ser reivindicados pelas famílias de Mocambo que nutrem sobre eles uma expectativa de direito, sendo que, a partir desse momento, todos daquele grupo podem usar, bem como reconhecem sobre ele uma propriedade que é de todos, então o uso comum passa a ser restrito aos moradores de Mocambo. Pessoas de outros povoados para pescarem na chamada *reserva de peixe* em Mocambo, devem seguir as novas regras instituídas pelo grupo em função das alterações sofridas.

Assim, os recursos passam a ser regulados a partir do princípio da propriedade comum e da propriedade privada familiar, já que no caso dos açudes e das lagoas implicam o investimento de força de trabalho familiar. Diante do exposto, as famílias de Mocambo tiveram que se reorganizar em função das mudanças ambientais para continuar com a realização da atividade de pesca, agora em dois ambientes que antes não existiam: açudes e lagoas. Desse modo, as lagoas acabam sendo inseridas em um novo regime de propriedade, que é o princípio de propriedade privada familiar, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 4

Mocambo e suas distintas formas de uso dos recursos

O uso comum, tal como desenvolvido pelas famílias de Mocambo, obedece a regras estabelecidas quanto ao direito de acesso aos recursos. Em Mocambo existem determinados ambientes cujos recursos são de uso privado familiar e outros são apropriados de forma comum.

Na exploração desses recursos algumas normas são instituídas e aceitas em comum acordo entre as famílias. Nesse contexto, é importante perceber que o regime de propriedade e de uso dos recursos em Mocambo, contraria os argumentos de Hardin (1968) em torno da postulação de que os recursos compartilhados tenderiam a uma tragédia por conta dos interesses individuais. Segundo essa perspectiva, o livre acesso, com o passar do tempo levaria à exploração excessiva, bem como a extinção dos recursos.

McKean e Ostrom (2001) em seus estudos derrubam a teoria de Hardin (1968) sobre a tragédia dos comuns, argumentando que o regime de propriedade coletiva não resulta obrigatoriamente na condição de livre acesso, ainda que determinada localidade os considere como pertencente àquele lugar. Dessa forma, Hardin (1968) foi criticado por confundir regime de propriedade e o modo como são geridos os recursos. É nesse argumento que se funda a maior parte da crítica ao pensamento de Hardin.

No entanto, não podemos deixar de esclarecer que ambientes onde não ocorrem mecanismos de controle, e que se verifica uma exploração demasiada, pode ocasionar uma catástrofe. Desta forma, as famílias de Mocambo ao apresentarem uma forte relação com os recursos que envolve a atividade de pesca, têm encontrado uma alternativa para controlar esse ambiente, conforme a realidade que os cercam.

De acordo com o contexto, o sentido de propriedade comum se refere ao controle mais restrito. Então a ênfase encontra-se no controle do uso. Cabe ainda dizer que tal controle é temporário e não permanente, então dentro desse sentido de

propriedade comum, existe uma transitoriedade. O que isso significa? Significa que em determinado momento do ano observamos o período da estiagem, redução da oferta dos recursos hídricos, levando as famílias de Mocambo a intensificarem as expectativas de direito, realizando um controle mais restrito dos recursos.

No período de inverno, por outro lado, há um aumento da oferta de peixes, bem como uma ampliação do espelho d'água do rio Mocambo por conta do volume de água, o que possibilita a existência de certos marcadores naturais, sinalizadores de porções desses ambientes aquáticos que passam a ser considerados, nesse período como de apropriação privada familiar.

Embora existindo água por todo o povoado de Mocambo, os peixes que se concentram nas imediações dos quintais das casas não podem ser pescados por qualquer pessoa. Podem pescar somente em lugares que não são referidos aos espaços das casas. À vista dessas formas de controle dos recursos, podemos destacar que as famílias nutrem também uma expectativa de direito em termos de apropriação privada familiar.

Desta forma, tanto a propriedade comum, quanto a apropriação privada familiar estão dentro de uma transitoriedade, ou seja, a expectativa de direitos é nutrida sobre os recursos que sazonalmente se alteram.

Essa perspectiva é endossada por Ostrom (1990) ao destacar que por trás de cada arranjo há uma ação coletiva. Desse modo, a propriedade comum é vista como uma solução, mas significa também dizer que requer um sistema de regras que sejam aceitas e respeitadas, estabelecendo “o que fazer e o que não fazer”, associada a uma situação particular.

Considerando essa perspectiva, os recursos são partilhados pelas famílias de Mocambo por meio do sistema de uso comum, segundo as regras decorrentes da organização social do grupo, tal como sublinhado por Paula Andrade (2008). As famílias estabelecem regras sobre quem tem acesso ao recurso, o que pode explorar e como pode ser explorado. Feitas essas considerações, cabe dizer que as mudanças nesses arranjos institucionais em Mocambo foram produzidas para tentar reduzir o uso excessivo desses recursos, bem como preservar a reprodução dos peixes.

Sob tais circunstâncias, deve-se levar em considerações não somente as normas que asseguram o direito de uso, mas também a responsabilidade das

peças para o uso correto do recurso natural em questão. Assim, o direito de acesso fica condicionado à obediência às regras estabelecidas de modo a evitar os conflitos.

Conforme Souza Filho (2008) um dos traços característicos da apropriação dos recursos no plano do domínio privado refere-se à “existência de normas costumeiras”, que segundo o autor são aceitas e respeitadas pelos membros do grupo. Ainda que o uso comum seja uma prática regular, existem normas constituídas pelas famílias. Com base nas ponderações dos autores, antes mencionados, verifica-se que os espaços aquáticos de Mocambo, relativos as atividades de pesca, são de uso comum.

Na mesma perspectiva, Almeida (2008) destaca que as modalidades de uso comum dos recursos dizem respeito a situações nas quais o controle não é realizado de maneira livre, mas controlado por determinado grupo ou por um de seus integrantes que rege as relações de uso do recurso natural.

Desse modo, podemos perceber que as práticas de uso comum não estão isentas de conflitos. O uso e controle dos recursos dependem de negociações entre aqueles que partilham os recursos a partir de princípios claramente estabelecidos e acatados coletivamente.

O uso comum, propriedade comum e apropriação privada familiar dos recursos

Qual é o princípio do comum? Alguns autores também trouxeram importantes contribuições para a compreensão do termo comum (DARDOT, LAVAL, 2017; HARDT, NEGRI, 2016) ao ressaltarem outro aspecto: o comum como um princípio político, que não é instituído, mas aplicado.

Na perspectiva desses autores, o comum não é um bem, mas é tudo aquilo que um grupo social decide compartilhar. Feita essas considerações, o comum não é instituído, não é dado, mas é aquilo que as famílias de Mocambo fazem com que seja comum por um ato político e estabelecido a partir de tomadas de decisão.

Desta forma, a *reserva de peixe*, não é apenas uma reserva, mas a conexão entre ela e as famílias de Mocambo que cuidam dela. Não é apenas um

poço perene compreendido como espaço físico, mas é um ambiente onde se realiza a atividade de pesca que assegura a reprodução dos peixes nativos.

O direito ao comum pressupõe uma prática que assegura o acesso a um bem coletivo, bem como a responsabilidade de conservá-lo por meio da coprodução de normas estabelecidas coletivamente. Deste modo, é interessante pensar o modo de gerir e usar os recursos, levando em conta a discussão proposta por Sabourin (2010) ao avaliar os estudos de Ostrom sobre o conceito de reciprocidade como análise dos manejos dos recursos comuns compartilhados.

Considerando essa perspectiva, os valores afetivos e éticos são constituídos através da partilha que estão relacionados ao sentimento de pertencimento e de confiança. Para o autor, a ideia de reciprocidade em Ostrom, refere-se a regras internalizadas e construídas, relação de cooperação (reciprocidade), ou seja, não há cooperação sem compartilhamento (SABOURIN, 2010).

Assim, a estrutura de compartilhamento contribui para produzir sentimentos de pertencimento, como também de confiança e respeito. Uma espécie de círculo virtuoso, tal como enfatizado por Sabourin (2010). Esse entendimento é inspirador para pensar a interrelação entre as famílias de Mocambo e os recursos naturais, dado que os moradores fortalecem essa relação com o lugar, reproduzindo assim, o uso dos recursos naturais.

Ainda em relação aos princípios de uso dos recursos, um desses entendimentos diz respeito à ideia de *lagoa marcada* que funciona como delimitador de apropriação privada familiar, como mostra o relato do seu Luís.

P - E as lagoas que têm as regras que não podem pescar, são as lagoas marcadas?

E - É, lagoas marcadas, elas não furam para lado nenhum, né? Elas são as lagoas que geram ali naquelas baixas do morro e ali fica, elas crescem e ali mesmo seca. Então ali quando é marcado que os outros sabem que a gente bota peixe, eles não pescam

P - Eles respeitam?

E - Respeitam, porque todo morador daqui da encosta da murraria, cada um tem a lagoa e coloca o peixe, aí por causa disso tem que respeitar também os outros

P - Já aconteceu de duas pessoas quererem colocar peixes na mesma lagoa, tipo essa lagoa é minha, a outra fala, não eu olhei primeiro?

E - Não, as vezes assim da família pode colocar peixes, duas pessoas podem colocar peixe naquela lagoa. Na safra agarrar o peixe juntos, aí cada um tira o peixe um pouco para alimentação e pronto e continua a luta assim e só. (Seu Luís: 28/01/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).



Lagoa marcada de seu Cúria. Início do verão (16.07.2017). Foto: Diana Mendes

Como demonstra o relato e a fotografia acima, as lagoas marcadas que ficam no meio das dunas, tornam-se ambientes de criação de peixes de apropriação privada familiar. O acesso a estas lagoas está relacionado ao trabalho investido nelas, que simboliza o domínio de cada família, o que explica o ser *dono*, tal como proposto por Woortmann (1990). As lagoas são apropriadas e os espaços racionalizados são voltados para atender o sustento das famílias, a curto e longo prazo, determinado pela sazonalidade.

É interessante destacar que essa ordem moral é respeitada pelas demais famílias, partindo do princípio de que, se existem várias lagoas, portanto todos podem investir trabalho e definir na prática esse sentido de propriedade que, historicamente tem assegurado a reprodução social e econômica das famílias de Mocambo.

Vale lembrar que essa atividade pode até não ser considerada como legítima, por agentes externos, mas são respeitadas, por não pescarem nesses espaços que são trabalhados por determinada família. O respeito a essa norma é que tem evitado os conflitos e assegurado a reprodução material dos moradores de Mocambo.

O depoimento de seu Luís, antes mostrado, fornece indicações centrais no que se refere ao uso comum dos recursos, que aparece combinado, tanto com a

propriedade, quanto com a posse, de maneira permanente ou temporária, e que envolve as atividades de pesca realizadas pelas famílias. O depoimento da dona Rosimar, a seguir também mostra tal situação.

P - A senhora já ouviu algum comentário que alguém pescou na lagoa do outro?

E - Minha irmã não

P - Mas existe isso?

E - Acontece

P - E quando acontece faz o que? O dono faz o que?

E - Pelo menos se pescasse na minha eu não tinha coragem de falar não

P - Por quê?

E - Uma vez que o rapaz que mora bem ali, o Adail [morador de Buriti Grosso], ele tem um sitio que era da mãe dele, bem ali perto da tia Celina, lá tem tipo um açude, um poço, e ele bota garrancho dentro [açude/poço], galho de mato dentro para os peixes ficarem. Aí um rapaz lá da Boca da Lagoa foi pescar [açude de Adail], quando ele [Adail] chegou lá, o cara já tinha saído, em vez em quando ele fica olhando. Aí o rapaz tinha saído, e ele reconheceu o rastro, seguiu o rastro e foi lá na casa dele, chegou lá "bora você acabou de sair lá do poço, já que você queria pescar porque não me pediu? ", "você sabe que lá não é seu". Derramou o côfo de peixe no meio da casa e tirou uma parte e levou. E você nunca mais pesque.

P - O que pescou falou o que?

E - Nadinha, porque ele era presidente do sindicato [associação de moradores] também, ele sabe que se engrossasse, ele ia passar mais vergonha.

P - Geralmente quando acontece as pessoas só chamam atenção?

E - É de pedir para não pescar mais. Só isso porque aconteceu aqui e o Adail contou para nós. (Dona Rosimar: 29/01/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Nesse sentido, existe um trabalho familiar, um investimento, um cuidado, assim como o *respeito* dos demais moradores em relação aos recursos reivindicados pelas famílias. Assim, os açudes, os *poços sazonais* e as *lagoas marcadas* são ambientes de uso privado familiar, ou seja, o direito de acesso e uso dos recursos pertence a uma pessoa ou a um grupo familiar.

Cunha (2004, p.18) aponta que este regime de propriedade tem o poder de excluir outras famílias ao mesmo tempo em que regula o acesso e uso interno. O relato de dona Luzia mostra bem essa importância.

P - Cada família tem direito a quantas lagoas?

E - O tanto que quiser (...). É, se garantir botar em 3, 4, pode botar

P - Então, outras pessoas não vão pescar na sua lagoa?

E - Não, vai não. Se você passar lá na sua lagoa e tiver rastro de um [pessoa] dentro da sua lagoa e sair e você reconhecer o rastro, pode ir lá, "siô, o que o senhor fazia dentro da minha lagoa? Você não botou peixe lá"

P - Quando pescam nas lagoas, são pessoas de outro povoado?

E - É, de outros povoados

P - Quando alguém pesca na sua lagoa, a senhora faz o que?

E - Às vezes a gente vai lá, se ele já comeu o peixe, ele paga uma taxazinha

P - Mas já aconteceu?

E - Não, na nossa aqui mesmo não

P - A senhora já ouviu relato de outras pessoas contando que já aconteceu?

E - Ali na Boca da Lagoa também, eles sempre botam em umas lagoas bem ali para atrás, para lá a gente só ouve os boatos deles

P - Então as pessoas de Boca da Lagoa também colocam peixes nas lagoas?

E - Criam, como diz a história, os mais sinceros criam, os mais safados vêm e pescam. Aí eles ficam naquilo, né? Às vezes é arriscado até dá morte, porque quando os bichos bebem, aí eles começam a se debater um com o outro, né? É ruim

P - Então o direito daquela lagoa é de colocar o peixe?

E - É, de colocar o peixe e de colocar as bandeirinhas, se você ver uma lagoa e tiver uma bandeira, aquela lagoa tem dono porque ela tem uma bandeira, com certeza ela tem peixe. (Dona Luzia: 16/07/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

No contexto de propriedade comum ou familiar, um grupo pode excluir o outro do uso. O entendimento da propriedade comum parte do princípio de regras instituídas para organizar o acesso ao uso dos recursos. Esse regime de propriedade são arranjos estabelecidos através de regras coletivas (MCKEAN; OSTROM, 2001). Sob essa perspectiva, e conforme citado acima, em Mocambo existe normas específicas, como por exemplo, a sinalização da bandeira, o investimento de colocar peixe e a demarcação das casas.

Tais regras combinam o uso comum e a apropriação privada familiar, que são acatadas de maneira consensual entre as famílias que constituem a unidade social. Esse aspecto é importante porque as famílias de Mocambo desenvolveram esses mecanismos diante das alterações ambientais provocadas pela agência da natureza.



As fotografias acima são referentes ao *poço* sazonal, conhecido como *poço* de Dona Paixão. À esquerda, no período do verão (04.12.2016). À direita, no início do inverno (28.01.2017). Fotos: Diana Mendes.



Transição do *poço sazonal* de dona Paixão para o chamado lago. Início do inverno (18.03.2017). Foto: Diana Mendes.

Uma primeira observação é que quando os recursos são nomeados, como é o caso dos *poços* perenes, *sazonais* e das *lagoas marcadas*, além de localizá-los facilmente, a pessoa está conectada a ele, numa espécie de interdependência. Quando determinado espaço não é nomeado, não existe sobre ele qualquer expectativa de direito. No momento em que ele é identificado e nomeado, afirma-se sobre ele, a instituição da apropriação privada familiar.

Conforme observado durante o trabalho de campo em Mocambo, diferente das *lagoas marcadas* onde existe todo um investimento para criar os peixes, cabe esclarecer que em relação aos *poços sazonais* não existe investimento, e nenhum trabalho das famílias.

Levando em consideração os relatos dos interlocutores, a regra que orienta o uso desses espaços, dos *poços sazonais* e que interdita outras pessoas de pescarem é a demarcação das casas, assim como o que eles denominam de *respeito*. Assim, destaca Seu Luís: “tem muitos que não se dá o respeito, né”. De modo igual seu Inácio também enfatiza: “os que têm, respeita e tem consideração”. Nesse sentido, cabe dizer que as pessoas se sentem desrespeitadas, violadas quando alguém pesca nos limites desses espaços em frente às suas casas sem o devido consentimento.

Para eles, o *respeito*, como uma regra moral, é um dos valores essenciais nas relações humanas. Com base nas considerações dos interlocutores, as famílias

de Mocambo ao nutrirem *respeito* pelo próximo proporcionam reconhecimento e aceitação de seus direitos. O *respeito*, segundo eles, revela sobretudo o direito dos indivíduos em relação aos espaços em questão. Quando indagados sobre o que acontece no momento em alguém pesca nos *poços sazonais*, uns responderam que não fazem nada; optam por deixar de lado para não causar desentendimentos entre as famílias, mas ficam ressentidos quando ocorre tal situação. Já outros elegem o diálogo como forma de chamar atenção para o ocorrido.

É importante dizer que quando uma regra é quebrada, na ocasião em que alguém pesca em um desses ambientes de apropriação privada familiar sem autorização, os que se dizem *donos* desses espaços ao notarem tal transgressão procuram os possíveis rastros deixados no solo para, assim, identificar a pessoa que adentrou naquele espaço. Como muito bem destaca o depoimento do seu Cúria a seguir:

P - É. Já aconteceu de o senhor colocar peixe na lagoa e outra pessoa vir pescar?

E - Já

P - O senhor soube quem foi?

E - Um eu soube, porque eu sempre conheço o rastro, daqui da nossa região, da Boca da Lagoa, Lagoa da Esperança, Cabeceira, Buriti Grosso, se andar descalço eu conheço o rastro, podes ser homem, pode ser mulher

P - Descalço o senhor conhece?

E - Conheço, agora calçado eu não sei não

P - A pessoa foi daqui de mocambo?

E - Foi não

P - O que aconteceu? O senhor foi falar com ele? Chamou atenção?

E - Rapaz, eu espalhei só... para primeira, a mulher mais o cunhado dela, eu espalhei a história que se eu achasse ela lá, eu ia sovar, aí acho que disseram para ela, porque ela não pescou mais lá não. E os outros a gente nunca viu assim, só fica as vezes maldando porque a gente coloca peixe e as vezes não acha, aí a gente só fica e dizendo que foi fulano de tal, mas aí eu não vi não

P - Mas quando acontece de alguém pescar

E - Agora acontece é muito para a banda da Boca da Lagoa para li, acontece é muito para a lagoa da esperança

P - Chama atenção? Conversa?

E - O cara chama

P - No seu caso, o senhor achou melhor espalhar a notícia

E - Foi. Não me zangar, porque a gente já vai zangado, e se o cara disser pelo menos alguma coisa

P - É complicado [risos]

E - É

P - Mas geralmente acontece o que? As pessoas chamam atenção? Pede para devolver o peixe ou pagar pelo peixe

E - Não, devolve não [risos]

E2 - Já comeram

E - É, a gente só pede para não pescar mais, agora pagar peixe acho que por aqui nunca ouvi falar não. (Seu Cúria: 17/07/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Com base nos relatos a finalidade de seguir o rastro, é localizar o transgressor para poder conversar sobre o ocorrido. Os moradores ao argumentarem que, “*brigar não é bom*”, privilegiam o diálogo, como forma de evitar confrontos.

O fato de as famílias priorizarem a conversa como maneira de solucionar os problemas entre si, constitui-se também em uma forma de evitar a presença do ICMBio em Mocambo. O depoimento abaixo da dona Rosimar evidencia tal situação.

E - Uma vez o Fabio até falou para um morador de lá [Boca da Lagoa], que fica uns poços [sazonal] aqui [perto da casa], quando seca que fica uns pocinhos por aqui, que tem uns peixinhos que a gente pesca quando está secando para comer a muqueca. Aí quando a gente vai porque é por aqui pertinho, eles já tão pescando (...).

P - Ah, tá! Quando o Seu Fábio falou, eles não respeitaram?

E - Não! Uma vez o Fabio falou para um lá, porque que eles pescaram bem aqui e tal. Ele saiu foi com ignorância, disse que eles só não pescavam na nossa porta porque não tinha nenhum poço, mas se tivesse ele vinha e queria ver quem era que ia proibir ele. Ele estava um pouco bêbado. Aí era hora do ICMBio, porque se a gente fosse outro, pensar e comunicar ao ICMBio para vir ter uma conversa com ele ou então chamar ele quando tivesse pescando aí. Mas a gente não chama porque a gente não quer a presença do ICMBio aqui.

P - Esse que falou com o seu Fabio é de outro povoado?

E - É da Boca da Lagoa, não é daqui não

P - Eles não respeitam?

E - Não respeita aqui

P - Será se isso acontece na Boca da Lagoa, entre eles?

E - Lá eles não respeitam não, minha irmã. Por exemplo, tens uns que fazem açude lá, até agora aconteceu do seu Domingos, eles cavam, mandam cavar açude, aí bota peixe, parece que quando foi agora, ouvi essa história agora, agora lá onde a gente trabalha na Lagoa da Esperança, quando foi agora foram de novo lá, não tem nenhum peixe, os próprios da comunidade, vizinhos dele vão a noite escondido, pescam e comem. Eles não se consideram nem eles dentro da comunidade, eles não se consideram. O povo daqui de Mocambo não se uni muito com os da Boca da Lagoa, justamente por causa disso, eles não preservam nada

P - Dona Rosimar, assim como chove para cá e forma esses poços, lá também forma?

E - Cria

P - Então eles não se contentam só com os deles?

E - Não (...) eles pescam é em tudo, não considera não.

(Dona Rosimar: 29/01/2017. Entrevista realizado pela pesquisadora).

O relato mostra que as famílias priorizam o diálogo, como forma de resolução de conflitos para evitar a presença do ICMBio. Ao evitarem a presença do órgão ambiental, buscam utilizar os mecanismos internos para resolver as divergências. Isso permite que controlem as tensões sem acionar um mediador

externo que pode proporcionar a agudização dos problemas. Com isso evitam a fiscalização do órgão gestor na localidade.

De acordo com os interlocutores, a iniciativa de evitar a presença dos agentes fiscalizadores em Mocambo, é que segundo eles, tudo é passível de multas para os funcionários do ICMBio. Desta forma, conforme o plano de manejo do PNLM, as práticas extrativas como agricultura e pesca artesanal são identificadas como atividades conflitantes e causadoras de impactos à fauna e flora. Tais práticas, segundo a perspectiva oficial, criminalizam as famílias residentes na unidade de conservação.

As famílias de Mocambo não só estão evitando um desentendimento que possa desencadear um conflito maior, como também impedem a presença do órgão ambiental, que não considera esse sistema de propriedade nativo, já que opera com a perspectiva legal determinada pelo SNUC.

Ainda relacionado ao universo das *lagoas marcadas*, é importante destacar ainda outro aspecto: o emprestar. As pessoas também emprestam momentaneamente determinados ambientes que são reivindicados como seus. O empréstimo dura cerca de um ano, mesmo que o espaço fique completamente seco. Ainda assim continua sob o controle daquele que empresta.

Nesse sentido é importante lembrar os critérios de escolha das *lagoas marcadas*. Conforme os interlocutores, estas lagoas devem ser fundas e grandes. Quanto maior a lagoa, melhor será a reprodução dos peixes, como explica seu Inácio.

P - Como o senhor sabe que a lagoa não vai furar? Como o senhor sabe que a parede da areia é fina

E - Por causa do morro que circula, aqui é covada, vai, vai, aqui é lagoa, vargem, plano, aí vai, vai e encontra lá adiante com outro alto, aí ela ficou circulada, aí não fura, não tem como furar não

P - Tem alguma coisa a ver com o vento?

E - Tem, pode acontecer de o vento ser muito... Talvez fazer alguma baixa para ela furar, mas no inverno não fura, ela fura se for... Porque o vento é que manobra, o vento que faz as lagoas, que faz os planos de lagoas tudinho, é ele que planeja tudo, aí quando Deus manda água de lá de cima, que bate e enche as lagoas, a gente vai lá e olha “rapaz, aqui não bota peixe que vai furar”. Aí ninguém bota, porque com certeza ela vai furar. A gente às vezes vê que ela fura aqui, a gente arroteia e se atrás tiver circulado, pode botar porque ela fura de uma para outra e ainda cresce mais. Mas se ver que lá adiante tem uma baixa e a gente vê a altura da água que vai ficar conforme o inverno, aí a gente diz logo “rapaz, não bote porque ela vai descer para aquela outra e aquela outra vai furar e vão embora o peixe. É assim, por causa da prática que a gente tem, a ciência, a gente de muito tempo que vive aqui, que trabalha aqui.

P - Então, a lagoa quanto mais funda, mais larga, melhor a produção

E - Melhor a produção porque o peixe cresce

P - Eu pensava que escolhia as menores lagoas

E - Aquelas pequeninhas a gente bota o peixe, pega, mas o peixe não fica grande, porque não dá para ele crescer

P - Quanto maior a lagoa, melhor?

E - Quanto mais a lagoa maior, melhor. (Seu Inácio: 03/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Segundo o depoimento, podemos perceber que as pessoas escolhem as lagoas conforme o tamanho e profundidade. Apresentam também uma toponímia: *covada, vargem, circulada*. Na escolha das lagoas é levada em consideração as suas características, o que permite não só a criação dos peixes, mas também o seu pleno desenvolvimento. Quanto maior a lagoa, melhor, uma vez que terá mais espaço para os peixes se reproduzirem.

Ainda conforme os interlocutores, criar peixe nas lagoas, não constitui uma atividade muito trabalhosa. A única tarefa que existe é de verificar se os peixes estão crescendo, se a lagoa não corre o risco de ser afetada por *sangramento*, ou se alguém sem autorização está pescando.

Em relação à criação de peixes nas *lagoas marcadas*, cabe esclarecer que algumas pessoas optam por alimentar os peixes com ração. Segundo os interlocutores a ração ajuda o peixe a crescer mais rápido. Já outros preferem que os peixes se alimentem somente com os nutrientes existentes nas lagoas. Alguns comentam que os peixes alimentados com ração não possuem um bom gosto.

Além das *lagoas marcadas*, que são caracterizadas como de apropriação familiar, existem também ambientes que são identificados como de propriedade comum. Nesse caso o regime de propriedade comum ocorre quando o recurso é apropriado por todos os integrantes de uma dada localidade.

Conforme Cunha (2004) a propriedade privada é o arranjo institucional mais adequado no que diz respeito a situações de escassez dos recursos. Quando o recurso é abundante, não existem regras e nem competições por ele. Em vista disso não é justificável que seja apropriado individualmente, mas sim coletivamente.

Desse modo, todas as pessoas, inclusive aquelas de outras localidades, usufruem do direito de acesso ao recurso. Mas quando o recurso está em escassez, aumenta a competição. Nessa situação, a primeira decisão que as famílias de Mocambo tomam é restringir o acesso ao recurso a pessoas de localidades vizinhas. Nessa circunstância, o sentido de propriedade comum sofre uma alteração,

passando a referir-se a apenas uma localidade que os reivindica em função dos constrangimentos provocados pela agência da natureza.

Assim, os espaços naturais que são de uso coletivo das famílias de Mocambo são: lagoas de uso comum e os *poços perenes*. Segundo as regras das famílias, determinados recursos tornam-se propriedade comum quando um grupo exclui outro. Quando as famílias de Mocambo excluem as de Boca da Lagoa, os ambientes onde realizam a pesca artesanal convertem-se em propriedade comum de Mocambo.

Nesse sentido, as relações sociais referentes aos moradores de Mocambo são influenciadas por “limitações ecológicas” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 107). Conforme as observações de Evans-Pritchard (1993) relativas às questões ecológicas, existe duas dimensões de tempo que regulam as formas de apropriação dos recursos: aqueles que é influenciado pelo meio ambiente, o tempo ecológico e o que é reflexo das relações mútuas dentro da estrutura social, o tempo estrutural. Os dois tempos estão relacionados a sucessões de acontecimentos referentes aos interesses de determinada localidade.

Com base nas considerações de Evans-Pritchard (1993) é oportuno destacar que as mudanças decorrentes da sazonalidade definem um ciclo, de modo que os moradores organizam suas vidas combinando o tempo ecológico com o tempo estrutural.



Poços perenes [reserva de peixe]. Fim do inverno (16.06.2017). Foto: Diana Mendes

As atividades de pesca das famílias de Mocambo estão organizadas conforme os diversos períodos, de maneira que a apropriação dos recursos pelas famílias assegura direitos de uso e apropriação e de exclusão aos moradores de Boca da Lagoa, mas não dá direito de venda.

Considerando esta perspectiva, a apropriação comum significa dizer, que existe um ambiente que é utilizado e apropriado por todos de uma coletividade que nutrem por esses espaços direitos de utilizá-los. Assim sendo, a *reserva de peixe* é uma área onde as famílias de Mocambo podem acessar e controlar. Em outras palavras, é propriedade comum de Mocambo.

Com base nas considerações de Mckean e Ostrom (2001) o regime de uso comum visa a preservação da natureza em locais onde os mesmos estariam em extinção, se não fosse pelo princípio adotado. As referidas autoras apontam:

No passado, regimes de propriedade comum implantados por comunidades para a geração de benefícios de longo prazo do manejo de recursos naturais disseminavam-se por todo o planeta. É possível que alguns tenham desaparecido naturalmente, na medida em que as comunidades tradicionais optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas e econômicas. Mas, em muitos casos, tais regimes parecem ter sido excluídos por força de legislação. (MCKEAN; OSTROM, 200, p.79).

Conforme as autoras, o termo propriedade comum, são arranjos de direitos de propriedade no qual determinado grupo dividem direitos e responsabilidades a respeito dos recursos. Desta forma, as famílias de Mocambo são aquelas que possuem direitos, são responsáveis pelos recursos.

Tais direitos são comuns a Mocambo e não a outros. Neste contexto, ainda conforme as referidas autoras, propriedade comum não evidencia acesso livre a todos, mas caracteriza acesso limitado. Aspecto importante a ser destacado é que propriedade comum se refere “a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80).

Além destes ambientes, existem também os chamados *lagos*, que inclusive têm características sazonais. Nesse sentido, os *lagos* também estão associados ao volume de água acumulado no período das chuvas, sendo que a sua feição muda conforme as águas dos *poços* se interligam, resultando em uma extensão do espelho d'água. No período denominado de verão, os níveis de água diminuem. Então, o que era *lago* transforma-se em *poços*, é justamente nesse

momento das formações dos *poços*, que entra em cena o um tipo de direito privado, onde as pessoas definem quem usará. A dinâmica dos *poços* e dos *lagos* aparecem de forma sazonal.

Em conformidade com Evans-Pritchard (1993), vale enfatizar o que o autor denomina de “tempo ecológico” que compreende um ciclo que possui duas estações: chuva e estiagem. Para este autor, o conceito de estação está associado preferencialmente a “atividade sociais do que mudanças climáticas que as determinam” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 109). O designativo, pode ser apontado como:

Os aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza são aqueles que controlam os movimentos das pessoas: água, vegetação, movimento dos peixes, etc.; sendo as necessidades [...] traduzem principalmente o ritmo ecológico para o ritmo social do ano, e o contraste entre o modo de vida no auge das chuvas e no auge da seca que fornece os polos conceituais na contagem do tempo (EVANS-PRITCHARD, 1993, p.109).

As considerações de Evans-Pritchard são importantes, porque tais formas dialogam com os recursos hídricos de Mocambo, tanto em relação ao regime de uso comum, quanto ao movimento do tempo sobre esses espaços.

Desta maneira, os *poços*, as lagoas, os *lagos* e os açudes, estão ligados a diferentes tipos de propriedade. A dinâmica da natureza dos recursos leva as pessoas a atualizarem o sistema de propriedade. A produtividade do *lago*, bem como seu tamanho ao longo do tempo levou a um acerto que permite um uso mais coletivo, ao contrário dos *poços* que são pequenos, que restringem os peixes, levando à privatização, como relata seu Cúria:

E - É, só quando o inverno é grande que vaza de um para outro que aí emenda. Na época esse rio negro ele não ia por Buriti Grosso, ele descia por Mocambo, daqui ia para a Baixa Grande. Agora está com um mucado de ano que ele se mudou daqui e passou por Buriti Grosso direto, por isso que... Só quando enche mesmo de verdade, que nem agora

P - Esse rio negro que alimentava o lago?

E - Era, até o peixe, por isso que o mestre Inácio lá, ele não gosta quando está no período do peixe assim, que fica só nos poços, ele não gosta que a galera pesca muito, porque se não, não fica geração [peixe], não fica porque não vem de outro lugar, é para ficar a semente

P - Quando chove é que os peixes...

E - Desova. É que sobe para cá, sobe aqui nesse córrego aqui nosso aqui, vem desovar,

E2 - Bendizer nesse povoado todinho, ele vem desovar abeirando aqui tudinho

E - Se não fosse ali [reserva de peixe] estava com um mucado de ano que não dava peixe aqui na nossa área

P - É, né?

E - É porque não tinha de onde vir

P - Por que o senhor fala, poço do Inácio?

E - Porque isso é um hábito que a gente tem, porque ele mora perto, aí sempre ele fica assim, não deixando muito a galera ir pescar, aí a gente chama assim. (Seu Cúria: 17/07/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Conforme sobressai no relato, existe uma transição desse regime. No período da estiagem, em que não existe essa configuração do ambiente aquático, se observa seu Inácio controlando determinadas porções, no caso, os *poços* perenes. Quando aumenta o espelho d'água, como ocorre com a formação dos *lagos sazonais*, sobre essa nova configuração não recai esse mesmo controle e as regras se modificam. O conjunto de regras que gera a expectativa de propriedade comum assegura o uso, o direito de utilizar, o direito de exclusão de determinado grupo, mas não garante o direito de venda. Nesse caso, vale dizer que em Mocambo as pessoas controlam uma propriedade comum.

Para reafirmar essa situação, Seu Inácio usa a expressão “pertence a mocambo”. Quando fala que os *poços* perenes pertencem a Mocambo, ele reivindica direitos para um conjunto de famílias do lugar. Nesse caso, o sentido de propriedade assume uma dimensão coletiva, ou seja, direitos de apropriação e controle sobre os recursos por um grupo específico.

Os moradores de Mocambo partem do princípio de que ao preservarem os peixes que estão concentrados, garantirão peixe por mais tempo. Então o acatamento dessas regras propiciaria, em um futuro próximo, benefícios coletivos, além de assegurar a conservação das espécies de peixes nativas. Conforme diz Seu Inácio, “a gente faz aqui, mas beneficia eles também no futuro”.

Foi possível também identificar, alguns ambientes cujos recursos são de acesso livre, são apropriados de forma comum. É caso de lagoas e praias. O acesso a estes recursos não é regulado, é aberto a todos. Como mostra o depoimento do seu Luís:

P - Aqui tem alguma lagoa onde todo mundo pode pescar?

E2 - A lagoa do lú, dindinho, aquela lá

E - Eu confirmo

P - Por que todo mundo pode pescar lá? Porque é mais próximo das casas, é isso?

E - Não, é porque sangra de uma lagoa para outra e desce, vai embora, se possível vai até na praia, no rio. Aí quando o peixe sobe aquela água, ela se forma como uma cabeceira, aí o peixe fica tudo ali, aí é uma coisa que é da natureza. Todo mundo pode pescar porque ninguém vai proibir.

P - Qual a diferença de pescar nessa lagoa para as outras que ficam a bandeira?

E - Porque ali, o peixe que tem ali é colocado, é a gente que bota e marca, então outro não pode pescar ali, porque ali tem um dono que tem botado peixe, botando ração e é marcado

P - Então, a diferença dessa lagoa é porque...

E - E porque vem de outro lado

P - Vai sangrando na outra, por isso é de todo mundo

E - É

P - E as lagoas que ficam as bandeiras, são separadas das outras

E - É bem separada e não sangra para nenhuma

P - Agora entendi. E essas que o senhor é dono, eu não posso pescar?

E - Não pode, se você vir aqui me pedir, pode

P - E se eu não te pedir e o senhor ficar sabendo que eu pesquei

E - Aí tem o direito de te chamar para uma reunião e esclarecer porque foi pescar sem autorização. (Seu Luís: 03/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Como se pode depreender do relato de seu Luís, as lagoas que se interligam com outras lagoas ou córregos de rio, as famílias têm acesso livre a estes recursos, que são considerados comuns. Podem pescar, independentemente de serem moradores de Mocambo ou não. Segundo os interlocutores o acesso é livre porque, não houve investimentos pessoais para constituição de tais recursos, quer dizer, os peixes não foram colocados nesses ambientes. É o que caracterizam como *obra da natureza*.

As famílias de Mocambo, tal como sublinhado por Diegues (2001), repensam e recriam as formas de apropriação comum dos recursos naturais. Para o autor, o grupo social ao se sentir ameaçado em seu modo de vida, “recriam modalidades de reprodução material, social e simbólica” (DIEGUES, 2001, p.99). Tais valores, segundo ao autor, são fundamentais para garantir a condição de existência e manutenção da qualidade de vida das pessoas. Outra situação desse tipo é descrita pela dona Luzia:

P - A lagoa é sua porque a senhora colocou peixe? Como é essa história?

E - Porque colocou peixe. Porque se você tem uma lagoa, você tem peixe, se a lagoa fura e emenda com o rio, essa você não pode mais governar, porque o peixe entrou no rio, não foi você que botou

P - Só quando ela fura que

E - Mas se a lagoa não fura, ficar normalzinha mesmo e você coloca peixe, aquela é sua porque foi você que botou o peixe, o peixe não veio de outro lugar, se você não tivesse botado não tinha peixe, tinha não. Agora se ela vazar lá para o rio, aí chega outro e já pode pescar porque aí você não pode

falar, porque aí ele diz: “não, a lagoa não é sua, porque o peixe que entrou”. Se não entrar aí é sua. (Dona Luzia: 16/07/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

É importante destacar que a cooperação entre as famílias envolve um conjunto de valores internos. As restrições são explícitas e estão associadas aos direitos sobre as lagoas. Uma vez que essa lagoa pertencente a uma determinada família se rompa e se conecta com outro ambiente, ela perde seu caráter privado familiar e converte-se em recurso comum. Isso porque a ruptura é interpretada como *obra da natureza* e não determinada pela ação humana. Nesse caso a agência da natureza redefine o regime de propriedade.

A pesca na praia não possui quaisquer restrições. A exploração dos recursos nesse ambiente é de livre acesso e feita também de forma artesanal. A atividade de pesca na praia ocorre no período do inverno. No verão os moradores de Mocambo pescam nos *poços*, e nos lugares mais próximos.

Segundo, tais características, pudemos observar que o meio *biofísico* influencia diretamente nas tomadas de decisão dos moradores de Mocambo, sobretudo no que refere à regulação do uso dos recursos comuns. Assim, as famílias de Mocambo desenvolveram normas específicas para regular suas relações com o meio ambiente e acessar os recursos dos quais dependem. As regras têm sido formuladas e reformuladas tendo como base o fator ecológico e a agência da natureza.

Capítulo 5

Lagoas, lagos, poços, praias e açudes: caracterização dos ambientes de pesca segundo os interlocutores

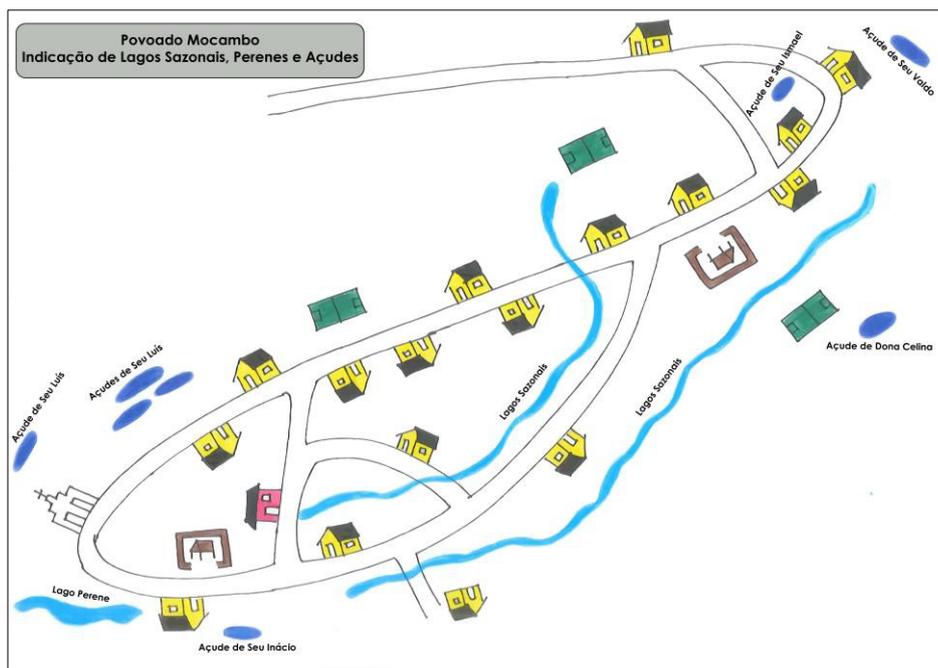
Nas modalidades de pesca que analisaremos aqui, os elementos da natureza são apropriados, combinando formas de uso comum com a privada familiar, conforme citado anteriormente. É importante salientar que, em função da ação dos ventos e da sazonalidade, caracterizando o que denominam de inverno e verão, verifica-se uma constante modificação na paisagem em Mocambo como em outras localidades do Parque.

Desse modo, em determinado momento (ver calendário) formam-se lagoas e poços que podem permitir as atividades de pesca, assim como a construção de açudes. Por outro lado, com a redução do volume de águas nas lagoas, aparecem às *vargens*, um tipo de vegetação que brota e recobre áreas mais planas.

As *vargens* são utilizadas de forma comum como áreas de pasto para criação do rebanho bovino, caprino e ovino. No período do inverno algumas dessas *vargens*, pelo volume das chuvas, podem se transformar em lagoas, lagos e poços, e quando do período do verão voltam a servir como área de pasto.

Tais ambientes são encontrados nos limites de Mocambo, e são usados por cada família segundo as regras partilhadas e acatadas. São apropriados de forma privada familiar. No croqui mostrado a seguir, é possível ver a localização desses poços, açudes e lagos, alguns perenes e outros sazonais.

Croqui com indicação de *lagos sazonais*, perenes e açudes.



Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

A descrição desses ambientes foi feita partir dos dados coligidos, de acordo com relatos dos interlocutores. Um desses entendimentos refere-se a ideia de *lago*, que funciona como extensão contínua da água dos *poços*, como mostra o depoimento do seu Luís.

E - Quando enche essa vargem todinha aqui, é lago porque fica grande, muito grande

E2 - Quando está cheio que chove que fica todo cheio, aí fica um lago grande mesmo, mas quando seca, fica só no rêgo do poço, uns pocinhos

P - Dá até peixe?

E - Ô se dá, peixe nesse mundo todinho aqui, porque corre aí, isso aqui alaga todinho, essas vargens todinhas

E2 - Aí vai secando e os peixes só ficam no rêgo do poço

E - Ali no quintal do compadre Inácio, ali daquela engenhocazinha mais em baixo ali, no tempo do inverno bom, a água chega até ali pertinho ali

E2 - Até no pé de jenipapo

P - Dá para pescar ali?

E2 - Dá, ali dá peixão grande

E - A Dica [filha do seu Inácio] é acostumada a colocar cupim, cupim assim, aqueles que dá no pedaço de pau, bota ele aqui e arroteia de mato

E2 - Aí depois coloca a tarrafa e tira os paus, os matos, aí já está os peixes

E - Aí ela tarrafeia. Ela é acostumada a agarrar

E2 - Quando enche fica tipo um lago, fica tudo reto, aí quando seca vai ficando os poços que eu te falei

E - Quando for no tempo do inverno, tu vens para olhar, aí tem a certeza. (Seu Luís: 03/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Cabe destacar que *poços*, e *lagos* se caracterizam como depressões naturais com certa profundidade no terreno e que permite a concentração de água por um longo período após o ciclo chuvoso. Diante dessas considerações, as dimensões dos *lagos* em Mocambo são muito variáveis. Nesse caso, depende da intensidade das chuvas.

É preciso compreender ainda que, quando chega o período do inverno, as águas que cobrem os *poços* perenes, transforma a área em um único lago. A diferença é em relação ao tamanho, pois este não volta a ser tão grande como fora noutro tempo. É importante ressaltar que a pesca é somente possível quando as águas do referido lago estão baixando.

Como se pode depreender do depoimento, as qualidades elencadas indicam que o *lago* define designações naturais produzidas através da conexão das águas dos chamados *poços*, cujas águas das chuvas ficam retidas nas depressões. Ainda de acordo com seu Luís, “*poço, porque aí quando a água baixa, aí fica só os poços*”. Um depoimento do seu Inácio confirma.

P - O que é poço seu Inácio?

E - Poço são os lagos que formam [inverno] e vão secando, e aqueles lugares que são mais baixos que fica a água e no verão se torna um poço de água

P – Certo.

E - É a mesma coisa de um açude. (Seu Inácio: 28/01/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Como descrito anteriormente, a atividade de pesca também acontece nos chamados *poços*, que por sua vez são formações naturais com profundidade devido ao acúmulo da água da chuva e que permite a incidência de peixes, o que de certa forma, estende a atividade de pesca. No que concerne as lagoas, estas apresentam áreas mais planas e secam plenamente. A este respeito, se expressa o seu Luís.

P - Qual a diferença de lago para a lagoa?

E - Aqui de muito tempo era lago e lagoa é a mesma do morro

E2 - Só que a do morro a água é clara

E - O lago é porque é grande

P - Então a lagoa é aquela que fica no meio da morraria e a água é transparente e o lago é aquele que fica próximo as casas e a água é escura

E - Isso. Só três coisas que tu vais encaixar aí, lagoa, lago e poço

P - Deixa eu ver se aprendi. Quando alaga tudo (...)

E - Agora é pocinho, mas no tempo do inverno é lago

P - Aí quando seca forma os poços?

E - Poço

P - Forma os poços junto com aqueles outros três [poços]

E - Exatamente

P - Então, só existe, lagoa, lago, poços e açudes?

E - É, quatro. Pode afirmar (Seu Luís: 03/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Em reforço aos depoimentos, as lagoas são depressões de formas variadas, geralmente são circulares. Diferentemente dos *lagos*, as lagoas têm profundidade pequena e cercada por dunas. Vale lembrara ainda que as lagoas são extremamente cristalinas, apesar dos tons variarem entre verde e azul.



Lagoa do seu Inácio. Período do inverno (04.05.2107). Foto: Diana Mendes

Apesar de Mocambo não possuir atrativos turísticos, tem sem dúvidas uma das mais belas paisagens naturais, compostas por dunas, lagoas e *lagos*, reunidos em um só lugar. Conforme já foi citado, as lagoas são formadas em decorrência da intensidade da água da chuva entre os meses de janeiro e maio, e podem durar até o mês de setembro, após esse período, secam por completo.

Diante desse contexto, vale destacar que as lagoas sazonais, são temporárias e têm a diminuição do volume hídrico no período do verão, chegando a desaparecer entre os meses de novembro e dezembro. Cabe salientar que essa alteração dependerá muito do fluxo da chuva. É importante ressaltar que quando ficam completamente cheias, ou seja, no momento que atingem o nível máximo de água, representam o típico cartão-postal do PNLM.

Quando começa a chover, e as lagoas concentram água, os moradores transferem peixes nativos dos poços para esses ambientes e quando há a redução do nível da água, transportam de volta os peixes para os locais originais. Tal movimento pode ser caracterizado como um sistema nativo de reprodução sazonal, que garante não só o abastecimento de alimento às famílias, mas também a reprodução das espécies de peixe nativas. É um tipo de prática que não pode ser enquadrada rigorosamente pela categoria manejo, pois envolve uma prática cultural e historicamente enraizada que singulariza essa forma de conservação das espécies de peixes nativas. Existe, portanto, em Mocambo, um sistema de conhecimento relativo aos ambientes naturais e os peixes nativos que articula as dinâmicas ambiental e social.

Com relação aos açudes, segundo as descrições dos interlocutores, são escavações no terreno para concentrar água, para em seguida criar peixes. A seguir depoimento do seu Inácio.

P - E o nome daquele local que a gente cava para colocar peixe? Como é que se chama?

E - Chama-se de açude

P - Por que açude?

E - Porque é uma coisa que a gente faz, né, faz braçal mesmo, cavando com pá, enxada, aí ele se torna um açude que a gente fez, não foi gerado pela natureza, foi a gente que fez. (Seu Inácio: 04/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Vale sublinhar que os açudes são espaços fixos e têm peixe o ano todo, mas para isso é preciso fazer a manutenção dele sempre que possível, cavá-lo para não deixar secar. A mudança do curso do rio Negro ocasionou certa escassez de peixe, e diante dessa realidade, surgiu então a necessidade de criação de peixes em açudes voltada para alimentação.

Via de regra, os açudes que secam, são aqueles que se encontram rasos ou então, aqueles que são cavados no período do inverno. O certo é cavá-los no verão para que ele fique permanente, segundo os relatos dos interlocutores. São sempre localizados próximos as casas e possuem diferentes tamanhos. Os peixes dos açudes são alimentados com ração. Em geral quem cava os açudes são membros das famílias, mas quando não podem fazê-lo, contratam outras pessoas e pagam a diária, que custa em torno de R\$ 40,00 (quarenta reais). Os açudes são cavados em torno de três a quatro dias.

Cabe destacar ainda que, quando alguém mantém contato com algum candidato a vereador, fica fácil conseguir uma máquina escavadora, pagando somente o combustível pelo serviço. Vale lembrar que apenas cinco pessoas possuem açudes em Mocambo, Seu Luís, Dona Celina, Seu Valdo, Seu Ismael e Seu Inácio.

Um detalhe a ser destacado, diz respeito a pesca de água salgada, que é realizada nas praias. Em Mocambo poucas pessoas pescam nas praias devido à distância. São seis horas de caminhada até a foz do rio Negro, cerca de 36 km andando, segundo os interlocutores. Nesse sentido, é necessário destacar que em Mocambo somente um morador pessoa possui quadriciclo, e esse aspecto torna a pesca de água salgada menos praticada.

Os moradores vão a pé até ao local de pesca, mas aqueles que tem certa renda, fretam quadriciclos. Nesse caso a viagem dura cerca de quarenta minutos. Uma situação desse tipo é relatada a seguir por seu Inácio.

P - Seu Inácio as pessoas de mocambo pescam na praia?

E - Pesca no rio negro [foz do rio, na praia]

P - quem são as pessoas que pescam na praia?

E - É muito

P - É longe a praia?

E - Era longe

P - São quantos quilômetros?

E - Eu nem sei, era muito longe, quando a gente ia nos animais, carguinhas no jumento, saia daqui a tarde, ia dormi na Baixa Grande [povoado], saia 5h e chegava 7h lá na praia

P - saia daqui [Mocambo] que horas seu Inácio?

E - À tarde

P - Saia a tarde e chegava lá só no outro dia?

E - De tarde e chegava lá no outro dia e se sair daqui as 6h da manhã, andando mesmo, andando forte, quando dá 12h chega lá. Agora eles estão tirando em 30 min, 40 min de quadriciclo

P - Cobra quanto?

E - 80 Reais (...) quando ele vai buscar carga pesada, tem uns que ele vai buscar por 60, 70, vai por 50 conforme os amigos

P - Então ele vai levar e buscar?

E - Vai deixar lá e vai buscar (Seu Inácio: 28/01/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Feitas essas considerações, foi possível identificar que como existe uma distância considerável em relação as praias, os moradores de Mocambo adotam estratégias de pesca, mas desta vez voltada para pesca de água doce. Neste contexto, somente cinco pessoas de Mocambo pescam na praia: Raimundo, Fábio, Joca, Loinha e Maíta. Eles pescam de caçoeira e realizam a pesca de beira, ou seja,

pesca na beira da praia. Geralmente eles ficam uns 15 dias pescando. O peixe é tanto para o consumo como para a venda.

QUADRO 02 – Tipos de Peixes Nativos – Mocambo

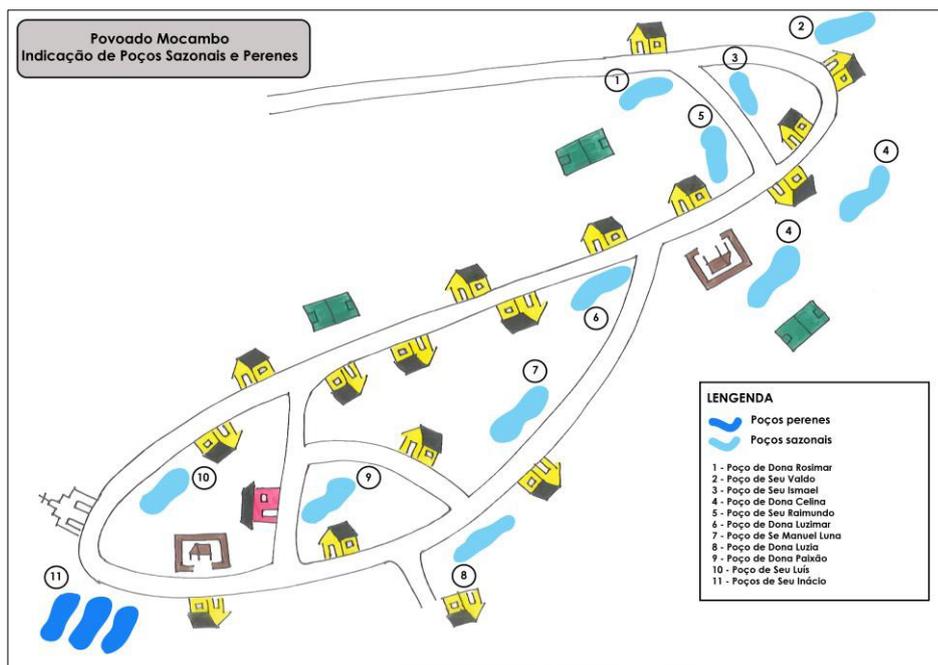
Nome Vulgar	Nome Científico	Local de Ocorrência
Cascudo	<i>Callichthys</i>	Poços
Cará redondo		Poços
Cará bicudo	<i>Callichthys</i>	Poços
Cangati	<i>Parauchenipterus galeatus</i>	Poços
lú	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	Lagoa,
Jacundá		Lagoa
Lamprega	<i>Sternopygus macrurus</i>	Poços
Mandi	<i>Pimelodella cristata</i>	Poços
Piaba dura		Lagoa
Piaba chata	<i>Astyanax bimaculatus</i>	Lagoa, Poços
Pataca	<i>Metynnis sp.</i>	Poços
Sarapó		Poços
Traíra	<i>Hoplias malabaric</i>	Lagoa, Poços

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

Uso dos recursos: as modalidades de pesca de água doce

Mocambo é um lugar que no período das chuvas, na prática, encontra-se praticamente todo inundado. Os peixes que ficam no chamado *lago* acabam se alastrando para as lagoas, bem como para os *poços* temporários próximos às casas.

Desta forma, podemos notar que a duração, intensidade e a distribuição da chuva influencia fortemente a atividade da pesca em função da sazonalidade. A agência da natureza de certo modo interfere na atividade de pesca. A dinâmica da paisagem afeta as regras de uso dos recursos. Interessante notar que para que pessoas de fora do lugar pesquem nesses *poços* e lagoas, tem que pedir autorização para aqueles que se apropriaram desses espaços. O cerne dos conflitos registrados diz respeito ao uso dessas áreas onde são realizadas as atividades de pesca.

Croqui com indicação de *poços sazonais* e perenes.

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

Conforme citado há em Mocambo três grandes *poços* perenes: Fonte Velha, Poço do Aguapé e Poço do Bento, todos reivindicados pela família de seu Inácio. Em relação a tais *poços* existem entendimentos divergentes quanto ao uso e acesso por parte das famílias do povoado Boca da Lagoa. Os interlocutores relatam que os proibiram de pescar nos limites de Mocambo devido à escassez de peixes.

Segundo os interlocutores, as pessoas de Boca da Lagoa pescam com caçoeiras que, em virtude de terem a malha pequena, capturam peixes em maior quantidade e tamanhos impróprios, peixes pequenos que estão desovando. O relato abaixo do seu Inácio descreve o fulcro da divergência:

P - Na Boca da Lagoa, não tem poço, não tem lugar para pescar?

E - Tem! Tem poço, tem lugar para pescar, tem tudo.

P - E por que eles vêm pescar aqui [Mocambo], seu Inácio?

E - É um costume que eles tinham antes, para trás.

P - Hum!

E - A gente reclama para eles. Eles dizem: 'siô, aqui desde nós pequenino que nós pescava aqui. E hoje vocês tão querendo proibir nós de pescar?' E eu digo para eles: 'siô, eu não tô proibindo, todo mundo pode pescar, eu tô proibindo da pessoa passar uma rede de arrasto, uma rede grande'. Por que eu proíbo? É tendo compaixão dos outros companheiros de lá mesmo do povoado, que vocês vêm e traz uma caçoeira grande, vocês passam no lago, vocês pescam sua quantidade de peixe e vêm outros de lá mesmo, vizinho de vocês, com landruá e uma tarrafa, quando eles chegam, voltam sem nada, porque vocês pegaram [todo] peixe. Então, se todo mundo vier

pescar de landruá, de tarrafa, de anzol, ninguém proíbe. Todo mundo pode vir porque cada qual pega o seu peixe. Agora nós estamos querendo proibir é quem vem passar uma caçoeira grande no lago [durante o período das chuvas, chama-se lagos, após essa estação, passa a ser denominado de poços]. Porque ele pega o peixe todo e quem vem de landruá chega e não pega nada. (Seu Inácio: 18/03/2107. Entrevista realizada pela pesquisadora).

O depoimento acima faz uma descrição detalhada do problema entre os povoados. As pessoas de Boca da Lagoa ao fazerem uso das caçoeiras acabam capturando uma quantia considerável de peixes. Em consequência disso, outros que, em seguida, vão pescar com os apetrechos acordados entre as famílias de Mocambo, não conseguem capturar nada.



Fotografias do *poço* Aguapé [reserva de peixe]. À esquerda, no fim do verão (02.12.2016). À direita, no início do inverno (28.01.2017). Fotos: Diana Mendes.

Em relação ao tamanho das caçoeiras as pessoas de Boca da Lagoa utilizam aquelas que medem 60 braças (medida antiga bastante usada no meio rural). Segundo os interlocutores, uma braça mede 2 metros, e a caçoeira acaba tendo 120m, o que indica ser uma rede que arrasta muito peixe. A proibição por parte dos moradores de Mocambo deve-se ao fato de que o apetrecho captura peixes em excesso, inclusive aqueles que estão se reproduzindo. A seguir apresentamos um quadro com a descrição dos apetrechos de pesca usados em Mocambo:

QUADRO 03 – Apetrechos de pesca de água doce – Mocambo

Nomes	Material	Local de Uso	Observações
Anzol	Feito de ferro ou aço.	Poços	O anzol é um pequeno gancho de aço, no qual se prende uma isca para fisgar o peixe. Também conhecida como pesca a linha.
Caçoeira	Feita em nylon	Lagoas e Poços	A caçoeira é uma rede de pesca retangular, podendo ser mantida na vertical com auxílio de pedaços de paus e pesos de chumbo na parte inferior ou manuseada por duas pessoas, cada um segurando em uma das extremidades e arrastando a rede. Capturam peixes que ficam retidos nas malhas
Choque	Feito do talo de Mirim	Açude, Poços	O choque é um apetrecho utilizado principalmente em locais de água parada. Ele é um tipo de armadilha revestida por uma armação do talo de mirim, um fruto nativo, possuindo aberturas em suas extremidades. A captura se dá por aprisionamento. É menor que o jiqui.
Jiqui	Feito do talo de tucum	Açude, Poços	É um tipo de armadilha revestida por uma armação do talo de tucum, uma palmeira, e que possui aberturas em suas extremidades. A captura se dá por aprisionamento, como no caso do jiqui.
Landuá ou Landruá	Feita em nylon	Açude, Poços	É uma pequena rede presa a uma armação de madeira, circular. Usada para pegar siris, camarões e peixes
	Feita em nylon	Lagoa Poços	A tarrafa é um dos instrumentos mais utilizados na pesca de água doce na região. É uma rede circular, com pequenos chumbos presos em torno de toda borda da malha. Dependendo da largura da malha, aprisiona pescado de todo tamanho, inclusive camarões.

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

As informações apresentadas no quadro acima mostram os apetrechos de pesca utilizadas pelo grupo. Cabe destacar ainda que as pessoas de Boca da Lagoa historicamente pescaram em Mocambo, uma espécie de costume em função de considerarem tais recursos como abertos. Como já citado anteriormente o curso do rio Negro passava por Mocambo, época em que, segundo as narrativas, existia muito peixe, então não existia essa proibição e restrição de apetrechos, todos podiam pescar, conforme depoimento do seu Inácio a seguir:

- P - Todo mundo podia pescar?
 E - Todo mundo pescava porque o lago não secava.
 P - Tinha esse problema também de reserva de peixe, já existia?
 E - Não! Porque o lago não secava.
 P - Não secava...
 E - Quando dava no verão ele fazia era encher.

P - Então a reserva surgiu depois que...

E - Depois que o Rio Negro não passou mais por aqui, não trouxe mais peixe para o lago, aí começou, a gente segurar esse poço, para segurar o peixe para produzir porque não veio de outro lado. E o lago secou todo, está todo seco.

P - As famílias da Boca da Lagoa [povoado] sempre pescaram por aqui?

E - Sim! Eles pescavam aqui de muito tempo e ainda pescam ainda, a gente às vezes quer proibir deles pescar de caçoeira grande, de arrasto, mas de landruá, de tarrafa, de anzol, pode pescar, ninguém próibe.

(Seu Inácio: 05/05/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

A mudança do curso do rio é resultado da agência da natureza. A intensidade dos ventos e a movimentação das areias acabaram obstruindo o canal do rio, desviando o seu curso, deixando de passar por Mocambo para correr por outro povoado, Buriti Grosso.

Desta maneira, com base no depoimento acima, o desvio do rio acarretou uma diminuição dos peixes. Nessa circunstância, quando se modifica a paisagem e diminui a oferta de recurso em questão, mudam-se também as regras. As famílias de Mocambo passaram a ter uma preocupação com o acesso e uso dos recursos antes disponíveis a eles e aos moradores de outros povoados.

Considerando essa alteração as famílias de Mocambo adotaram o mecanismo de proteção e negociação do acesso aos recursos. Mesmo com a proibição, os moradores de Boca da Lagoa pescam escondidos à noite, principalmente nos poços do seu Inácio, conforme descrita abaixo:

E - É escondido! Eles descem na covada do morro, pesca e volta novamente e não deixa nem rastro.

P - Não, né?

E - Não! E rastro não é prova [risos]. Ninguém pode ir atrás dos companheiros porque não é prova. (...). Aqueles que têm consideração, vem, chegam aqui e pede, eu mando pescar. E os que não têm, vão pescar é de noite para ninguém saber, eles fazem isso, mas os que têm, respeita e tem consideração, eles chegam aqui e pede. Aqui desde quando as águas começam a baixar, eles começam a chegar aqui, siô: 'nós vamos pegar uns peixinhos aí para nós almoçar'. 'Pode ir...'

P - Aí o senhor deixa?

E - É! 'Pegar camarão'? Pode ir pegar.

P - O senhor já pegou alguém pescando que não pediu permissão?

E - Já!

P - Eles falam o quê?

E - Eles não falam nada.

P - O senhor reclama?

E - Eu que reclamo.

P - Eles não respondem?

E - Não! Não responde, eu reclamo, mas também não xingo ninguém.

P - Hum.

E - Só faço dizer: 'meu irmão está demais, vocês podiam não fazer isso, vocês podiam vir ali por casa e pedir, que eu mando pescar, mas pegam aí a conta de vocês almoçar e aí vão embora'.
(Seu Inácio: 05/05/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Tal situação tem ensejado desentendimentos e eles ocorrem por conta das restrições de pesca aos moradores de Boca da Lagoa por parte daqueles que se apropriam dos chamados *poços* perenes. Como já mencionado, pessoas de fora de Mocambo entram nas lagoas e nos *poços* para pescar, descumprindo regras locais.

Conforme os interlocutores, esse fato é caracterizado como invasão, já que pessoas de fora exercem pressão sobre a chamada reserva de peixe, desrespeitando os acordos de uso estabelecidos entre as famílias de Mocambo, bem como comprometendo a sustentabilidade desse recurso. Sobre essa questão, o interlocutor comenta:

P - Ali não seca?

E - Não seca! Sempre é uma reserva criada de muitos tempos ali. Aquele respeito. Mas na crise que está.... É como eu termino de lhe falar essas questões, né, a pessoa deixa de ir pescar ao dia para ir invadir à noite porque o dono está dormindo. Cria esses problemas. Lá, no pequeno lago [também chamado de poços no período do verão] que fica, no tempo em que o rio passava fazia uns poços [interlocutor faz referência ao lago na época que o rio Negro passava por Mocambo] grandes, esses *poços* [apesar da redução do tamanho, esses poços não secam] é difícil de secar.

P - O "rio passava" que o senhor está dizendo é o rio negro?

E - O rio negro! Que ele passava ali e descia ali. Aí lá nos poços ficavam muitos filhotes de peixe, né. Mas aí já saia outras pessoas de outras comunidades para pegar os filhotes de peixe. Porque não tinha o grande. Eles pegavam os filhotes, né, para o sustento. Então.... Aí agora, agora mesmo de pouco, eu larguei meus de fazer, fui botar mato lá nos poços, em dois pedaços de poço que ficava assim, para reservar os filhotes de peixe. E mesmo assim chegando nesse período de novembro a diante, é o tempo da piracema do peixe que é tempo do peixe estão desovando. Então, se todo mundo entendesse esse lado era como ia ficar muito peixinho, né, e muito peixe para contaminar na água, né para espalhar, quando chover o peixe espalhar na água nova, tanto os filhotes quanto o peixe sair para desovar.

P - Seu Luís, o senhor está dizendo para espalhar.... Então esses lugares que os peixes ficam é... Que chamam de reserva. Fica desovando [período do defeso], né?

E - É!

P - Para depois desovar?

E - Hum! Hum!

P - Ele.... Quando começa a chover e essa água cresce, ela se espalha por aqui por Mocambo e vai até onde?

E - Essa água cresce aqui e aí vai furando córrego, né. Não sei como é que eles chamam, tem um nome aí que eles falam, né, que como a água vai se espalhando, vai sangrando de uma para outra, de uma lagoa para outra e o peixe vai subindo na água nova, né. Aí espalha muitos peixes. E muitos também o peixe não consegue passar, espalhar nas águas todas, porque

na época quando chove, que vai começando a água espalhar e o peixe subir para espalhar nas águas, muitos botam as caçoeiras, né. Aí já é um entrapalho! Já é um entrapalho para o peixe (...). (Seu Luís: 12/11/2016. Por Benedito Souza Filho).

Interessante notar, no excerto acima, a precisa descrição que o entrevistado realiza, dos processos naturais que envolvem a reprodução dos peixes nessa região e de como a ação humana pode favorecê-la ou constituir um obstáculo a que o “peixe se espalhe”, como diz o entrevistado. O período das chuvas faz com que subam as águas e as lagoas transbordem, formando córregos e espalhando os peixes.

Os trabalhadores tanto podem, como faz seu Inácio, colocar matos, vegetação nos poços para que os peixes se escondam e se criem ou podem, também, interceptar o desenvolvimento desses animais, capturando-os antes da hora.

É importante destacar que a chamada *reserva de peixe*, local onde os filhotes são protegidos para que cresçam, foi implementada para a reprodução do peixe, ficando proibida a pesca de caçoeira no período do defeso. Essa prática é combatida pelos moradores de Boca da Lagoa que se sentem prejudicados.

Apesar de os moradores de Mocambo defenderem a reserva como um meio importante para preservar as espécies de peixes, a gestão dessas áreas tem se mostrado difícil. A finalidade é proteger essas áreas utilizadas pelos povoados que tiram sua subsistência da pesca, mas as regras de acesso e uso têm se tornado polêmicas.

Como forma de explicar que eles têm direitos a esses poços, no sentido da proteção da reserva de peixe, as famílias de Mocambo operam com o reconhecimento dos limites próximos a casa do seu Inácio. De acordo com Ostrom (2005) na compreensão do funcionamento das instituições deve ser levada em consideração não só a posição dos atores que integram a arena de ação, mas também os fatores que interferem nessas posições e nas tomadas de decisão.

Em relação ao uso dos recursos, Ostrom (2005) argumenta que se um conjunto de regras são definidas, aceitas e respeitadas por determinada coletividade, os seus integrantes têm mais condições de garantir o acesso aos recursos a todos.

Cabe destacar que a autora realiza um exercício minucioso que nos auxilia a compreender os comportamentos dos atores nas relações sociais a partir do uso de regras para regular o acesso aos recursos, sejam eles abertos ou restritos. Como pode ser depreendido no depoimento do seu Inácio a seguir:

E - (...) cada qual tem a sua lagoa pertinho da casa, está ali em cuidado para ele pegar o peixe na hora que ele tiver precisão. E se chegar um amigo e quer um peixe, o dono mesmo dali, daquele poço que ele tem de reserva, leva o companheiro e pega o peixinho.

P - A pessoa se diz dono, por quê?

E - É porque está pertinho da casa. (Seu Inácio: 04/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Convém ressaltar que as famílias de Mocambo tentam controlar essas áreas como extensão importante de suas residências para a reprodução dos peixes. Em concordância com Ostrom (2005) o conceito de regra é essencial para analisar as instituições, visto que “é usado por estudiosos para se referir a muitos conceitos com significados bastante diversos” (OSTROM, 2005, p. 16).

Desta forma, a autora nos convoca à reflexão sobre o funcionamento das regras no sentido de regulação, ou seja, princípio regulador para fazer funcionar a vida social, para apreender a posição dos agentes em diferentes situações.

Lagoas temporárias na *morraria*

A partir das informações dos interlocutores, foi possível saber que as lagoas encontradas na chamada *morraria*, variam conforme as depressões que apresentam e que retêm água da chuva, por isso são temporárias, secando a cada ciclo anual. Nessas circunstâncias, elas se formam com início das chuvas do mês de janeiro e até o mês de maio estão completamente cheias. No período do verão, que corresponde aos meses de junho a dezembro, as lagoas e *poços* temporários começam a baixar o nível da água e passam a dar lugar a áreas de pastos e várzeas.

Conforme a estação, a paisagem vai se transformando, as lagoas passam a secar devido à ação do sol e do vento, diminuindo o seu volume hídrico. As lagoas possuem tamanhos e profundidades diversas, apresentando águas cristalinas. É

justamente esse conjunto de elementos que tornam as *morrarias*, um lugar de extrema beleza cênica.

No que se refere ao tamanho elevado das lagoas, bem como sua extensão, área e volume, segundo os interlocutores, elas são formadas pela união de duas ou mais lagoas, fenômeno comum em Mocambo no período de chuvas. Tal acontecimento é chamado pelos moradores de sangramento, isto é, uma lagoa fura de uma para a outra, ocasionando assim, o que eles intitulam de *sangria*.

Identifiquei uma grande variação no tamanho e na forma das lagoas, assim como no volume e profundidade. Isso se deve em razão das dunas se modificarem pela ação dos ventos devido à constante movimentação e deposição de areias. Em outros termos, as dunas “migram” sucessivamente na direção dos ventos preeminentes. Deste modo, essa contínua modificação se reflete nas características físicas das lagoas.

Apesar dessa importância ressaltada, inúmeros desafios se colocam em relação à conservação e às regras que presidem o acesso e o uso dos recursos, porque quando começa a chover, o povoado fica praticamente todo inundado, levando a área de *reserva* [*poços* perenes] ao transbordamento e todo o peixe que se encontrava desovando no período de novembro a fevereiro (ver calendário), se espalha por toda localidade.

Assim, se encontram alevinos alastrados em todos os *poços sazonais*, inclusive há ocasiões, quando é forte a intensidade de chuvas, de as pessoas chegarem a pescar até nos quintais de suas casas. A partir dos depoimentos dos moradores de Mocambo, foi possível a confecção de um calendário da pesca artesanal.

CALENDÁRIO DA PESCA EM MOCAMBO													
CALENDÁRIO DA PESCA EM AÇUDE													
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Período de Chuvas		Baixar a Água			Período de Pesca			Período de Seca					
		Colocar Peixe											
CALENDÁRIO DA PESCA NOS POÇOS													
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Período de Chuvas		Baixar a Água			Período de Pesca			Peixe Ovando		Desova do Peixe			
								Período de Defeso do Peixe					
CALENDÁRIO DA PESCA NA PRAIA													
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Período de Pesca		Pescam - mas tem pouco peixe			Período de Defeso do Peixe		Pescam no Rio Negro						
CALENDÁRIO DA PESCA NAS LAGOAS													
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Período de Chuvas		Baixar a Água			Período de Pesca			Período de Seca					
		Colocar Peixe											

Elaborado pela autora a partir de informações do trabalho de campo.

Ainda em relação à atividade da pesca, cabe ressaltar a importância da sazonalidade. No período do inverno a pesca nos *poços* fica impraticável, pois toda a extensão do povoado fica alagada por conta do volume de chuvas. Nesse período, a pesca é realizada na foz do Rio Negro, ou seja, pescam peixes de água salgada. Em relação a isso não existem conflitos quanto ao uso dos recursos, sendo pensados como abertos a todas as localidades do PNLM. Uma situação deste tipo é relatada por seu Luís.

P - A pesca na praia começa quando?

E - A pescaria que sempre a gente gostava de ir começava de maio em diante, quando era de canoa começava em fevereiro, aí nós pescava fevereiro, março, abril, maio e junho, isso de canoa. Agora pescaria que chama piltzeira, isso é quase todo tempo, tem paradeira não

P - Se pesca no mês do inverno, assim, chovendo na praia?

E - Pesca, esse que é o bom

P - Pesca na praia durante o inverno

E - Durante o inverno. A sauna [peixe] chega na beira da praia, mais durante o inverno

P - Então a época para pescar na praia é o inverno?

E - É o inverno

E2 - Porque no verão tem muito vento (Seu Luís: 03/12/2016. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Como Mocambo apresenta áreas alagáveis, devido à grande concentração de água a pesca de água doce fica impossibilitada. Os moradores se deslocam nesse período para praticar a pesca nas praias. A pescaria sempre é feita de forma artesanal e aqueles que a praticam buscam suprir, com essa atividade, o sustento da família.

Dadas a essas circunstâncias, verifica-se que os fatos não acontecem isoladamente, estando imbricados. Nesse caso, natureza e sociedade não estão separadas, ambas são transformadas através de um conjunto de práticas (LATOUR, 2012).

Este autor propõe analisar os efeitos tanto das ações humanas, bem como dos agentes não humanos. Desta maneira, a teoria ator-rede refere-se a fluxos e movimentos, em vez de remeter a uma fixidez. O que as premissas de Latour (2012) preconizam é que a rede conecta de modo frequente homens e coisas, e isso proporciona a construção do coletivo.

Para tanto, agentes humanos e não humanos interagem e se influenciam reciprocamente. Como o rio Negro teve seu curso alterado, as famílias resolveram restringir o acesso aos *poços* perenes. Por causa disso, cada família pleiteia o controle do recurso devido ao investimento que foi realizado, bem como a transferência dos peixes para as lagoas.

Sistema nativo de reprodução dos peixes conforme o ambiente e as estações do ano

Assim como os *poços*, as lagoas encontradas nas chamadas *morrarias*, também são formadas a partir da precipitação das chuvas. Quando se inicia o período chuvoso e as lagoas concentram água, as famílias de Mocambo transferem peixes nativos dos açudes e *poços* para as lagoas que se formam durante o inverno.

Quando baixa o nível de água dessas lagoas, eles remanejamos novamente os peixes de lugar, transferindo-os das lagoas para os açudes como também para os *poços*. Na prática as famílias de Mocambo, adaptam a atividade de pesca a esses ciclos da natureza em razão da sazonalidade.

As lagoas acabam se transformando em espaços privilegiados para a criação de peixes em virtude de não terem que realizar maiores investimentos,

inclusive aqueles relativos à alimentação, pois as lagoas oferecem os nutrientes necessário à manutenção dos peixes. Aproveitam a concentração de água possibilitada pelas chuvas para realizar o manejo dos peixes nativos.

Assim, as famílias realizam a atividade de pesca nesses ambientes, adaptando esse importante componente da organização econômica às variações sazonais. Apesar de as lagoas serem importantes locais de pesca e criação de peixes, existe uma distinção entre as que são de uso comum e aquelas que são de apropriação privada familiar, conforme pode ser depreendido no depoimento da dona Rosimar a seguir:

P - E na morraria tem alguma lagoa que todo mundo pode ir lá pescar?

E - Pode.

P - Tem nome essa lagoa?

E - Tem não, porque assim quando o rio desce pra baixo no período do inverno, vai enchendo e vai furando várias lagoas, entrando água para dentro das lagoas e o peixe desce, entendeu? Aí tem lagoa que fura de lagoa para a lagoa, por exemplo, tem uma lagoa aqui e tem um morro pequeno aqui, e no meio já tem outra lagoa, quando é no período [inverno], ela rompe, essa lagoa já fura para cá, e faz uma zoada enorme, um estrondo, ela fura dessa para a essa e o peixe passa dessa para a aquela, entendeu?

P- Sim.

E - Vai descendo.

P- Nessas, todo mundo pode pescar?

E- Todo mundo pesca, só não pode pescar naquelas, por exemplo, eu escolhi uma, quando eu vou escolher uma lagoa no morro para colocar peixe para criar, eu tenho que escolher uma que fica dentro das dunas altas, que eu vejo que ela não fura para outra lagoa. Aí enfio um pau na beira da lagoa, aí lá boto os meus peixes, lá todo mundo já sabe que tem dono, ninguém pesca.

P- Ninguém pesca.

E- Ninguém pesca! Agora as que descem furando no nível do rio que desce pra dunas, essa, todo mundo pode pescar. Dá muita piaba. (Dona Rosimar: 29/01/2017. Entrevista realizada pela pesquisadora).

Em relação a esses recursos que se formam durante a estação das chuvas, e por serem transformados em espaços de criação de peixes, aqueles moradores de Mocambo que realizam a atividade de pesca passam a reivindicar direitos sobre esses espaços.

Nesse processo de apropriação de determinadas lagoas, sejam elas de uso comum ou de apropriação familiar, verifica-se um regime de propriedade (MCKENAM; OSTROM, 2001) a partir de regras socialmente estabelecidas e consensualmente aceitas, configurando uma jurisprudência nativa acerca das formas de apropriação dos recursos.

Quanto aos *poços sazonais*, conforme citado anteriormente são ambientes nomeados de acordo com a proximidade das casas, mas as famílias não criam peixes nesses espaços, sendo que os peixes que ficam nesses ambientes vêm da chamada *reserva de peixe* quando transborda no período do inverno. Apesar de existirem lagoas reivindicadas por determinada família de forma privada familiar, existem algumas utilizadas em sistema *uso comum* pelo conjunto das famílias de Mocambo. Nesse caso, os recursos são considerados abertos a todos.

Conforme já apontado, as lagoas e os *poços* estão em constante movimento, em decorrência da transformação da paisagem de acordo com a estação do ano, sendo importante frisar que as famílias também se movimentam. Assim como as lagoas e os *poços sazonais* não são fixos, a vida social também não é fixa, uma vez que o avanço das dunas contribui para essa movimentação.

Em relação aos açudes, de acordo com os interlocutores, são grandes buracos cavados: primeiro cavam, em seguida esperam que crie água para, depois, acrescentar os peixes. Após o período chuvoso, o nível de água das lagoas começa a baixar, quando as lagoas estão rasas, os peixes maiores são destinados ao consumo e os menores são transferidos para os açudes, o que já garante, segundo os interlocutores, novos peixes para a temporada de pesca do ano seguinte.



As fotografias acima são respectivamente dos açudes de Seu Luís. À esquerda, no período do verão. (13.11.2016). À direita, no início do inverno (19.03.2017). Foto: Diana Mendes

Embora trabalhando com outro universo empírico Paula Andrade (2008) chama a atenção para o fato de o trabalho investido na natureza perto as casas proporcionar direitos permanentes, não somente à terra, mas também a outros ambientes. No caso em estudo, cabe ressaltar que o fruto do trabalho, no que diz

respeito aos açudes, é compartilhado somente pela família do *dono* e conforme suas necessidades. Por outro lado, o que é compreendido por “obra da natureza”, é passível de usufruto comum. Deste modo, a apropriação dos recursos, no caso de algumas lagoas, ainda que não tenham sido objeto do trabalho humano, não pode ser classificado como de *uso comum*, porque em algum momento haverá envolvimento trabalho familiar. É o investimento do trabalho que altera esse sentido de obra da natureza.

Naquelas situações em que os peixes transitam de uma lagoa a outra e não existe investimento de trabalho por parte de qualquer família, essa lagoa é entendida como de *uso comum*, pois tanto o sangramento espontâneo, que permite a circulação/o e a presença de peixes é entendida como obra da natureza, alterando o regime de propriedade, nesse caso, coletiva e não privada familiar.

Considerando o exercício reflexivo operado neste capítulo, podemos destacar que uso dos ambientes aquáticos dentro de um espaço social e natural, combinando a apropriação privada familiar com aquelas formas de apropriação comum dos recursos, em função da sazonalidade das atividades de pesca, expressa o modo de vida das famílias de Mocambo.

As famílias de Mocambo desenvolveram formas próprias de organização social ao longo dos anos, também em função das transformações naturais que a região conhece sazonalmente. A sazonalidade é que torna possível sublinhar em que sentido o ambiente físico interfere ou se relaciona com a vida social. Isto se deve ao fato que a “morfologia social” é alterada conforme as variações sazonais (MAUSS, 2015).

Neste contexto, para compreender as instituições políticas de determinado lugar, deve-se levar em consideração o meio ambiente e os meios de subsistência. Evans-Pritchard (1993, p. 107) afirma “que os conceitos de espaço e tempo são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este ambiente”. Assim, a partir da dinâmica ambiental e social presente em Mocambo busquei compreender os aspectos do modo de vida e dos sistemas de conhecimento resultantes das formas específicas de relação que as famílias de mantêm com os distintos ambientes nos quais realizam a atividade de pesca.

Considerações Finais

Neste trabalho, tomei para objeto de estudo as formas de uso e apropriação dos recursos levando em consideração as regras que regulam o uso dos ambientes naturais pelas famílias de Mocambo, combinando a apropriação privada familiar como as de *uso comum* e levando em consideração a sazonalidade que interfere nas atividades de pesca.

Tentei demonstrar como se deu a reorganização da atividade de pesca a partir da mudança do curso do rio Negro, uma vez que a agência da natureza fez com que seu curso fosse alterado, promovendo uma reorganização da atividade de pesca, que passou a ser intensificada em lagoas, *poços* e açudes.

Conforme mostrado, a agência da natureza fez com que as famílias de Mocambo reorganizassem as suas práticas pesqueiras a partir das alterações no meio *biofísico*. A mudança do curso do rio Negro ocasionou a redução dos recursos hídricos e a escassez de peixes. Além de caracterizar um quadro difícil, criou condições para a instauração de regras para conservar os recursos existentes do lugar, já que atingiu fortemente a organização social e econômica das famílias.

Nesse sentido, vale destacar que ao invés de ocorrer o esgotamento dos recursos hídricos, após a alteração do curso do rio, e devido à pouca intensidade das chuvas, as famílias passaram a preservar os únicos recursos existentes para assegurar a reprodução dos peixes. O acesso e a gestão de tais ambientes são partilhados, controlados e acordados entre as famílias de Mocambo. Tais regras são compreendidas como arranjos institucionais coletivos para uso e acesso, bem como propriedade de recursos naturais, constituindo desse modo, uma complexidade em seu funcionamento (MCKEAN; OSTROM, 2001).

No que refere à apropriação coletiva, as práticas sociais se organizaram de modo a reger o comportamento das pessoas no cumprimento das regras estabelecidas. Assim, as regras foram reacomodadas em Mocambo segundo as necessidades das famílias e de acordo com as novas modalidades de interação com o ambiente natural. No caso aqui estudado, as regras foram institucionalizadas para reorganizar a interação dos humanos com o meio ambiente (MORAN; BRONDIZIO, 2013).

Durante a realização do trabalho de campo registrei um número considerável de entrevistas com interlocutores de Mocambo, cujas narrativas descrevem os problemas vivenciados e aqui mostrados. Realizei ainda registros fotográficos que confirmam e exemplificam o uso dos recursos naturais pelas famílias de Mocambo.

Cabe destacar ainda que as fotografias foram essenciais na orientação do presente estudo, constituindo assim, desde a escolha daquilo que deveria ser fotografado, descrição dos ambientes naturais, compondo uma narrativa que de certa maneira contribuiu para o tratamento do objeto de estudo. Nesse sentido, é importante ressaltar que a fotografia dialogou e articulou significados de lagoas, lagos, *poços* e açudes, *morrarias*, *vargens*, paisagens e agricultura. Em síntese, dirigiu o olhar da pesquisadora para compreender os significados não só dos recursos naturais, mas das categorias que dão conta desses ambientes onde as famílias vivem e trabalham e que garantem sua reprodução social e material.

Parafraseando Bachelard (2008), Mocambo é um lugar com uma poética da vivência. Cabe deixar claro, que não estou me referindo no sentido entre poesia e espaço, mas na relação de sensibilidade, do ser e de pertencer. Como diz Bachelard (2008), “dos espaços de posse”, “espaços definidos contra forças adversas”, “espaços amados”, ou ainda dizendo, “dos espaços vividos” (BACHELARD, 2008, p. 19).

Nesse contexto, é interessante lembrar as colocações de Moran e Brondizio (2013), no sentido de entender a forma como as famílias interagem com os diferentes ambientes do lugar, permitindo não só a permanência das pessoas, mas também a consolidação de sua organização econômica que combina agricultura, pesca, extrativismo, artesanato e criação de animais, atividades estas organizadas segundo a sazonalidade.

A seguir, apresento uma sequência de fotos realizadas durante o trabalho de campo, cuja finalidade é mostrar a dinâmica da paisagem de Mocambo provocada pela agência da natureza. Nesse sentido, a sazonalidade é concebida, por ter produzido um conjunto de práticas e uso dos recursos naturais. Em outras palavras, a sazonalidade tem uma fundamental importância na relação entre as famílias e o ambiente em que vivem.



À esquerda: *Fonte Velha*, um dos poços perenes onde as famílias preservam as espécies de peixes nativos. Período do inverno (05.05.2017). À direita: Animais pastando nas áreas de *vargens*. Período do verão (12.11. 2016). Fotos: Diana Mendes

As fotografias podem sugerir uma visão bucólica, ainda que a riqueza do lugar possa sugeri-la, no entanto representam mais que uma riqueza de vegetação, remete a um sistema de relações sociais e ambientais, revelando assim uma complexidade sociológica. Desta forma, os recursos naturais se sobressaem por ser encontrados dentro do perímetro do PNLN e por permitirem que as famílias circulem e desenvolvem suas atividades.

As fotografias permitem também pensar a sazonalidade que se registra de modo peculiar em Mocambo. Apresenta fatores que contribuem para a organização das famílias. Ela merece destaque porque permite observar as constantes mudanças nos períodos de inverno e verão, seja pela precipitação das chuvas (inverno) ou pela ação dos ventos (verão). É importante ressaltar, além disso, que Mocambo apresenta um conjunto de dunas, *vargens*, *poços*, *lagos*, açudes e lagoas com águas cristalinas. É um lugar que exhibe um panorama de beleza, mas também corresponde a processo sociais dinâmicos, reveladores regras que organizam as famílias em suas relações com o meio *biofísico*.

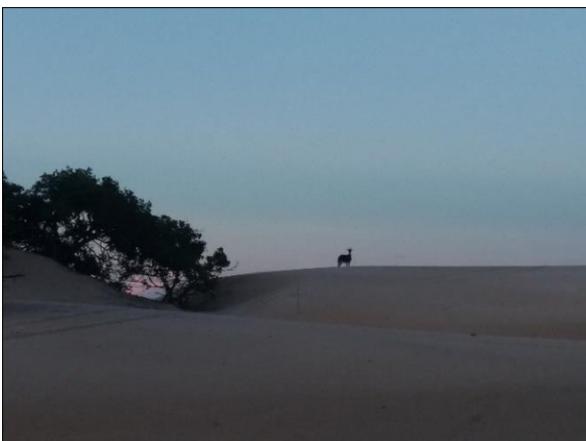
Assim, esses cenários compostos de dunas e lagoas, que conferem ao PNLN grande exuberância, está longe de representar um vazio demográfico. Ao contrário, existem pessoas que vivem e trabalham secularmente em diferentes zonas, reproduzindo um modo de vida a partir da interação com os diferentes ambientes encontrados nessa unidade de conservação.



À esquerda: Moradora de Mocambo caminhando em direção a igreja. Período do inverno (03.05.2017). À direita: Vista panorâmica de Mocambo. Período do verão (16. 06.2017). Fotos: Diana Mendes

Importante ressaltar que Mocambo se caracteriza, como bem aponta Little (2006), por uma ecologia histórica, que nos ajuda na compreensão da vida social das famílias segundo uma maneira específica de uso dos recursos. Conforme já colocado, a cosmologia, segundo Descola (1997) não separa o mundo da cultura e mundo da natureza, não existe distinções, e/ou separação. Prevalece uma interação no convívio entre ambas concebida sob a forma de afinidade.

Desse modo, o autor chama atenção para um elemento importante, a relação de identidade dos humanos, plantas, animais, sujeita a metamorfoses, posto que cada espécie deve perceber as outras segundo seus princípios e necessidades próprias (DESCOLA, 1997).



À esquerda: Animais andando pela chamada *morraria*. Período do inverno (28.01.2017). À direita: Morador de Mocambo analisando a profundidade da água para poder atravessar o quadriciclo. Período do inverno (06.05.2017). Fotos: Diana Mendes.

É interessante destacar que as fotos exibem paisagens com rica vegetação e abundância de água no período de precipitação das chuvas. Revela também os *morros*, como denominam localmente as elevações de areias que compõem a beleza do lugar. Dadas essas considerações, cabe dizer que a relação histórica que as famílias têm com o lugar permitiu o fortalecimento do conhecimento mobilizados no âmbito do desenvolvimento das atividades econômicas e em consonância com os ciclos da natureza e a reestruturação da vida social.

Como pôde ser observado neste trabalho, as famílias de Mocambo desenvolveram uma forma particular de viver. As suas atividades, que dão sentido a essa forma de viver, combinam duas dimensões: *volume geográfico* e *volume mental* (MAUSS, 2015, p.466), ambas relacionadas com a sua organização social, distinta no verão e no inverno. Mauss toma de empréstimo esses termos usados por Ratzel e associa: “o volume geográfico a extensão espacial ocupada pela sociedade em questão; o volume mental é a área geográfica que abarca com o pensamento” (MAUSS, 2015, p.466).

Cabe destacar, por fim, que as atividades desenvolvidas em Mocambo são resultantes das regras social e historicamente constituídas e que regulam o uso dos recursos naturais existentes no lugar. Tais práticas são realizadas a partir da apropriação dos recursos e dos processos de nomeação para identificar as lagoas e os chamados *poços*. Têm relação também com as constantes alterações do meio biofísico e com sistemas de conhecimento que permitem às famílias de Mocambo, a partir de sua dinâmica social, acompanhar a dinâmica da natureza.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010
- ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2008
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. – 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008
- ASSUNÇÃO, Matthias R. **A Guerra do Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: EDUFMA, 2008
- ASSUNÇÃO, Matthias R. **De Caboclos a Bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850**. – São Paulo: Annablume, 2015
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Pádua Danesi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 09-23, 2008
- BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. Editado por Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves. São Paulo: Annablume, p. 109 – 143, 2006
- BARRETTO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. São Paulo: Instituto Sócioambiental, p.53-63, 2001
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo - produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba Guimarães (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 123-174, 1980
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997
- BRASIL. **Decreto Federal nº 86.060, de 2 de junho de 1981**. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2890_20180301_143557.pdf. Acesso em: 14.12.2016

CASTRO JUNIOR, Evaristo de. COUTINHO, Bruno Henrique. FREITAS, Esteves de Freitas. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C. N (Orgs.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.25-65, 2009

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC. NUPAUB/USP, p. 165-182, 2000

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4ª ed, 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014

CUNHA, Luís Henrique. Da 'Tragédia dos Comuns' à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. In: **Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campinas Grande: UFCG, v.23, n.1,2, p. 10-26, 2004

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O Lugar do Parque Nacional no Espaço das Comunidades dos Lençóis Maranhenses**. Brasília: Ed. IBAMA, 2000

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso**: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 1997

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Tempos e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um Parque Nacional. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Editora HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira; CAK, Anthony Daniel; NASCIMENTO, Thays Tartalha do. Integrando desenhos e imagens de satélite no estudo de mudanças no uso e cobertura da terra. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas, V. XI, N°. 1, jan. – jun, p. 99-116, 2008

DARTOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: Edna Castro e Florence Pinton (Orgs). **Faces do trópico úmido**. Belém: Cejup, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP. 2004

DIEGUES, Antonio Carlos. A Sócio-Antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: **Etnográfica**. vol. III (2), p. 361-375, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2004

- DIEGUES, Antonio Carlos. **O nosso lugar virou parque**: estudo sócio-ambiental do Soco de Mamangá- Parati- Rio de Janeiro. 2ª ed. – São Paulo: NUPAUB/USP, 1999
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983
- DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos.; MOREIRA, André de Castro C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NAPAUB-USP, p. 97-124, 2001
- DODIER, Nicolas. Agir em diversos mundos. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, p. 77-109, 1993
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970
- EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I. and SHAW, Linda L. Participant Observation and fieldnotes. In: ATKINSON, Paul et al (Orgs) **Handbook of ethnography**. London: SAGE, p. 352-368, 2001
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Buenos Aires, CLACSO, p.69-86, 2005
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1993
- GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013
- GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. In: **Mosaico: Revista de Ciências Sociais**. Espírito Santo: UFES, ano 2, n. 01, vol. 01, p. 279-303, 1999
- GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, RS, p. 125-142, 1995
- GOMES DIAS, Roseane. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro**: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. São Luís, 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017
- GURAN, Milton. Fotografar para descobrir/fotografar para contar. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: UERJ, p. 155-165, 2000
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

- HARDIN, Garret. The Tragedy of Commons. In: **Science**, n.162, p.1243-48, 1968
- HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução de Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016
- IBAMA/MMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, 2002. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/planos-de-manejo>. Acesso: 05/08/2016
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres: Routledge, 2000
- KELLER, Paulo F. O Artesão e a Economia do Artesanato na Sociedade Contemporânea. In: **Revista Política & Trabalho**, UFBB, n.41, p. 323-347, 2014
- LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru-SP: Edusc, 2012
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP. Editora Papyrus, 1989
- LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**. Brasília, 2002
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: **Série Antropologia**. Nº 322. Brasília: UNB, p. 1-32, 2002.
- MALDONADO, Simone C. A Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUS, Antonio Carlos (Org.). **A imagem das Águas**. São Paulo. Editora: HUCITEC, p. 59-68, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura nos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné na Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976
- MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão. 3ª ed. SUDEMA, 1970
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogerio Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015
- MCKEAN, Margaret A., OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001
- MENDES, Diana P. **Nem Gaúcho, Nem Soja: mobilização camponesa para a criação da Resex Chapada Limpa**. 112 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Povos e Comunidades Tradicionais**: análise do processo de construção sociológica e jurídica de expressão. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2012

MORAES, Maria Dione C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E. P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Vol. II. São Paulo: Editora da UNESP, 2009

MORAN, Emilio F. e BRONDIZIO, Eduardo S. Introduction to Human-environment interactions researches. In: **Human-Environment Interactions- current an future directions**. London New York: Springer, p. 1-24, 2013

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. **La riguer du qualitatif: les contraintes empiriques de l'interprétation sócio-anthropologique**. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

OSTROM, Elinor. Understanding the Diversity of Structured Human Interactions. In: **Understanding Institutional Diversity**. Princeton University Press, p. 3-31, 2005

OSTROM, Elinor; GARDNER, Roy; WALKER, James. Rules, Games, and Common-Pool Resources. **The University of Michigan Press**, 1994. Disponível: <http://www.press.umich.edu/titleDetailDesc.do?id=9739>

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense** – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos* no Baixo Parnaíba. 225 f. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012

PAULA ANDRADE, Maristela de. et al. **Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil**: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Relatório de Pesquisa. GERUR/UFMA. São Luís, 2017

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís: EDUFMA, 2008

PEREIRA, Mônica Sousa. **Namoro no palmeiral**: produção artesanal, sistemas de conhecimento e manejo das palmeiras de buriti no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 109 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018

PINA-CABRAL, João de, & GODOI, Emília Pietrafesa de. Vicinalidades e casas partíveis. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.57, n.2, p.11-21, 2014

PINA-CABRAL, João de. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.57, n.2, p.23-46, 2014

PLOEG, Jan. Dowe. van der. **Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción**: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. In: VIOLA, A. (comp.), *Antropología del Desarrollo. Teorías y Estudios Etnográficos em América Latina*. Barcelona, Paidós, p.359-383, 2000

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

SABOURIN, Eric. **Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade**: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. *Sustentabilidade em Debate*, 2010

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011

SANTOS, Daniel C. J. **Para além do paraíso natural**: conflitos socioambientais e produção de castanha de caju no povoado Buritizal, Barreirinhas/ MA. 89f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva. **A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**: o caso da mariscagem em Atins. 105 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018

SILVA, Erinaldo Nunes da. **Conhecimento local: saberes e práticas camponesas no cultivo da mandioca**: o caso do Povoado Vertente, Santa Quitéria do Maranhão. 149f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014

SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Caderno nº 18 – Série Conservação e Áreas Protegidas. 2ª edição – ampliada. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso**: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: EDUFMA, 2008

SOUZA, Ulisses Denache Videira de. “Dinâmica da paisagem”. In: Antonio Cordeiro Feitosa (Org.). **Lençóis Maranhenses**: relação homem-ambiente na comunidade Ponta do Mangue, Barreirinhas – Maranhão. São Luís: EDUFMA, p. 93-114, 2015

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de oliveira. São Paulo: DEFIL, 1983

TUCKER, Catherine M.; OSTROM, Elinor. Pesquisa Multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emílio F.; OSTROM, Elinor. (Orgs.). **Ecosistemas florestais**: homem-ambiente. Tradução de Diógenes S. Alves e Mateus Batistella. São Paulo: Ed. Senac; Edusp, 2009

WOORTMANN, Klaas. **Com parentes não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Editora: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, p. 11-73, 1990.